



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



EDUARDO PEREIRA DA SILVA

**ESTUDO DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO, DE DISTRIBUIÇÃO DE
RENDA E DE COBERTURA E OCORRÊNCIAS POLICIAIS DO AMAZONAS**

Manaus - Amazonas

2018

EDUARDO PEREIRA DA SILVA

**ESTUDO DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO, DE DISTRIBUIÇÃO DE
RENDA E DE COBERTURA E OCORRÊNCIAS POLICIAIS DO AMAZONAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, em nível de Mestrado, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de Concentração: Amazônia, Território e Ambiente

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Alves de Souza

Manaus

2018

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

P436e Pereira da Silva, Eduardo
Estudo de Indicadores de Desenvolvimento, de Distribuição de Renda e de Cobertura e Ocorrências Policiais do Amazonas/
Eduardo Pereira da Silva. 2018
102 f.: il. color, 31 cm

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Alves de Souza
Dissertação (Mestrado em Geografia): Universidade Federal do Amazonas.

1. Municípios. 2. Ocorrências Policiais. 3. IDH. 4. Cobertura Policial. 5. Gini. I. Souza, Prof. Dr. Geraldo Alves de II. Universidade Federal do Amazonas III. Título.



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
 IFCHS/DEGEO/Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Mestrado Conceito 4

Aprovado pela Resolução nº 009 – CONSUNI de 17/08/95
 Credenciado pela CAPES em set/2000
 Reconhecido através da Portaria Nº 1.077 - MEC, de 31 de agosto de 2012



Ata da Defesa Pública da Dissertação de Mestrado do(a) Senhor(a) **EDUARDO PEREIRA DA SILVA**, discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas, Área de Concentração em Amazônia: Território e Ambiente, realizada no dia **20 de Julho de 2018**.

Aos **vinte** dias do mês de **Julho** de **dois mil e dezoito**, às **nove horas**, na sala de Audiovisual do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas, realizou-se a Defesa Pública da Dissertação de Mestrado, intitulada **“ESTUDO DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO, DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E DE COBERTURA E OCORRÊNCIAS POLICIAIS DO AMAZONAS”**, sob orientação do(a) Professor(a) Doutor(a) **GERALDO ALVES DE SOUZA (PPGEOG/UFAM)**, do(a) aluno(a) **EDUARDO PEREIRA DA SILVA**, em conformidade com o Art. 83 do Regimento Geral de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas, como parte final de seu trabalho para a obtenção do grau de **MESTRE EM GEOGRAFIA**, área de concentração em **AMAZÔNIA: TERRITÓRIO E AMBIENTE**. A Banca Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: **Professor(a) Doutor(a) Geraldo Alves de Souza, Presidente (PPGEOG/UFAM), Professor(a) Doutor(a) Raimundo Nonato Pereira da Silva (PPGAS/UFAM)** e a **Professor(a) Doutor(a) Manuel de Jesus Masulo da Cruz (PPGEOG/UFAM)**. O(A) Presidente da Banca Examinadora deu início à sessão convidando os membros da Banca e o(a) Mestrando(a) a tomarem seus lugares. Em seguida, o(a) Senhor(a) Presidente informou sobre o procedimento do exame. A palavra foi facultada ao(a) Mestrando(a) para apresentar uma síntese do seu estudo e responder às perguntas formuladas pelos Membros da Banca Examinadora. Após a apresentação e arguição pelos Membros da Banca Examinadora, esta reuniu-se onde decidiu, por unanimidade, que o(a) discente foi **“Aprovado”**. A sessão foi encerrada. Eu, Maria das Graças Luzeiro, Secretária do PPGEOG, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, pelos Membros da Banca Examinadora e pelo(a) Mestrando(a). Manaus (AM), **20 de Julho de 2018**.

Banca Examinadora

Prof(a) Dr(a) Geraldo Alves de Souza
Presidente (PPGEOG/UFAM)
Prof(a) Dr(a) Raimundo Nonato Pereira da Silva
Membro Titular (PPGAS/UFAM)
Prof(a) Dr(a) Manuel de Jesus Masulo da Cruz
(PPGEOG/UFAM).
Membro Titular (PPGEOG/UFAM)

Eduardo Pereira da Silva
Eduardo Pereira da Silva
Mestrando

Rubrica

Nota

<i>[Handwritten Signature]</i>	“ 9,5 ”
<i>[Handwritten Signature]</i>	“ 9,5 ”
<i>[Handwritten Signature]</i>	“ 9,5 ”

Maria das Graças Luzeiro
Maria das Graças Luzeiro
Secretária do PPGEOG

AGRADECIMENTOS

Este trabalho tem participação direta e indireta de familiares, professores, amigos, colegas, e, todas estas pessoas contribuíram positivamente para esta realidade. Inicialmente agradeço a Deus por todos os dias me proporcionar: saúde para trabalhar, humildade para saber ouvir e inteligência para compreender as pessoas e suas ações. Agradeço a minha família maravilhosa: primeiro minha mãe, a senhora Antônia Madalena, aquela que me deu educação e bons exemplos de trabalho, esforço e superação. Minha esposa Josineia Leão, companheira leal, prestativa que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos, pilar basilar de minha família, meus amores (filhos) Marcos Eduardo e Maria Eduarda.

Ao meu professor e orientador Geraldo Alves, pela dedicação, orientações, ensinamentos, paciência em toda a trajetória de quase dois anos e meio. Ressalto, ainda, a fundamental importância dos professores: Tatiana Schor, Paola Verri, José Aldemir e Graça Luzeiro; saibam que seus ensinamentos mudaram a minha forma de ver o mundo, e sou extremamente grato por isto, e em nome destes, externo meus agradecimentos aos demais professores do Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. As minhas irmãs Clélia e Clésia por todo apoio e consideração.

Aos meus amigos: a Ten PM Carla Andreia Rossy que me incentivou a fazer o Mestrado, Ten PM Suzy Dayana que sempre me deu apoio, conselhos e esteve presente durante o Mestrado, ao Ten PM Mário Lopes que me incentivou, ensinou, cedeu material para estudar para o processo seletivo do Mestrado, ao Ten Daniel meu irmão e incentivador deste Mestrado, Cel PM George Feitosa que sempre me deu bons conselhos e ensinamentos sobre segurança pública, Tc PM Franciney Bó uma pessoa inteligente com quem tive bons ensinamento sobre segurança pública, Cel PM Gouveia que me deu diversos incentivos e exemplos, ao Cap PM Rouget que sempre me ajudou e me ensinou sobre geoprocessamento, minha amiga e estatística Ilma Erazo que sempre me ajudou com parte de gráfica e Matemática deste estudo, ao Cap PM Arndt meu orientador de Academia Polícia Militar e que sempre me classificou de aluno “dedicado” e me serviu de exemplo profissional e Policial Militar, aos Cabos da PM Aklyn Daniel e Marcelo que sempre foram meus amigos e me ajudaram em diversas oportunidades neste Mestrado. Todos esses amigos sempre contribuíram de alguma forma para este estudo, por isso, sou grato a todos.

Quanto aos colegas, refiro-me a todos os Policiais Militares do Amazonas, com os quais tive algum contato e/ou aprendizagem, todos os senhores e senhoras fazem parte deste estudo

e aos demais servidores da segurança pública deste Estado, que contribuíram para esta dissertação. Agradeço a Secretaria de Segurança Pública do Amazonas – SSP/AM, e sua Secretaria Executiva Adjunta de Inteligência – SEAI nas pessoas das senhoras Tâmera Assad e Márcia Bentes, que sempre me ajudaram com os dados da pesquisa. A Polícia Militar do Amazonas - PMAM, instituição centenária da qual, honradamente faço parte; agradeço ao Comando de Policiamento do Interior pelos dados sobre efetivos nos municípios do Amazonas. Por fim, eu sou eternamente grato a todos os senhores, senhoras e instituições, por isso os imortalizo nesta dissertação.

RESUMO

Este estudo buscou relacionar efetivo policial militar no ano de 2016, com população residente nos 62 municípios do Amazonas, com o índice de desenvolvimento humano - IDH dos censos de 1991 e 2010 e as ocorrências policiais de furtos, roubos, lesões corporais, estupros e homicídios entre os anos de 2014, 2015 e 2016. Reconhecendo que há uma relação próxima entre desenvolvimento humano, criminalidade e as populações residentes, partiu-se da hipótese de que há relações entre as ocorrências policiais, cobertura policial militar, indicadores sociais e de desenvolvimento humano nos municípios do Estado do Amazonas. Os dados de ocorrências policiais das cinco naturezas anteriormente mencionadas, e, as populações residentes foram relacionadas através do Sistema de Informações Geográficas – SIG, que proporcionou mapas de estudos sobre a quantidade de ocorrências, sobre a relação de habitantes por policial militar, sobre índice de desenvolvimento humano. O estudo utilizou gráficos de dispersão, para observar a evolução dos indicadores de desenvolvimento humano educação, renda e longevidade. E, ainda, a distribuição das ocorrências policiais, a relação entre habitantes por crime, a cobertura policial militar nos municípios do Amazonas. Foram evidenciados os municípios quanto à evolução do IDH e quais apresentavam maior quantidade de ocorrências policiais, quais apresentavam maior relação de habitantes por crime, quais municípios apresentavam as menores e maiores coberturas policiais. O estudo mostrou que maior desenvolvimento humano é sinônimo de maior criminalidade nos municípios do Amazonas. Este estudo enseja futuras pesquisas, que relacionem desenvolvimento humano e ocorrências policiais.

Palavras-chaves: Municípios; ocorrências policiais; IDH; cobertura policial militar.

ABSTRACT

This study sought to relate effective military police in the year 2016 with population resident in the 62 municipalities of Amazonas, with the human-HDI index of the censuses of 1991 and 2010 and the police occurrences of thefts, thefts, bodily injuries, Rapes and homicides between the years 2014, 2015 And 2016. Recognizing that there is a close relationship between human development, crime and resident populations. It broke out of the Hypothesis that there are relations between police occurrences, military police coverage, social indicators and human development in the municipalities of the state of Amazonas. The police occurrence data of the five natures previously mentioned, and the resident populations were related through the geographic Information system – SIG, which provided maps of studies: On the amount of occurrences, on the Relation of inhabitants by military police, on index of human development. The study used scatter charts to observe the evolution of human development indicators education, income and longevity. And also, the distribution of police occurrences, the relationship between inhabitants by crime, the military police coverage in the municipalities of Amazonas. The municipalities were evidenced as to the evolution of the HDI and which presented more police occurrences, which presented greater relation of inhabitants for crime, which municipalities presented the smallest and largest police coverage. The study showed that greater human development is synonymous with greater crime in the municipalities of Amazonas. This study will further research that links human development and police occurrences.

Keywords: Municipalities Police events; IDH; Military police coverage.

SIGLAS

UFAM	Universidade Federal do Amazonas
SSP-AM	Secretaria de Segurança Pública do Amazonas
PMAM	Polícia Militar do Amazonas
PCAM	Polícia Civil do Amazonas
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
ABSP	Anuário Brasileiro de Segurança Pública
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
SEAI	Secretaria Executiva Adjunta de Inteligência
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
PIB	Produto Interno Bruto
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
INDE	Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
CBMAM	Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas
DETRAN-AM	Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CPB	Código Penal Brasileiro
CF88	Constituição Federal de 1988
CEA89	Constituição Estadual do Amazonas de 1989
MMA	Ministério do Meio Ambiente
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
ONU	Organização das Nações Unidas
MEC	Ministério da Educação
IDEB	Índice Desenvolvimento da Educação Básica
SUS	Sistema Único de Saúde
BO	Boletim de Ocorrência

LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 01: Amazonas – População Urbana e Rural	46
Figura 02: Amazonas – Cobertura PM 2016	47
Figura 03: Amazonas – IDH de 1991	54
Figura 04: Amazonas – IDH de 2010	54
Figura 05: Amazonas – IDH educação de 1991	57
Figura 06: Amazonas – IDH- educação de 2010	57
Figura 07: Amazonas – IDH renda de 1991	60
Figura 08: Amazonas – IDH renda de 2010	60
Figura 09: Amazonas – Índice de Gini 1991	62
Figura 10: Amazonas – Índice de Gini 2010	62
Figura 11: Amazonas – IDH longevidade de 1991	67
Figura 12: Amazonas – IDH longevidade de 2010	67
Figura 13: Amazonas – Furtos [2014 a 2016]	69
Figura 14: Amazonas – Relação habitantes 2016 por Furto [2014 a 2016]	70
Figura 15: Amazonas – Roubos [2014 a 2016]	74
Figura 16: Amazonas – Relação habitantes 2016 por Roubo [2014 a 2016]	76
Figura 17: Amazonas – Lesão Corporal [2014 a 2016]	79
Figura 18: Amazonas – Relação habitantes 2016 por Lesão Corporal [2014 a 2016]	81
Figura 19: Amazonas – Estupros [2014 a 2016]	85
Figura 20: Amazonas – Relação habitantes 2016 por Estupro [2014 a 2016]	86
Figura 21: Amazonas – Homicídios [2014 a 2016]	90
Figura 22: Amazonas – Relação habitantes 2016 por Homicídio [2014 a 2016]	92

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 01: Classificação do IDH	17
Tabela 02: Classificação do Índice de Gini	17
Tabela 03: Municípios do Amazonas – relação de habitantes por Homicídios 2015	41
Tabela 04: Municípios do Amazonas – relação de habitantes por furto [2014 a 2016]	70
Tabela 05: Municípios do Amazonas – relação de habitantes por roubos [2014 a 2016]	75
Tabela 06: Municípios do Amazonas – relação de habitantes por Lesão Corporal [2014 a 2016]	80
Tabela 07: Municípios do Amazonas – relação de habitantes por Estupro [2014 a 2016]	85
Tabela 08: Municípios do Amazonas – relação de habitantes por Homicídio [2014 a 2016]	91

LISTA DE GRÁFICOS

	Página
Gráfico 01: Amazonas - Ocorrências policiais [2014 a 2016] e População Rural.	45
Gráfico 02: Amazonas - População e Efetivo Policial Militar em 2016	48
Gráfico 03: Amazonas - IDH 2010 e Efetivo 2016	49
Gráfico 04: Ocorrências Policiais [2014 a 2016] e Efetivo 2016	50
Gráfico 05: Ocorrências policiais [2014 a 2016] e População 2016	51
Gráfico 06: Amazonas - IDH 2010 e População 2016	52
Gráfico 07: Amazonas - Relação índice de Gini 2010 e IDH renda 2010	63
Gráfico 08: Amazonas - Relação índice de Gini 2010 e IDH renda 2010	64
Gráfico 09: Amazonas - Relação índice de Gini 2010 e IDH longevidade 2010	65
Gráfico 10: Amazonas - Furtos [2014 a 2016] e IDH educação 2010	71
Gráfico 11: Amazonas - Furtos [2014 a 2016] e IDH renda 2010	72
Gráfico 12: Amazonas - Furtos [2014 a 2016] e IDH longevidade 2010	73
Gráfico 13: Amazonas - Roubos [2014 a 2016] e IDH educação 2010	77
Gráfico 14: Amazonas - Roubos [2014 a 2016] e IDH renda 2010	78
Gráfico 15: Amazonas - Roubos [2014 a 2016] e IDH longevidade 2010	79
Gráfico 16: Amazonas - Lesões Corporais [2014 a 2016] e IDH educação 2010	82
Gráfico 17: Amazonas - Lesões Corporais [2014 a 2016] e IDH renda 2010	83
Gráfico 18: Amazonas - Lesões Corporais [2014 a 2016] e IDH longevidade 2010	83
Gráfico 19: Amazonas - Estupro [2014 a 2016] e IDH educação 2010	87
Gráfico 20: Amazonas - Estupro [2014 a 2016] e IDH renda 2010	88
Gráfico 21: Amazonas - Estupro [2014 a 2016] e IDH longevidade 2010	88
Gráfico 22: Amazonas - Homicídio [2014 a 2016] e IDH educação 2010	93
Gráfico 23: Amazonas - Homicídio [2014 a 2016] e IDH renda 2010	94
Gráfico 24: Amazonas - Homicídio [2014 a 2016] e IDH longevidade 2010	94

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	12
Procedimentos Metodológicos	15
Estrutura da Dissertação	18
CAPÍTULO I – INDICADORES SOCIAIS, DESENVOLVIMENTO HUMANO, E OCORRÊNCIAS E COBERTURA POLICIAL	20
1.1 Desenvolvimento Humano, Crescimento Econômico e Renda	20
1.2 Índice de Desenvolvimento Humano	28
1.3 Educação, Renda, Longevidade e as Relações de Desigualdades Sociais e Violência	32
1.3.1 Educação	32
1.3.2 Renda	33
1.3.3 Longevidade	34
1.4 Segurança Pública	35
1.5 Cobertura Policial	42
CAPÍTULO II – ANÁLISES DOS RESULTADOS	44
2.1 Amazonas Urbano e Rural	45
2.2 Da Análise dos Resultados Sobre a Cobertura Policial Militar	46
2.3 Da Análise dos Resultados Sobre Desenvolvimento Humano: IDH Geral, Educação, Renda e Longevidade	53
2.3.1 IDH geral 1991 e 2010	53
2.3.2 IDH Educação 1991 e 2010	56
2.3.3 IDH Renda	59
2.3.4 IDH Longevidade	66
2.4 Da Análise dos Resultados Sobre as Ocorrências Policiais	68
2.4.1 Das Ocorrências Policiais por Furtos entre 2014 e 2016	68
2.4.2 Das Ocorrências Policiais por Roubos entre 2014 e 2016	74
2.4.3 Das Ocorrências Policiais por Lesões Corporais entre 2014 e 2016	79
2.4.4 Das Ocorrências Policiais por Estupros entre 2014 e 2016	84
2.4.5 Das Ocorrências Policiais por Homicídios entre 2014 e 2016	89

CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	98
APÊNDICE	102

INTRODUÇÃO

No início dos anos 90, no Brasil, nos Estados e municípios foi possível mensurar a evolução do desenvolvimento humano de forma numérica, relativizado em um único índice, através dos indicadores de educação, renda e longevidade. Há fatores econômicos, sociais, culturais e políticos que contribuíram, para que entre estes indicadores, uns evoluíssem mais que outros.

Na expectativa de que a promoção da segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos, as ocorrências policiais são um manifesto da violência e desrespeito de poucos às formas de convivências coletivas. Nas palavras de Odália (1985, p.9): “A violência, no mundo de hoje, parece tão entranhada em nosso dia a dia que pensar e agir em função dela deixou de ser um ato circunstancial, para se transformar numa forma do modo de ver e viver o mundo do homem”.

Dentre os órgãos que combatem o crime, duas instituições são destaque por suas missões constitucionais, são elas as polícias: Militar e Civil. A primeira responsável pela prevenção do crime, evitando, assim que esse ocorra, ou reestabelecendo a ordem pública em pequenos conflitos do cotidiano pela sua presença ostensiva. Enquanto que a segunda tem como missão constitucional o processo de investigação e o início dos procedimentos judiciais.

Este estudo vai levar em consideração a relação de habitantes por policial militar em todos os municípios do Amazonas, esta relação neste estudo é chamada de cobertura policial militar, que Viapiana (2006, p.24-25) percebeu haver relação entre os homicídios no município do Rio Janeiro, a distribuição do efetivo policial e os indicadores socioeconômicos.

Este estudo busca entender se há alguma relação com índice de desenvolvimento humano de 2010 e o efetivo policial militar nos municípios do Amazonas de 2016. Sabendo que os indicadores de desenvolvimento humano, as ocorrências policiais, bem como a distribuição do efetivo policial militar estão presentes em todos os municípios do Amazonas. Por isso, o olhar da Geografia de modo a entender as perspectivas dos espaços e as relações humanas presente neste ente geográfico.

Desta forma, os 62 municípios do Amazonas serão abordados sobre o prisma da Geografia, no índice de desenvolvimento, nos indicadores de educação, renda e longevidade, e, ainda, no índice de Gini sobre a concentração de renda.

Diante o crescimento da população é tolerável que haja aumento da demanda de segurança pública, fruto das crescentes relações entre pessoas, no entanto, tem que haver um limite aceitável e salutar à convivência coletiva.

Quantificar educação, renda e longevidade é uma forma de apresentar ao país, aos estados e aos municípios que existe uma gestão eficiente dos recursos, proporcionando indicadores elevados. Mostrar que as partes (Estados e municípios) estão em consonância para o desenvolvimento do país em seu todo. Como disse Morin (2000, p.37): “Dessa maneira, uma sociedade é mais que um contexto: é o todo organizador de que fazemos parte”. Mas, o desenvolvimento humano não pode ser reduzido apenas a um simples número; neste sentido, em sua plenitude deve buscar a qualidade de vida das sociedades.

O número no desenvolvimento serve para justificar o desempenho dos municípios, estados e países, ou enxergar o que de fato há de errado entre o que foi apresentado e a realidade dos fatos, pois, índices maiores devem significar baixa criminalidade. É fato que o Brasil teve um crescimento econômico elevado nos últimos 20 anos, o que em teoria deveria significar baixa criminalidade, mas, não foi o que aconteceu; em 2016 houve mais de 60 mil mortes violentas, como mostra o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016 - ABSP.

A Geografia neste estudo vai apresentar figuras dos municípios classificados através das ocorrências policiais de: furtos, roubos, estupros, lesões corporais e homicídios, de modo a verificar a quantidade absoluta de registros, a relação destes crimes com a população residente nos municípios. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a relação destes crimes com educação, renda e longevidade através de gráficos de dispersão.

Os municípios do Amazonas também serão apresentados sobre a ótica da cobertura policial militar, que é a relação entre habitantes por policial militar. Vale ressaltar que a Polícia Militar do Amazonas é uma única instituição de segurança pública, com efetivo presente em todos os municípios do Estado.

Diante do que foi exposto, o estudo teve como principal objetivo, reconhecer possível as relações entre indicadores de desenvolvimento humano e ocorrências policiais nos municípios do Estado do Amazonas. E ainda: 1) Reconhecer os indicadores de desenvolvimento humano dos municípios do Amazonas entre 1991 e 2010, com base nos dados do índice de desenvolvimento humano - IDH do atlas de desenvolvimento humano de 2013; 2) Reconhecer as variações destes indicadores para o período entre 1991 e 2010; 3) Quantificar as ocorrências policiais dos municípios do Amazonas, entre os anos de 2014, 2015 e 2016 e correlacionar com os indicadores de desenvolvimento humano; 4) Confrontar o índice de Gini e os indicadores de desenvolvimento humano nos municípios do Amazonas; 5) Reconhecer o padrão de distribuição do Efetivo Policial Militar entre os municípios do Amazonas, confrontando com indicadores de IDH e população residente.

O estudo encontrou um problema para questionar através de Viapiana (2006), que trabalhou com as ocorrências de homicídios, cobertura policial e indicadores socioeconômicos nas zonas Sul e Oeste no município do Rio de Janeiro. De acordo com Viapiana (2006, p.24-25), o município do Rio de Janeiro apresentava uma taxa de crimes de homicídios 16,4 e 57,5 nas zonas Sul e Oeste, respectivamente. Além das taxas de homicídios havia divergências, também, quanto aos indicadores sociais. A zona Sul possuía melhores indicadores socioeconômicos que a zona Oeste. A zona Sul apresentava também uma maior cobertura policial, na relação de um policial para cada grupo de 351 habitantes, enquanto que na zona Oeste e nas demais zonas do município, esta relação é de um policial para cada grupo de 697 habitantes. A pesquisa de Viapiana (2006) deixou claro, que há uma relação entre indicadores socioeconômicos e as ocorrências de homicídios, bem como a distribuição do efetivo policial.

Viapiana (2006) apresenta a relação entre as ocorrências policiais de homicídios e a cobertura policial, que é quantidade de habitantes protegidos por um policial, e chegou à conclusão de que a distribuição do efetivo de policial, guardava alta relação com os indicadores socioeconômicos, pois, na zona Sul onde indicadores socioeconômicos eram melhores, a cobertura policial era maior e as taxas de homicídios eram menores.

Na cidade do Rio de Janeiro, as zonas com menores taxas de ocorrências policiais de homicídios apresentam os melhores indicadores socioeconômicos. Viapiana (2006), não menciona quais indicadores socioeconômicos foram avaliados em sua pesquisa, apenas destaca, de forma comparativa, que eles são melhores em zonas menos violentas, piores nas zonas mais violentas, para as ocorrências de homicídios.

Assim como Viapiana (2006) trabalhou os conceitos de ocorrências policiais e indicadores socioeconômicos nas zonas do município do Rio de Janeiro, este estudo tem como proposta trabalhar os indicadores sociais, de desenvolvimento humano, cobertura policial militar e ocorrências policiais nos municípios do Estado do Amazonas.

Este estudo tem como recorte espacial os 62 municípios do Estado do Amazonas, e a discussão sobre os indicadores de desenvolvimento humano: renda, longevidade e educação. Estes indicadores serão relacionados ao índice de Gini, que de acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE (2006, p.3): “é um dos principais índices de concentração ou desigualdade comumente utilizada na análise da distribuição de renda” em cada município.

O efetivo policial militar foi obtido junto a Polícia Militar do Amazonas - PMAM, as ocorrências policiais junto a Secretaria de Estado e Segurança Pública do Amazonas – SSP/AM. Assim, significa dizer que os municípios onde os indicadores de desenvolvimento humano são

baixos, talvez a quantidade de ocorrências policiais possa ser elevada, e, por conseguinte, a população poderá estar mais vulnerável ao indicador de violência, e, talvez possua uma menor cobertura policial.

Diante do exposto, entre desenvolvimento humano e ocorrências policiais, a pesquisa se propõe a responder o seguinte questionamento central. Que relações há entre indicadores de desenvolvimento, cobertura policial militar e as ocorrências policiais nos municípios do Estado do Amazonas? Esta é a principal questão, a qual este estudo buscou respostas.

O presente estudo partiu da hipótese de que os indicadores de desenvolvimento humano, guardam relações com as ocorrências policiais, cobertura policial militar, nos municípios do Estado do Amazonas. Partiu-se do princípio de que os municípios que possuem os melhores indicadores de desenvolvimento têm baixa quantidade de ocorrências policiais. E, ainda, considerou que a escolha do tema entre desenvolvimento humano e ocorrências policiais impõe, frente a frente, duas formas de qualidade de vida em sociedade. Se o desenvolvimento humano for elevado, é sinal de que talvez a quantidade de ocorrências deva ser baixa.

Procedimentos Metodológicos

Os indicadores de desenvolvimento humano valorados em: educação, renda e educação, bem como o índice de Gini foram obtidos junto ao PNUD (Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento Humano), através do Atlas para desenvolvimento humano no Brasil atualizado em 2013.

A base cartográfica da pesquisa foi disponibilizada pela INDE (Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais), a qual contém informações do IBGE. No que tange aos registros de ocorrências policiais nos municípios, foram solicitadas junto a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM), que cedeu a quantidade de crimes registrados de: roubos, furtos, lesões corporais, estupros e homicídios em todos os municípios do Estado, entre os anos de 2014, 2015 e 2016.

Considerando a aquisição de conhecimento, é importante ressaltar que a função basilar da SSP-AM, é a coordenação das forças de segurança estaduais: Polícia Militar do Amazonas - PMAM, Polícia Civil do Estado do Amazonas - PCAM, Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Amazonas - CBMAM e Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM.

Esta coordenação vai desde a captação de informações de interesse da segurança pública, gestão financeira dos recursos, até planejamento estratégico para enfrentamento do crime e redução da violência.

No Estado do Amazonas, devido a sua extensão territorial, há uma deficiência de comunicação que embasa a dificuldade na disseminação e propagação das informações sejam elas de quaisquer áreas. Tais dificuldades não são diferentes na Segurança Pública, mesmo a PMAM e PCAM que devem estar presentes em todos os municípios do Amazonas, há uma fragilidade dos dados, o que em momento algum inviabiliza esta pesquisa, ou torna a mesma incompreensível ou inexecutável. Pelo contrário, o estudo deve mostrar tal fragilidade para que a mesma possa e deva ser minimizada proporcionando robustez aos trabalhos acadêmicos futuros, bem como proporcionar conhecimento aplicado em favor da segurança pública do Amazonas.

Os dados desta pesquisa quanto à cobertura policial militar foram obtidos junto a Polícia Militar do Amazonas, bem como a distribuição do seu efetivo policial militar por município no ano de 2016. Estes números podem variar diariamente conforme a necessidade de transferência de policiais entre municípios, porém, a variação é muito pequena. Os policiais militares deste estudo estão empregados na atividade fim da PM, ou seja, policiamento ostensivo e preventivo, conforme reza o art. nº144 das Constituição Federal de 1988.

Enquanto que a população foi consultada junto ao IBGE através das estimativas populacionais para todos os municípios brasileiros em 2016, a cobertura policial militar é justamente a relação entre habitantes residentes por policial militar, conforme a seguinte fórmula:

$$\text{Cobertura Policial Militar} = \frac{\text{Habitantes Residentes no Município em 2016}}{\text{Efetivo Policial Militar em 2016}} = \frac{\text{Hab}}{\text{PM}}$$

A cobertura policial militar obtida permitiu à possibilidade de trabalhar estes números a partir do sistema de informações geográficas - SIG e suas relações com as ocorrências registradas. Todos os dados numéricos obtidos foram inseridos em um SIG para produção de mapas, de modo que seja possível enxergar neste estudo a cobertura policial militar, as variações do IDH, ocorrências policiais nos 62 municípios do Amazonas.

O IDH geral e seus indicadores foram inseridos sistema de informações geográficas e classificados em cinco classes, conforme tabela 01:

Tabela 01: Classificação do IDH

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto
0,000 – 0,499	0,500 - 0,599	0,600 – 0,699	0,700 – 0,799	0,800 – 1,000

Fonte: Atlas do IDH 2013/ PNUD

E cada classe tem sua cor de correspondência, na qual é possível observar a evolução dos municípios do Estado, no IDH de 1991 até o IDH de 2010, antes e depois. Vale ressaltar que existe, também, o censo de 2000, e que um censo é realizado a cada dez anos pelo IBGE.

Os mapas serão apresentados com a seguinte ordem de informações:

- 1 Amazonas População Urbana e Rural
- 2 Cobertura Policial Militar no Amazonas
- 3 IDH 1991/ 2010
- 4 IDH por indicadores sociais
- 5 Índice de Gini 1991/2000
- 6 Classificação por quantidade de ocorrências
- 7 Classificação por relação de habitantes por crimes

Este estudo apresentou a relação entre o IDH de renda e índice de Gini, que mostra a concentração de renda por município através de gráficos de dispersão. O índice de Gini varia de 0 a 1, quanto mais próximo de um, maior a concentração de renda na mão de poucas pessoas. Para classificar este índice no mapa, o mesmo foi dividido em cinco classes, conforme tabela 02:

Tabela 02: Classificação do Índice de Gini

Muito Baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta
0,000 a 0,190	0,200 a 0,390	0,400 a 0,590	0,600 a 0,790	0,800 a 1,000

Fonte: Autor, Atlas do IDH 2013/ PNUD.

Diferente do IDH em que existe uma definição de faixas de classificação, no índice de Gini não existe esta classificação por faixas e os valores vão até segunda casa decimal, porém, o autor do estudo dividiu em cinco classes para fazer alusão ao IDH e para facilitar a interpretação dos mapas no tocante à concentração de renda nos municípios do Amazonas.

Nas ocorrências policiais são cinco classes, mas, não para avaliação e medição como foram feitas no IDH e índice de Gini. As classes fazem referência à quantidade de ocorrências policiais registradas nos municípios do Amazonas nos anos de 2014, 2015 e 2016, e foram divididas em cinco classes, por tratarem de grandezas distintas, onde a soma de ocorrências policiais para os três anos, chegam a variar entre 3 mil a quase 120 mil. Por isso, cinco classes foram ideais para explicar esta variação elevada de ocorrências. As cinco classes nos mapas

vão mostrar em quais municípios houve mais ou menos ocorrências policiais, no período na série histórica em análise.

Os sete municípios com maior quantidade de ocorrências registradas serão destacados, e a relação com a população residente por crimes, de modo a responder a seguinte equação:

$$\frac{\textit{Habitantes por município em 2016}}{\textit{Soma dos registros do crime (2014, 2015, 2016)}} = \textit{Habitantes por crime}$$

A forma de classificação e contagem dos furtos e roubos foram as mesmas, variando entre 0 e acima de 1701 ocorrências policiais, visto que a quantidade de registros é muito próxima; as duas naturezas criminais juntas correspondem a pouco mais 90% dos registros. O mesmo procedimento foi aplicado aos estupros e homicídios, porém, os valores variando entre 0 e acima de 71 ocorrências policiais. As lesões corporais por terem uma quantidade de ocorrências maior que estupros e homicídios, e menor que furtos e roubos tiveram valores de faixas de classificação variando entre 0 e acima de 201 ocorrências policiais.

O Estudo apresentou uma tabela com os sete municípios com a maior quantidade de ocorrências policiais para aquele crime, e classificados na relação habitantes por crime. Deve ser entendido que o município com maior quantidade de ocorrências, não necessariamente terá maior relação de habitantes por crime.

O estudo apresentou, também, mapas na relação de habitantes por crime em seis classes, bem como quantos municípios estão naquela classe, sempre mantendo a mesma faixa de classificação para as cinco naturezas, todas as começam na primeira faixa, na relação de vinte habitantes por crime até a sexta faixa de acima de dois mil por crime.

Os gráficos de dispersão serviram para relacionar variáveis independentes no eixo X onde não há controle sobre estas variáveis, e variáveis dependentes no eixo Y onde há controle sobre estas variáveis. Não usual relacionar somente variáveis independentes ou dependentes, logo cada gráfico haverá uma explicação dos eixos e a linha de tendência que facilitará a interpretação das relações entre as variáveis na análise dos resultados.

Estrutura da Dissertação

A introdução, a qual contém os elementos do projeto de pesquisa desta dissertação, os procedimentos metodológicos.

O Capítulo I apresenta a revisão da literatura sobre o desenvolvimento humano, os seus indicadores e seus principais teóricos. Buscou-se compreender a realidade do desenvolvimento humano, de modo a entender que este índice pode sofrer influências de localização, econômicas, culturais, sociais e políticas para sua evolução. Ainda no capítulo I a revisão da literatura no que tange as ocorrências policiais de furtos, roubos, estupros, lesões corporais, homicídios, não somente nos conceitos destes crimes em concordância com Código Penal Brasileiro – CPB, mas, na sua frequência perante a sociedade. A estruturação do sistema de segurança pública nos Estados brasileiros com foco no Amazonas, as instituições e suas missões constitucionais. Este capítulo estuda ainda a cobertura policial, que mesmo não tendo, ainda, um conceito estruturado, mas, a mídia explora de maneira versátil para imputar responsabilidades ao Estado pela insegurança pública.

O Capítulo II trata das análises dos resultados obtidos durante o estudo, que enxergou cobertura policial militar nos municípios do Amazonas, os indicadores de desenvolvimento humano e ocorrências policiais, e, ainda, permitiu análises obtidas através de gráficos de dispersão e tabela de dados.

As considerações finais fazem um apanhado geral sobre todo o estudo, retomando objetivos geral e específicos, de modo a incitar acadêmicos a pesquisas sobre desenvolvimento humano e criminalidade, seja no país, nos estados ou nos municípios. Por fim, as referências, de todos que contribuíram com seus conhecimentos este estudo.

CAPITULO I – INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, E OCORRÊNCIAS E COBERTURA POLICIAL

Conhecimento dos indicadores de desenvolvimento humano mostra números gerais, por isso, a necessidade de conhecer a distribuição da população no Estado do Amazonas, considerando esta como uma variável de análise importante no contexto do índice desenvolvimento humano, que visa dimensionar o desempenho das diversas cidades ao redor do mundo, através da valoração de pontos obtidas por cada país nas áreas: educação, renda e saúde, de modo a mensurar a qualidade de vida da população.

Os pioneiros nas teorias sobre índice de desenvolvimento humano – IDH, as capacidades de escolhas das pessoas. A evolução dos homicídios, o IDH e os indicadores de educação, renda, longevidade no Brasil e no Amazonas e as unidades de planejamento em Belo Horizonte.

Este capítulo ainda vai tratar das naturezas criminais que serão abordadas na análise de resultados. A composição dos órgãos de segurança pública de acordo com artigo nº 144 da Constituição Federal de 1988 e o sistema de segurança pública do Amazonas. As funções das polícias Militar e Civil, os ciclos das polícias no Brasil. A relação entre habitante por policial militar nos municípios do Amazonas, que este estudo vai chamar de cobertura policial militar.

1.1 Desenvolvimento humano, crescimento econômico e renda

Estudiosos da economia mostravam aos países que buscavam desenvolvimento, que deveriam buscar níveis elevados de renda *per capita* para mitigação da pobreza, mas, de acordo com Haq (1978, p.13):

Esses planejadores conseguiam elevar a renda *per capita* em alguns dólares, mas, em compensação, frequentemente faziam com que as massas tivessem uma sensação muito mais intensa da insuficiência das recompensas advinda do crescimento e da ruptura social produzida pelo desenvolvimento.

E ainda de acordo com Albuquerque (1995, p.79), a renda *per capita* brasileira subiu 81% entre 1970 e 80, enquanto que a pobreza saiu de 47% em favor de 25%. O aumento do produto interno bruto (PIB) representa níveis elevados de crescimento econômico, o que deveria favorecer a erradicação das diversas formas de pobreza, mas, Haq (1978, p.27) mostra que “muitas vezes o crescimento do PIB não se filtra pelo corpo social a ponto de atingir os segmentos inferiores: é preciso um ataque direto a pobreza das massas”.

Haq (1978, p.34) ressalta ainda que o desenvolvimento deve ter em “vistas à redução progressiva e subsequente eliminação da desnutrição, das doenças, do analfabetismo, da miséria, do desemprego e das disparidades sociais”.

A idéia primordial nos discursos sobre desenvolvimento é que quanto maior fosse o crescimento econômico, mais rápido as desigualdades sociais seriam resolvidas. Haq (1978, p.32) cita que o Brasil em meados da década de 70 “alcançou uma taxa de crescimento de quase 7%, mas, a persistência da má distribuição de renda continua a representar uma ameaça à própria estrutura social do país”.

O foco principal desta indicação de desenvolvimento econômico está no aumento do consumo, como necessidade de satisfação pessoal, sensação de riqueza e poder, como afirmou Haq (1978, p.01) que “o aumento da produção em benefício de todos e não o aumento do consumo em benefício de uns poucos”. Esta premissa de “consumo” não gerou o reflexo necessário na redução das desigualdades sociais, erradicação da pobreza ou melhoria da qualidade de vida. Lima (2006, p.02) apresenta uma relação entre IDH e qualidade de vida:

Atualmente o IDH tem a particularidade de, na sua avaliação, considerar aspectos mais abrangentes da população, pois leva em conta os aspectos econômicos e outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Esta é a razão pela qual o IDH é interpretado como um índice de avaliação da qualidade da vida humana. Naturalmente, ele pode servir como um indicador inicial e de modo extremamente generalizado, possibilitando uma estimativa pela associação do desenvolvimento com a qualidade de vida das populações em apreciação.

O PIB cresceu e o consumo também, mas, o crescimento agravou ainda mais as desigualdades sociais internamente, como afirma Haq (1978, p.25) que “as grandes massas se queixam de que desenvolvimento ainda não tingiu o dia a dia de suas vidas”.

Haq (1978) defende que a chamada “tirania da demanda” deve ser substituída pela “concepção das necessidades mínimas” pelo menos nas fases iniciais do desenvolvimento, onde é melhor ter mínimo para sobrevivência e buscar melhorias, que iniciar sem nada em busca de alto padrão que talvez nunca chegue. A igualdade entre produção e distribuição de forma a minimizar os abismos sociais; como afirma Haq (1978, p.39) é necessário lançar um “ataque direto a pobreza das massas” e, ainda, Haq (1978, p.40) conclui o seguinte sobre a velha estratégia do desenvolvimento:

Que os países em desenvolvimento devem empenhar-se na busca de uma nova estratégia de desenvolvimento. A velha estratégia assenta no tímido pressuposto de que a pobreza pode ser enfrentada por meio de elevadas taxas de crescimento, que acabarão filtrando-se através do

corpo social até atingirem as massas. Neste tipo de estratégia, uma taxa elevada de crescimento é sempre preferível a uma taxa reduzida, e a questão da distribuição pode ser relegada para depois de se atingir a meta do crescimento.

Não é de hoje que são feitas as promessas de fazer crescer o bolo da economia para depois distribuí-lo igualmente; a questão é que esta distribuição pode ser facilmente relegada ou nunca vir a acontecer, ou seja, os benefícios do crescimento econômico podem não chegar às camadas sociais que mais precisam.

Esta divisão pode não ocorrer, em favor dos mais ricos, onde estes ficam com maior parte da produção e tentam renegociar as sobras em favor dos mais pobres, de maneira que estes devem aceitar as sobras sem reclamar, sendo que os “mais pobres” são a maior força de trabalho e os principais responsáveis pelo crescimento do bolo.

Para Haq (1978, p.25), as estratégias de desenvolvimento “devem basear-se na satisfação das necessidades mais básicas do homem”. Conforme Sen (2000, p.27) o desenvolvimento deve ser enxergado muito além do crescimento econômico, pois, o processo de desenvolver é bem maior que a simples maximização da renda.

Sem dúvidas a renda é útil na vida das pessoas, pois, realiza os desejos do que pode vir a ser uma vida boa e confortável, porém, Sen (2000) relata que não deve ser potencializada a acreditar que as desigualdades estão sendo sublimadas pelo aumento da renda *per capita*. Sen (2000, p.28), ainda mostra que o desenvolvimento deve estar atrelado “a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos”, ou seja, o desenvolvimento deve levar em consideração a qualidade de vida das pessoas de uma determinada sociedade e ter a liberdade de fazer as suas escolhas.

Destarte, o crescimento econômico deve ser levado em consideração em uma sociedade, mas, não como premissa básica para qualidade de vida das pessoas. Assim, como as liberdades democráticas são de fundamental importância, para que as pessoas possam tomar suas próprias decisões, e, fazer suas escolhas sem imposição ou autoritarismo.

Sen (2000, p.32) explica que o conceito de desenvolvimento está relacionado à “avaliação e eficácia”. Quanto à avaliação “o êxito de uma sociedade deve ser avaliado nesta visão, primordialmente segundo suas liberdades substantivas que membros dessa sociedade desfrutam”, ainda conforme Sen (2000, p.33), a eficácia:

A segunda razão para considerar tão crucial a liberdade substantiva é que a liberdade não é apenas a base de avaliação de êxito e fracasso, mas também um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social. Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para

cuidar de si mesmas para influenciar o mundo, questões centrais para processo de desenvolvimento (SEN, 2000, p.33).

Duas razões básicas que elencam as liberdades de escolhas, e, versam sobre o desenvolvimento e crescimento econômico, tendo como fundamento ampliar as possibilidades de opções das escolhas que as pessoas podem fazer.

O desenvolvimento humano, atualmente é resumido ao IDH, que foi criado pelo pesquisador paquistanês Mahu Ul Haq, e desde 1990 é publicado anualmente para todos os países membros do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano – PNUD, através dos relatórios de desenvolvimento humano – RDH. No entanto, o IDH é uma parte do desenvolvimento humano, que de acordo com o PNUD (1998, p.35) tem a seguinte definição:

Como um processo abrangente de expansão do exercício do direito de escolhas individuais em diversas áreas: econômica, política, social ou cultural. Algumas dessas escolhas são básicas para a vida humana. As opções por uma vida saudável, ou por adquirir conhecimento, ou por um padrão de vida decente, são fundamentais para o ser humano.

O PNUD (1998, p.36) define desenvolvimento humano, onde o “desenvolvimento humano é, portanto, o desenvolvimento das pessoas para as pessoas e pelas pessoas”, outro aspecto de fundamental importância no desenvolvimento humano é a compreensão da sustentabilidade, que de acordo com o PNUD (1998, p.37), “como sendo a expansão das escolhas e das oportunidades da geração presente, sem desconsiderar a geração futura”, ou seja, o importante não é apenas o desenvolvimento humano atual, mas, que este seja, também, em benefício das gerações futuras.

Para Bresser (1977, p.37), o “desenvolvimento humano está associado ao desenvolvimento econômico”. Bresser (1977) mostra que o primeiro (desenvolvimento humano) é condicionado ao segundo (crescimento econômico), de modo que este é basilar para o desenvolvimento humano, mas, desde que este crescimento seja filtrado através das diversas camadas sociais, como argumenta Haq (1978), caso isto não aconteça será apenas maximização da renda.

Remetendo-se à sustentabilidade, deve ser observada a qualidade deste crescimento econômico, não visando tão somente o aumento da renda e como consequência do consumo de igual forma, e sim um crescimento saudável, onde todas as pessoas sejam importantes, independente de cor, raça, sexo ou credo.

Conforme o PNUD, o desenvolvimento humano tem como foco principal o ser humano, e, por isso, quaisquer questões econômicas que influenciem na vida das pessoas, é de interesse do desenvolvimento humano. Existem diversos tipos de desenvolvimentos e os mais variados

conceitos para cada um deles. Observa-se o conceito primordial para desenvolvimento, que de acordo com Bresser (1977, p.21),

O desenvolvimento é um processo de transformação econômica política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornasse automático e autônomo. Trata-se de um processo social e global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações.

O Brasil na década de 2000 experimentou altos índices de crescimento econômico, o que teoricamente deveria melhorar no padrão de vida de sua população. O produto interno bruto (PIB) brasileiro cresceu substancialmente entre 1991, 2000 e 2010; nestes anos foram publicados os censos demográficos do IBGE, e calculado o IDH para o Brasil, estados e municípios.

O discurso de crescimento econômico para pessoas e pelas pessoas é excepcional. Entre 1991 e 2000 o PIB brasileiro cresceu 59%, e entre 2000 e 2010 esse crescimento foi de 224%; quando se trata de país, o Brasil está entre 10 maiores economias do mundo, mas, ainda assim possui grandes contradições sociais.

Observa-se, também a variação de IDH com ênfase no indicador renda. Tem-se que IDH de renda entre 1991 e 2000 cresceu 7%, e entre 2000 e 2010 também houve um crescimento de 7%. Vale ressaltar que esta renda de IDH não tem relação com renda *per capita*, e sim o que é necessário para se ter uma vida digna.

A comparação entre os percentuais de crescimento, entre PIB e IDH mostra claramente um país que teve seu PIB elevado em 283% nos 19 anos avaliados. Porém, no IDH de renda cresceu apenas 14%. O PIB elevado é sinal de alto crescimento econômico, e como observado anteriormente, sendo condição basilar para desenvolvimento humano. No entanto, a renda elevada pode não ser sinal de qualidade de vida e sustentabilidade, e, ainda, podem haver desigualdades na distribuição de renda, onde muitos possuem quase nada e pouquíssimos possuem quase tudo.

De acordo Haq (1978, p.01), “a desigualdade na distribuição de renda encontra justificativa funcional desde que dela resulte o aumento da produção em benefício de todos e não o aumento do consumo em benefício de uns poucos”.

O país teve um bom crescimento econômico, onde duas hipóteses sobre as desigualdades estão presentes. A primeira de que o país deve ter crescimento econômico vigoroso durante um longo período, acumular riquezas e depois distribuir renda de forma mais igualitária, de modo a reduzir as desigualdades. A segunda é que a medida do crescimento

econômico deve ser paralela a esta distribuição igualitária, ou seja, crescendo economicamente e distribuindo igualmente a riqueza produzida.

Fazendo uma analogia empírica das duas hipóteses sobre crescimento da economia, é que o Brasil talvez esteja aplicando à primeira, visto que ainda não se vê as diversas camadas sociais brasileiras em patamares de qualidade de vida semelhantes à riqueza acumulada.

Deve-se entender que a qualidade de vida não está exclusivamente associada à renda, que conforme Sen (2000, p.39) “a qualidade de vida, a qual também se concentra no modo como as pessoas vivem (até mesmo nas escolhas que têm), e não apenas nos recursos ou renda que elas dispõem”, ou seja, a qualidade de vida leva em consideração às opções de escolhas disponíveis a sociedade.

O principal desafio do PNUD, de acordo com Machado e Pamplona (2008, p.64) é trabalhar em conjunto com os diversos países membros, para solucionar problemas em 5 áreas distintas: “governança democrática, redução da pobreza, prevenção e recuperação de crises, energia e meio ambiente e HIV/AIDS”.

Segundo Sen (2000), o êxito de uma sociedade é avaliado pelas liberdades que seus membros desfrutam. Por isso a necessidade de uma governança democrática, visando reduzir as desigualdades sociais deve ser o foco dos governos. Se o país for bem administrado buscando melhorias para as pessoas e pelas pessoas, vai superar qualquer tipo de crise com facilidade.

O PNUD através do Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH, que anualmente publica o IDH dos países membros, e de acordo com Machado e Pamplona (2008, p.21) não possui uma estratégia de ação clara, observa-se a crítica destes autores:

A principal e mais comum crítica em relação ao PNUD até o início da década de 1990 era a falta de um perfil específico e um foco claro para suas políticas de desenvolvimento. Neste sentido, o PNUD era visto como uma agência de desenvolvimento que oferecia “tudo”, mas não se focava em nenhum aspecto específico e não tinha nenhuma abordagem estratégica.

O foco de atuação do PNUD pode não ser claro, e por isso, proporcionar discordância nos seus indicadores educação, longevidade e renda. Há uma consideração muito interessante sobre o desenvolvimento humano, na qual Morin (2000, p.55) ressalta,

A complexidade humana não poderia ser compreendida dissociada dos elementos que a constituem: todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana.

As estratégias adotadas pelo PNUD podem não ser claras para melhorar os indicadores dos países membros, e, ainda, Morin retrata as autonomias individuais, das participações comunitárias como os motores para real desenvolvimento humano. Utilizar o nível de instrução e grau de conhecimento como indicador educacional, expectativa de vida da população para análise da saúde através da longevidade, e uma renda adequada que permita viver com dignidade e satisfação das necessidades mais básicas das pessoas, é uma forma que pode ser utilizada para mensuração do desenvolvimento, porém, não esgota outras.

Quanto maior o IDH de uma cidade em síntese, maior será a qualidade de vida das pessoas; por consequência deve ter menor a quantidade de conflitos distributivos, baixa concentração de renda, saúde e educação de qualidade. A qualidade de vida é conceito muito amplo, sendo utilizado de várias formas, como observa-se em Kluthcovsky e Takayanagui (2007, p.14):

O termo qualidade de vida foi, então, usado para criticar políticas, nas quais o objetivo era o crescimento econômico sem limites. O conceito foi, a seguir, ampliado, a fim de medir o quanto uma sociedade havia se desenvolvido economicamente. Com o passar dos anos, o conceito se ampliou, significando, além do crescimento econômico, o desenvolvimento social, como educação, saúde, lazer, etc.

As autoras Kluthcovsky e Takayanagui (2007, p.14) utilizam três referências para explicar qualidade de vida: histórica, cultural e padrões. A histórica busca analisar qualidade de vida em épocas diferentes na mesma sociedade, a cultural, as necessidades de valores de uma sociedade são diferentes de outras sociedades, os padrões tomam por base qualidade de vida das classes mais “abonadas economicamente”.

De acordo com o RDH de 2000, o Brasil ocupava a posição 74^a entre os quase 200 países avaliados para os indicadores de IDH. Enquanto que no RDH de 2015 essa posição foi para 75^a. A Argentina, por exemplo, conforme os mesmos relatórios ficou em 35^a em 2000 e 40^a no ano de 2015, caindo 5 posições, porém, seu IDH ainda é classificado como muito alto, diferente do Brasil que no período em análise sempre esteve na faixa do alto.

Os dois países caíram na classificação de IDH, ambos são sulamericanos, mas, ressalta-se que mesmo o Brasil sendo uma potência econômica muito maior que a Argentina, este país esteve muito acima do Brasil na classificação de IDH, o que permite firmar que a Argentina proporciona mais qualidade de vida a sua população que o Brasil.

O Brasil em 2000 possuía um IDH de 0,736 e em 2015 é 0,755. Em 15 anos o país avançou 0,019 pontos de IDH, e mesmo com o modesto aumento do IDH ainda caiu na classificação entre os países avaliados. Talvez este avanço simplório se deu pelo fato do que foi

priorizado no período de grande crescimento econômico no Brasil.

Neste contexto, os países que estão no topo do IDH priorizam equilíbrio e igualdade social e a qualidade de vida de sua população. O IDH brasileiro é uma média dos índices de desenvolvimento humano dos Estados, que por sua vez, também, é uma média do IDH dos municípios brasileiros. Observa-se pequenas variações entre valores médios dos IDH estadual e IDH municipal e seus indicadores. Não se trata de uma grande diferença numérica que tenha impacto na classificação do país, estado ou município, todavia, ela existe e deve ser discutida, do que de fato seria esta diferença, e qual a influência no IDH estadual e municipal, porém, esta discussão não é foco deste estudo.

Essa divisão de indicadores permite o direcionamento de políticas públicas nas áreas de educação, saúde e renda; as políticas públicas segundo Hofling (2001, p.31), “é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”.

Desde 1991, ano em que o primeiro censo foi realizado, às regiões Nordeste e Norte já eram relegadas e apresentavam as piores IDHs regionais, respectivamente, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano de 2013. Na classificação dos municípios amazonenses no IDH, tanto em 1991 quanto em 2010 haveria municípios com populações extremamente miseráveis e a história observada na realidade do Amazonas é bem diferente. Observa Hofling (2001, p.31) sobre as políticas sociais:

E políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

Hofling assume que parte do Estado promover políticas sociais que amenizem os contrastes ocasionados pelo desenvolvimento socioeconômico. Por isso, é observado o direito mais básico que é a vida; não é notório um mar de oportunidades sedimentadas em altos níveis de qualidade de vida nos municípios do Amazonas.

1.2 Índice de desenvolvimento humano

De acordo com Sen (2000), o desenvolvimento humano se propaga a partir do aumento das oportunidades, ampliação das capacidades de escolhas tendo como resultado a melhoria da qualidade de vida das populações. O PNUD (1998, p.19) mostra que *Mahbub Ul Haq* junto com grupo de pesquisadores “criou o Índice Desenvolvimento Humano – IDH, para todos os

países, e, é publicado a cada ano desde 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, no Relatório de Desenvolvimento Humano”.

O Brasil, por sua vez, publicou o IDH dos Estados e municípios de acordo com os censos populacionais de 1991, 2000 e 2010, ou seja, a cada 10 anos. Vale salientar que todos os anos o IBGE publica as estimativas populacionais, o que é de grande valia nas pesquisas, que relativizam indicadores e população.

De acordo com Machado (2008, p.54), “o IDH por ser facilmente calculado, sintético e de simples aplicação ganhou notoriedade, e, acabou ofuscando o conceito de desenvolvimento humano”, que é bem maior que simples número classificador. Machado (2008) relata, ainda, que o IDH é apenas uma parte do desenvolvimento humano e não o seu todo. Por isso, a importância de analisar as ocorrências policiais como outro possível indicador de segurança pública ou violência para compor este índice.

De forma geral, países, estados e municípios em que IDH está numericamente mais próximo de 1, os conflitos distributivos são menores, há menos violência, que para Minayo (1993) é:

fenômeno cujas facetas são objeto de apreensão no cotidiano, pelo desencadeamento de temor generalizado aos assaltos, sequestros e assassinatos. Ela também passa a ser objeto de reflexão por parte de várias áreas do saber, entre elas a Saúde Pública, pelo papel que assume diante da morbi-mortalidade, vitimando crianças, jovens, adultos e idosos indiscriminadamente.

Menor quantidade de registros de ocorrências policiais, uma longevidade elevada, além de sua população gozar de um maior número de oportunidades, alta qualificação profissional, baixos índices de analfabetismo contribuem para melhor qualidade de vida.

No Brasil o crescimento econômico não reflete em benefícios a população, esta situação também não é diferente no Amazonas. Mas, essas populações amazonenses souberam contornar todas as dificuldades e avançar no direito mais básico que é a vida. Conforme o censo de 2010, Manaus e Atalaia do Norte são os opostos no Estado do Amazonas; o primeiro com IDH de 0,737 e o segundo 0,450, respectivamente.

Manaus, sendo a capital do estado, possui mais recursos econômicos, maior população (mais de 50% de todo o Estado do Amazonas), e, também maiores diversificações de serviços que Atalaia do Norte, ou seja, há uma relação entre índice de desenvolvimento humano e tamanho da população.

O Estado do Amazonas possui uma área de 1,5 milhões de km², população de 4.001.667 (IBGE, estimativa 2016), distribuídos em uma densidade demográfica de 2,23 habitantes por

km² divididos em 62 municípios. Faz fronteira com 3 países: Colômbia, Peru e Venezuela. De acordo com Ministério do Meio Ambiente – MMA (2002) 60% da Amazônia está no território brasileiro, conforme o MMA (2002, p.21), “ela é uma fronteira para a ciência e a tecnologia, em uma era marcada pelo avanço das biotecnologias e da engenharia genética”, que poderia ser explorada em favor do desenvolvimento sustentável.

No Amazonas, o enfoque econômico local está em favor da indústria, mas, com um potencial imensurável para derivados da biodiversidade, como dito anteriormente pelo Ministério do Meio Ambiente. No passado este Estado foi grande produtor de borracha, um produto natural de grande utilidade e preço elevado na segunda revolução industrial, o que permitiu um grande desenvolvimento econômico ao município de Manaus no início do século XX.

Atualmente a fauna e a flora são as tecnologias da vez. Becker (2005, p.77) apresenta que além da biodiversidade, duas outras “mercadorias fictícias”, a da água e do ar; elas são consideradas fictícias, pois, não foram produzidas para venda no mercado. Porém, estão disponíveis neste imenso mar verde chamado de Amazonas.

O índice de desenvolvimento humano do Amazonas para educação, renda e longevidade, de acordo com o primeiro censo em 1991 o Estado ocupava 15^o posição entre os 27 Estados. IDH de 0,430 considerado de classificação muito baixa, tendo melhorado numericamente nos dois censos seguintes: 2000 e 2010 obteve o 22^o (0,515) e 18^o (0,674), respectivamente.

Ascensão pode ser fruto do crescimento econômico experimentado pelo Brasil na primeira década dos anos 2000, e teve como reflexo a melhoria do IDH no Amazonas. No entanto, mesmo melhorando na classificação de muito baixa para média, caiu 3 posições no ranking nacional entre 1991 e 2010.

No que tange a ocorrências policiais, em 2004 o Amazonas teve 406 ocorrências policiais do crime de homicídios dolosos (ABSP, 2010, p.28) e 6 anos depois em 2010 foram 916 ocorrências (ABSP, 2012, p.10). Esta quantidade (510 homicídios a mais) representa um aumento de 115% de vítimas. De acordo o IDH, aqueles municípios com indicadores mais baixos deveriam apresentar mais ocorrência de homicídios.

É interessante notar que no censo de 2010, o mais recente publicado para o IDH municipal, o Amazonas possui uma cidade classificada como alto (0,700 – 0,799), 14 cidades na classificação média (0,600 – 0,699), 40 cidades na classificação baixa (0,500 – 0,599), e por fim, 7 cidades na classificação muito baixa (0,400 – 0,499).

Logo, qual dos dois extremos possui melhor qualidade de vida? Menor quantidade de

ocorrências policiais por habitante? Qual dos extremos tem mais ocorrências policiais? Qual dos dois há maior cobertura policial militar? São questionamentos que devem ser levados em consideração, tendo em vista a classificação de IDH.

A pesquisa aborda o índice de Gini, que nas palavras de Hoffmann (2016, p.10), “O índice de Gini pode ser definido como duas vezes a área de desigualdade. Ele varia entre zero e um e é uma das medidas de desigualdade mais comumente utilizadas”, que também é publicado junto ao Atlas de Desenvolvimento Humano de 2013. Este indicador que será utilizado para medir a concentração de renda nos municípios do Amazonas e relacionado aos indicadores de IDH, com foco no indicador de renda de 2010. Este índice varia de 0 a 1; quanto mais próximo de 0 significa total igualdade de renda, e quanto mais próximo de 1 significa total desigualdade de renda, ou seja, a renda do município está concentrada nas mãos de poucos ou somente uma única pessoa.

Fazendo alusão aos estados e municípios, aos municípios e bairros, como se os bairros fossem pequenos municípios ou municípios maiores, seja por sua população ou extensão territorial, o município de Belo Horizonte no Estado de Minas Gerais desenvolveu dois indicadores sociais que são trabalhados dentro de seus bairros.

De acordo Diniz (2003), Belo Horizonte no Estado de Minas Gerais criou as unidades de planejamento (UP), das quais fazem parte dois índices: índice de qualidade de vida urbana (IQVU) e índice de vulnerabilidade social (IVS). O primeiro busca direcionar os investimentos na cidade, a fim de promover qualidade de vida urbana através construção de equipamentos públicos. Enquanto que o segundo analisa indicadores, que mostram exclusão e vulnerabilidade social, as quais a população da UP está sujeita e entre esses indicadores estão às taxas de violência de acordo com Diniz (et al, 2003).

Por isso, a proposta de relacionar as ocorrências policiais aos indicadores de desenvolvimento humano é de extrema importância para analisar a qualidade de vida nos municípios amazonenses, por entender que as ocorrências podem representar um indicador; ainda estimular no Estado do Amazonas a visão dos municípios como Unidades Locais de Planejamento – ULP. Estas unidades teriam seus indicadores avaliados constantemente apresentados ao Estado, quais indicadores devem ser otimizados bem como o direcionamento de investimentos em políticas públicas.

O estudo parte da discussão sobre o desenvolvimento humano, tendo como base o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento – PNUD, conforme Machado (2008, p.53), “é o principal órgão da Organização da Nações Unidas – ONU para o desenvolvimento e é responsável por trabalhar, conjuntamente com os países procurando alcançar soluções para os

desafios do desenvolvimento em seus diferentes níveis”. O PNUD apresenta que o “conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas, para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser”.

Ao PNUD, Machado (2008) mostra que foi dada pouca importância, e que os estudiosos da área têm demonstrado interesse nos Relatórios de Desenvolvimento Humano – RDH, e que muitas vezes confunde-se o conceito de desenvolvimento humano com o próprio IDH, quando este captura apenas uma parte do desenvolvimento humano.

Este índice é de extrema importância para mostrar a realidade dos espaços que estuda, mas, não é universal. A considerar o argumento, vale ressaltar Rufino (2015, p.321):

Nas cidades do interior do Amazonas observa-se um aberto progresso de via urbanização, que tem atraído para a periferia dos municípios a população rural. A pobreza relativa passa a ser pobreza absoluta. Em função da baixa absorção dos recursos humanos, índice de reduzido de empregabilidade, cresce a economia informal e o aumento de pessoas dependentes dos programas de transferência de renda dos governos federais e estaduais.

Rufino (2015) apresenta um argumento como vem ocorrendo com o desenvolvimento nos municípios do interior do Amazonas. O argumento mostra que em teoria, aumentaria os indicadores criminais, e, também a pesquisa de Rufino (2015) não faz relação ao índice de desenvolvimento humano, porém, mostra que esta atração para zonas periféricas dos municípios tem causado problemas de saúde, educação. Vale salientar outra constatação de Rufino (2015, p.321), “O PIB, em geral, indica média de renda na Região de Fronteira do Amazonas – RFA não é baixa, todavia, há de se apurar, com mais detalhes, o fim a que se destinam as receitas municipais”.

Se renda média fracionada pelo PIB não é baixa, significa dizer que o IDH renda também não é baixo. Esse é um ponto basilar, pois, é notória a concentração de renda nestes municípios, pois o PIB, IDH renda e índice de Gini se unem, onde um pode ser a resposta da má condução outro. O estudo vai apresentar um pouco sobre os principais indicadores de desenvolvimento humano: educação, renda e longevidade.

1.3 Educação, renda, longevidade e as relações de desigualdades sociais e violência

1.3.1 Educação

A educação é indicador que permite as pessoas a vencerem as desigualdades sociais, é o conhecimento que leva os seres humanos a vencer barreiras e sair de ciclo de gerações de pobreza, cabendo ao Estado promover educação de forma igualitária.

E o PNUD (1998, p.38) abrange o indicador Educação da seguinte forma: “é representada pela medição da escolaridade, que compreende duas variáveis: a taxa de alfabetização de adultos, com peso correspondente a dois terços do total, e taxa combinada de matrícula nos níveis primário, secundário e superior com peso de um terço do total”.

A violência está intimamente relacionada com a educação. Em entrevista concedida à rede BBC Brasil, Rolim (2017) afirma que “muitos meninos que se afastam da escola são, de fato, recrutados pelo tráfico de drogas e são socializados de forma perversa”. A cooptação feita pelo tráfico de drogas são típicas de bairros periféricos e pobres, onde o estado pouco atua para reduzir a vulnerabilidade social, a qual estas crianças estão sujeitas, o que é ainda pior, essas crianças crescem, acreditam que estas pessoas de comportamentos criminosos são exemplos a serem seguidos.

A ONU (2013) mostrou um dado alarmante: “que um a cada quatro alunos que inicia o ensino fundamental no país abandona a escola antes de completar a última série”, sem deixar de mencionar que no Brasil a quantidade de analfabetos funcionais só aumentou, visto que a preocupação deixou de ser a aprendizagem do discente e passou a ser a progressão e permanência na escola.

Rolim (2017) destaca uma iniciativa no Rio Grande do Sul, onde é fornecida uma bolsa financeira para formação do jovem em informática, mecânica e manutenção predial. Vale salientar que no Brasil tem talentos nas mais diversas áreas do conhecimento humano, no entanto, é um país muito fraco em empreendedorismo, que poderia sensibilizar jovens na geração de conhecimento, e na captação de pessoas geniais.

A educação é uma das chaves para a redução da violência no Brasil. De acordo com Viapiana (2006, p.69), “As relações entre empregos, rendas e crimes ficam ainda mais claras quando examinamos o papel da educação. Ela se relaciona diretamente com o desenvolvimento econômico e com as oportunidades de emprego e renda”, o que permite inferir que melhorando a educação no Brasil, há grande possibilidade na redução dos índices de criminalidade.

No Amazonas o indicador de educação foi o que mais evoluiu do ponto de vista percentual, porém, o que menos contribui para o aumento do IDH geral. O jornal A Crítica

(2016) publicou sobre o crescimento da meta do Ministério da Educação - MEC para índice de desenvolvimento para educação básica – IDEB:

O Amazonas foi o Estado que teve o maior crescimento no ensino médio, entre as redes estaduais, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2015, saindo de 3,0 em 2013 para 3,5 em 2015. Amazonas e Pernambuco foram únicos Estados brasileiros que cresceram em todos os níveis do Ideb 2015 tanto nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e no ensino médio. Em âmbito municipal, Manaus também teve bom desempenho, atingindo a nota 4,3 nos Anos Finais. O resultado foi superior a meta de 3,8 determinada pelo Ministério da Educação (MEC) para a capital amazonense. A projeção do MEC era que a rede alcançasse esse resultado apenas em 2019.

É fato que o Amazonas melhorou seus indicadores de educação, visto que houve diversos projetos para levar conhecimento aos 62 municípios amazonenses, muitos destes com grandes dificuldades na circulação de pessoas, conhecimento e comunicações. Ressalta-se que a Universidade do Estado Amazonas – UEA possui campus em quase todos os municípios do Amazonas.

1.3.2 Renda

Este indicador é trabalhado no PNUD (1998, P.38), “foi adotado como indicador um padrão de vida descente e, portanto, como espelho de todas as outras dimensões do desenvolvimento humano não abrangidas na saúde e no conhecimento”. A renda é um balizador de riqueza das nações globais por um cálculo do PIB do país dividido pela população absoluta, onde todos seriam igualmente atendidos sem desigualdades sociais.

Mas, desigualdades existem e de forma muito latente no Brasil, segundo Haq (1978, p.59), “Há, hoje em dia, aceitação geral quanto à existência de uma distorção grave na distribuição de renda”. Conforme a Informoney (2011) o Brasil:

De acordo com levantamento, apesar de ter diminuído na última década, a desigualdade de renda entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres no Brasil, é atualmente de 50 para 1, enquanto que no México e Chile (países membros da Organização para Cooperação para Desenvolvimento Econômico) é de 25 para 1.

É como se dois trabalhadores, o mais rico tivesse uma renda de cinquenta mil por ano, e o mais pobre tivesse uma renda de um mil por ano. É a diferença que deve assombrar os governantes, pois, não deveria haver pessoas vivendo com tanta riqueza e outros com tão pouco que mal possuem o que comer. Ressalta-se que esta diferença está dentro do Brasil.

Sen (2000) mostra que para o desenvolvimento humano, a renda significa proporcionar as pessoas a viverem com dignidade, e, ainda dentro da proposta de Sen, observa-se o artigo nº 06, inciso IV da Constituição Federal (1988, p.07), o qual trata sobre o salário mínimo e a quem este deve atender, para que possa viver com dignidade:

Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

Quem analisa o histórico do crescimento econômico no Brasil percebe que o salário mínimo mal consegue suprir a necessidade mais básica do cidadão, que é saciar sua fome. Viver com dignidade perante o salário mínimo pago no Brasil hoje, é talvez uma mágica social que reflete claramente nos indicadores de violência urbana.

Primeiro vem à educação, os níveis de acesso à educação e a informação são diferentes, e, por consequência, vai formar pessoas diferentes, enquanto que rico tem acesso a educação particular, onde os professores são melhores remunerados; o pobre tem acesso a educação gratuita, com professores insatisfeitos, mal remunerados; as escolas muitas vezes são alvos de criminosos que aliciavam crianças e adolescentes para cometer crimes, furtam, depredam o patrimônio que deveria agir pra reduzir as desigualdades.

Crescimento econômico elevado é sinal de aumento da renda *per capita*, mas, não significa melhor qualidade de sua população, muito menos sustentabilidade para as gerações futuras. O IDH renda leva, também, em consideração renda *per capita* e crescimento econômico, porém, não como pontos fundamentais na composição do IDH, visto que entre 1991 e 2010 houve crescimento dos dois (renda e econômico).

1.3.3 Longevidade

A longevidade é o indicador ligado à qualidade de vida e desenvolvimento sustentável, e conforme o PNUD (1998, p.37-38), “a expectativa de vida ao nascer é a variável eleita como relevante para a primeira dimensão”.

De modo geral, a expectativa de vida geral no Brasil é de 75,8 anos para cada habitante, enquanto que em 1940 era 45,5 anos, porquanto, a mortalidade infantil para cada grupo de mil nascimentos era de 146,4 e em 2016 era de 13,3. O Amazonas segundo o IBGE (2016) tem uma expectativa de vida de 71,9 anos para cada habitante, na classificação geral ocupa 22ª posição,

onde o Estado de Santa Catarina com a expectativa de 79,1 anos. Segundo o IBGE (2018) o serviço de saúde leva em consideração:

Compreende as informações sobre saúde, abrangendo morbidade e causas de mortalidade; acesso e utilização de serviços de saúde; gastos com saúde; estilo de vida (alimentação, tabagismo, consumo de álcool); nutrição (aquisição de alimentos, segurança alimentar e nutricional, avaliação nutricional); deficiência e capacidade funcional; infraestrutura e gestão da saúde; e conta-satélite da saúde, entre outros aspectos.

O serviço de saúde é talvez o mais essencial a qualquer país, o Brasil conta com o Sistema Único de Saúde – SUS. No Brasil este serviço é gratuito, no entanto, pela má gestão em alguns estados este sistema está em colapso; são filas imensas para atendimentos, esperas demasiadas para realização de exames médicos, hospitais e clínicas em condições precárias.

Quando o serviço público não funciona de maneira eficiente, abre expectativas para a iniciativa privada, e hoje é cada vez maior a quantidade de planos de saúde, mostrando a ineficiência da gestão da saúde pública. Os estados são o retrato do país, impostos elevadíssimos e na prestação de serviços públicos precários.

1.4 Segurança pública

Antes de começar a compreender sobre a segurança pública, vale ressaltar a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, em Brasil (2012, p.04) sobre a violência urbana:

A violência urbana é um dos problemas públicos mais graves da sociedade brasileira. Há um clamor popular por mais segurança, o qual é revelado em pesquisas de opinião diversas. O desafio que se apresenta é a formulação e a implementação de políticas de segurança pública capazes de reduzir os indicadores de criminalidade violenta.

A SENASP mostra, que há um clamor da população por segurança pública, no qual o desafio do Brasil não é fácil, pois são 27 sistemas de segurança pública com gestões diferentes, que falam linguagens diferentes, o que dificulta a eficiência na prestação do serviço de segurança pública no Brasil e em seus Estados.

O sistema de segurança brasileiro é definido na Constituição Federal de 1988, no seu artigo nº144 (1988, p.25):

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - Polícia federal;

- II - Polícia rodoviária federal;
- III - Polícia ferroviária federal;
- IV - Polícias civis;
- V - Polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Dever do Estado, direito e responsabilidade de todos definidos pela Constituição de 1988, porém, esqueceu-se da União e dos Municípios, cabendo tão somente ao Estado à promoção da segurança pública. Ainda sobre segurança pública, observa-se a SENASP, Brasil (2012, p.24):

Nessa interpretação restrita de segurança pública, não haveria muito espaço para a atuação dos governos federal e municipal, uma vez que a política de gestão policial, de execução penal e a administração da justiça criminal são majoritariamente desenvolvidas pelos poderes estaduais.

Vale ressaltar que nos serviços de saúde e educação, os entes governamentais têm sua parcela de obrigação e participação, ou seja, União, Estados e Municípios participam do financiamento e planejamento das ações de saúde e educação, diferentes da segurança pública.

Na segurança pública somente o Estado é responsável por este serviço e este deve planejar e prover investimentos para redução da violência e sensação de segurança. O Estado já demonstrou várias vezes sua ineficiência na condução da segurança pública. O Rio de Janeiro é o maior exemplo recente, pois, este Estado está sobre intervenção Federal, que significa dizer que as forças de segurança pública estaduais estão a comando do Exército Brasileiro – EB, o qual nomeou um General para o cargo de interventor.

Até este momento, ainda, é muito cedo para fazer uma avaliação do trabalho desenvolvido pelo EB durante a intervenção, no entanto, mostrou que o Estado do Rio de Janeiro não estava conseguindo fazer a gestão de seus recursos para redução e controle da violência.

Os municípios também não são obrigados por lei de fazerem investimentos em segurança pública, mas, podem constituir guardas municipais para proteção de seus bens, instalações e serviços, de acordo com inciso § 8º da CF de 1988. No início dos anos 90 os municípios começaram a intervir na segurança pública, como relata a SENASP, em Brasil (2012, p.19), “através da formulação e execução de políticas públicas locais e da criação ou ampliação de estruturas municipais dedicadas a essa questão, como secretarias municipais, conselhos comunitários e guardas municipais”.

Há pouco mais de vinte e cinco anos os municípios deram início a criação das secretarias de segurança pública municipal, pois, passaram a entender a promoção deste serviço a seus

municípios, como sendo primordial ao bem-estar social. Porém, somente em 2018, o Governo Federal criou o Ministério da Segurança Pública.

Compreendendo a estrutura nacional, bem como a participação da União e dos municípios na segurança pública, o estudo mostra Segurança Pública no Estado do Amazonas se difere das demais somente na gestão, mas os órgãos são os mesmos. A Constituição do Estado Amazonas de 1989 – CEA de 1989, no artigo nº114 (1989, p.65):

Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio público e privado, através de um Sistema de Segurança, integrado pelos seguintes Órgãos:
I – Polícia Civil;
II – Polícia Militar;
III – Corpo de Bombeiros Militar;
IV – Departamento Estadual de Trânsito.

Não é difícil perceber que a Constituição do Estado do Amazonas de 1989 trata-se de uma cópia da CF de 1988, pois, as constituições estaduais são adequações da CF de 1988. Caso haja interesse dos Estados em ir contra a CF de 88 não será possível. Este estudo vai focar nas Polícias Militar e Civil, suas missões constitucionais, para que seja feita a compreensão das ocorrências policiais.

Esse modelo bipolar brasileiro é extremamente ineficiente ao Estado. Conforme a SENASP, em Brasil (2017, p.17), “disjunção do trabalho policial em duas organizações distintas tem sido apontada por diversos estudiosos como um grave problema estrutural de segurança pública brasileira, uma vez que compromete a eficiência do serviço prestado por essas corporações”.

Há sempre no âmbito estadual disputas por poder e recursos dessas duas instituições policiais, que são danosos à sociedade, pois, em dado momento a PM acaba dando início ao processo investigativo, ao colher informações sobre delito no local do fato, enquanto que a PC muitas vezes faz patrulhamento ostensivo.

No momento em que uma Polícia faz o trabalho da outra e não conclui, tem-se o ciclo incompleto de polícia. Vale ressaltar, que o ciclo completo de acordo com a SENASP, Brasil (2017, p.17) é formado pelas seguintes fases:

1ª fase: Situação normal de paz social. Refere-se ao trabalho ostensivo realizado pela polícia, de caráter preventivo, em prol da preservação da ordem pública.
2ª fase: Restauração da paz social. Consiste no primeiro contato da polícia com a prática criminal, competindo-lhe exercer as primeiras providências de polícia administrativa e judiciária.

3ª fase: Investigativa. É exercida pela polícia judiciária, através da escuta do relato das testemunhas arroladas, realização de perícias, cumprimento de prisões processuais, exercidas por meio da instauração do Inquérito Policial.

4ª fase: Processual. A partir dessa sequência de procedimentos ocorre a fase processual, que é de competência do Ministério Público e Poder Judiciário.

A PM e PC não fazem os quatro fases, o que mostra lentidão no processo de investigação, gerando a sensação de impunidade e insegurança; ainda observa a SENASP, em Brasil (2017, p.18), “existência de polícias de ciclos incompletos, conforme ocorre em âmbito estadual, é uma característica exclusiva do Brasil, pois independentemente da forma com que as polícias são organizadas em outros países, as mesmas instituições realizam todas as etapas do ciclo policial”. Esta característica fragmentada das principais instituições que compõe os sistemas de segurança pública nos Estados dificulta o processo de justiça criminal, de modo a inviabilizar a eficiência deste processo.

A sociedade é quem sofre por não ter conhecimento das funções constitucionais das duas Polícias; está acostumada a ver sempre a PM nas ruas, inclusive, que esta instituição resolva todos os problemas, que possam acontecer no cotidiano. Não há no Brasil como mensurar o trabalho das duas Polícias, tendo em vista que suas missões constitucionais serem distintas. Estudiosos acreditam na PM pela ação preventiva, voltada para resolução de problemas com bases em estudos sobre a causa de crimes. Enquanto, que outros estudiosos acreditam que inteligência e investigação na PC seja a chave do sucesso na segurança pública.

De fato, qualquer ação que faça o cidadão de bem ser assistido pelo Estado, será muito bem aceita. O que muitos dos estudiosos e planejadores de segurança pública esquecem é que no Brasil há mais de 27 Brasis, ou seja, o produto de segurança pública que deu certo em determinado Estado pode fracassar em outro; há de se respeitar e compreender a diversidades: políticas, econômicas, culturais e sociais.

A Polícia Civil de acordo com a CEA de 1989, suas missões constitucionais são (1989, p.66), “as funções da Polícia Judiciária e a apuração de infrações penais, a realização de perícias criminais e médico-legais, realização de perícias criminais de quaisquer naturezas, a identificação civil e criminal”.

A PC atua após cometimento do crime, de maneira a buscar indícios de autoria e materialidade do fato. A PC exerce a investigação dos fatos tratada como polícia judiciária, repressiva, visto que sua atuação é auxiliar o poder judiciário a aplicar a lei penal a infratores. É a Polícia Civil, órgão que compõe o sistema de segurança pública, responsável pelo registro

das ocorrências policiais de todas as naturezas previstas no Código Penal Brasileiro - CPB, bem como apuração, investigação para iniciar o processo judiciário.

A Polícia Militar de acordo com CEA de 1989, tem as seguintes missões constitucionais são (1989, p.68):

polícia ostensiva de segurança, de trânsito urbano e rodoviário, de florestas e de mananciais e as relacionadas com a prevenção criminal, preservação e restauração da ordem pública, a polícia judiciária militar, nos termos da lei federal; a orientação e instrução das guardas municipais, onde houver, e por solicitação do Município respectivo.

A PM é claramente uma polícia preventiva, sua função é realizar patrulhamento ostensivo (fardado) para manutenção e reestabelecimento da ordem pública, sempre que for necessário. A SENASP, em Brasil (2012, p.16) relata que “Polícia Militar é classificada como Polícia Administrativa, por ser regida pelos preceitos jurídicos do Direito Administrativo”; por ser classificada como administrativa, sua função é prevenir o cometimento de delitos. A Polícia Militar, por sua vez, atua em ocorrências policiais, seja para reestabelecer a ordem pública, seja para evitar o crime.

O estudo já mostrou que a PM age na prevenção de ocorrências policiais, a PC é responsável pelo processo de investigação para ajudar no processo de punição do agente infrator pelo poder judiciário, e pelos registros desta ocorrência, através do Boletim de Ocorrências – BO, para conhecimento Universo Policial (2009) define boletim de ocorrência e ocorrência policial como:

O boletim de ocorrência pode ser conceituado como sendo o registro ordenado e minucioso das ocorrências que exigem a intervenção policial. Ocorrência policial, por sua vez, é todo fato que, de qualquer forma, afete ou possa afetar a ordem pública e que exija a intervenção policial por meio de ações ou operações.

Estudo vai relacionar os indicadores de desenvolvimento humano as seguintes naturezas criminais de: homicídios, lesões corporais, estupros, furtos e roubos. O código penal brasileiro - CPB define as cinco naturezas em dos crimes contra a pessoa, artigo nº 121 – homicídio; das lesões corporais, artigo nº 129 – lesão corporal; dos crimes contra o patrimônio, artigo nº 155 – furto; artigo nº 157 – roubo, se este roubo resultar em morte aplica-se o paragrafo 3º do mesmo artigo, incidindo no crime de latrocínio; dos crimes contra a dignidade sexual, artigo nº 213 – estupro.

Uma análise sucinta entre países da América do Sul Brasil e Equador, os Estados Brasileiros Amazonas e Acre ns relação entre IDH, renda *per capita* e ocorrências policiais de

homicídios. Segundo a ONU (2016), o Brasil apresentou uma taxa 32 homicídios por grupo de 100 mil habitantes, renda *per capita* de US\$ 15.000 e está classificado na 75ª posição no ranking de IDH no valor de 0,775. Enquanto, que o Equador tem uma taxa de 14 homicídios, renda *per capita* de US\$ 10.000, sua classificação de IDH é 88ª com valor de 0,732.

Ambos os países estão na faixa de IDH alto, mas, o Brasil está melhor classificado, tem maior renda *per capita*, no entanto, sua taxa de homicídios é duas vezes maior que a equatoriana, ou seja, está melhor classificado no IDH não significa índices baixos de ocorrências policiais de homicídios.

Entre os Estados observa-se Amazonas e Acre, ambos da região norte do Brasil, taxa de homicídios em 33 e 23, respectivamente em conformidade com ABSP (2016, p.12). O Amazonas classificado no IDH estadual brasileiro na 14ª posição com IDH de 0,674 que de acordo com Economia (2013) e renda *per capita* US\$ 10.000, enquanto que Acre está na 20ª posição com IDH de 0,663 e renda *per capita* de US\$ 6.500.

Assim como foram avaliados o Brasil e o Equador, o mesmo procedimento para Amazonas e Acre, tendo mesmo resultado, que o Amazonas apresentou indicadores socioeconômicos melhores, porém, sua taxa de homicídios é 30% maior que a do Acre.

Não basta somente ter maior renda e IDH, se taxa de homicídios é bem maior nos que tem mais renda e melhor IDH. Uma colocação deste estudo é terror que mídias e demais meios de comunicação fazem, ao explorar as notícias sobre homicídios. As ferramentas de comunicação criam no imaginário do cidadão brasileiro, que homicídio é crime mais comum e banal do cotidiano.

Na cidade de Manaus de acordo com ABPS (2016, p.50) 2015 houve uma média de 2,7 homicídios por dia, enquanto que a média de roubos girava na casa dos 110 roubos por dia. Ao final de 2015, na soma das duas naturezas o total de homicídios mal chegam em 3% do total de roubos.

O que vem sendo abordado pelos diversos meios de comunicações é o crime de menor frequência, pela característica violenta e incomum; a mídia faz o cidadão acreditar que se ele sair de casa pode ser uma vítima fácil do crime de homicídio, que é vítima de roubo. Muitas são as ocorrências que os policiais se deparam, mas, não registram em BO, pois, a ordem pública foi reestabelecida sem tal necessidade, havendo a utilização de mediação de conflitos, um argumento muito utilizado, quando no delito não houve emprego de violência. Esta mediação é importante para não sobrecarregar a PC.

Ficando claro quanto ao registro de BO, ocorrências policiais e crimes. O estudo inicialmente aborda as ocorrências policiais de homicídios no Amazonas entre 2005 e 2015. De

acordo IPEA (2017) a taxa de homicídios por grupo de 100 mil habitantes subiu 101%, sendo 18,5 até 37,4 no Amazonas 2005 e 2015, respectivamente.

Conforme o IPEA (2017, p.72), Manaus uma taxa de 54,9 homicídios por grupo de 100 mil habitantes em 2015, com uma população de 2.057.711 habitantes, de acordo com anuário brasileiro de segurança pública - ABSP (2016, p.14) para este município: “foram 988 homicídios consumados em 2015”.

A pesquisa obteve junto à secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM) dados sobre homicídios em todos os municípios do Amazonas. Mas, no primeiro momento, a ideia é verificar os homicídios em dois municípios do Amazonas, em Atalaia do Norte, o menor IDH do Estado em 2010, para fazer comparação com Manaus o único IDH alto do Estado.

Então, para embasar o indicador violência através das ocorrências policiais de homicídios. Será feito por relação entre populações, IDH, índice de Gini, ocorrências policiais de homicídios e habitantes por homicídios.

Tabela 03: Municípios do Amazonas – relação de habitantes por Homicídios 2015

Estado/ Município	População	IDH 2010	Índice de Gini	Homicídios	Hab./ Homicídio
Amazonas	3938336	0,674	0,65	1313	2999
Manaus	2057711	0,737	0,61	988	2083
Atalaia do Norte	18133	0,450	0,65	0	18133

Fonte: IBGE, Atlas do IDH 2013/ PNUD e SISP-AM.

Não é adequado aplicar o mesmo tratamento estatístico para populações tão divergentes em quantidade, como é caso da taxa de homicídios por grupo de 100 mil habitantes aplicada ao Amazonas e sua capital Manaus, não podendo ser aplicada ao município de Atalaia do Norte, pois, possui pouco mais de 15 mil habitantes, por isso a tabela 03.

Pois, a população de Manaus é 100 vezes maior do que o de Atalaia do Norte, esta inadequação poderia se arrastar para a taxa de homicídios por grupo de 100 mil habitantes e mostrar Atalaia do Norte um município extremamente violento. A ideia é utilizar a população para mensurar os habitantes por homicídio.

O resultado atingido na relação de habitantes por homicídios, significa dizer que no Amazonas, um homicídio para cada grupo de 2999 habitantes; em Manaus a cada grupo de 2083 habitantes, um foi vítima de homicídio. Enquanto que em Atalaia do Norte é zero mortes para toda a população (18133) do município, pois, segundo a SSP-AM não houve nenhum registro de homicídio no ano de 2015 neste município.

Significar dizer que mesmo Manaus sendo classificado no IDH alto, melhor na distribuição de renda, e Atalaia do Norte no muito baixo, que foi 2083 vezes mais fácil perder vida na capital do Amazonas em 2015, que neste pequeno município do interior. Agora o estudo vai abordar a chamada cobertura policial militar, porque foi dado acesso ao efetivo da PM, que está presente em todos os municípios do Amazonas.

1.5 Cobertura policial militar

A busca em padronizar índices e difundir entre as diversas nações não é de agora. Como exemplo mais famoso, o próprio IDH que quantifica em valores para padrões de educação, renda e longevidade afim de classificar numericamente diversos países.

Na segurança pública não é diferente. Logo, foi criado o termo “cobertura policial”, que no Brasil é a quantidade de habitantes “protegidos” por um policial, ou seja, a relação de um policial pelo número de habitantes. Viapiana (2006, p.24), “relaciona na zona Sul do Rio de Janeiro de 1 policial para 351 habitantes”. Segundo Neto (2013), em 2011 os Estados Unidos têm uma relação de 2,4 policiais para cada grupo de 1000 habitantes. Em uma comparação, nos EUA a relação é de 1 policial para cada grupo de 416 (1:416) habitantes, enquanto no Brasil esta relação é de 1:473.

Diferente do IDH que é reconhecido e financiado pela ONU através do PNUD, a cobertura policial é relacionada apenas com a população, sem ainda possuir argumento científico para generalização, padronização de difusão do conceito, tendo em visto que as características econômicas, sociais e culturais das cidades são distintas para prever uma regra geral de policial por habitante.

Mas, muitos, principalmente as mídias sociais e veículos de comunicação em massa, utilizam esta relação policial/habitante como se fosse uma verdade universal e que, inclusive, existe uma recomendação da ONU, que de acordo com a reportagem da revista Exame de 26/08/2015: “é 1 policial para 450 habitantes”. Neto (2013, p.04) pesquisou justamente para refutar tal afirmação:

Fica-se, portanto, clara a inexistência de qualquer recomendação sobre o número de policiais por número de habitantes por parte da ONU, conforme resposta oficial do UNIC RIO, a qual pode ser confirmada por qualquer membro da mídia, consultores, especialistas e governos junto ao aludido órgão.

Mesmo não havendo tal recomendação por parte da ONU, a cobertura policial no Brasil conforme a revista Exame (2015) é de 1 policial para cada 473 habitantes (1:473), e no Amazonas é de 1:421.

Esta relação policial/habitante serve para estudar duas dinâmicas da criminalidade, são elas: criminal e socioeconômica. A criminal, de acordo com o portal G1 que fez uma avaliação entre os homicídios e a cobertura policial, entre janeiro e outubro de 2013 em seis regiões do Distrito Federal, os extremos foram: Ceilândia com 115 homicídios e uma cobertura de 1:900, Lago Norte com 1 homicídio e uma cobertura de 1:200. O Distrito Federal mostra, claramente que segurança pública não está obedecendo às estatísticas criminais de empregar recursos nas regiões de maior necessidade. A socioeconômica será verificada nos municípios do Amazonas que são avaliados nos indicadores de IDH, no intuito de compreender se distribuição do efetivo policial militar obedece a critérios de produção de riqueza municipal.

Principalmente pelo fato, de que as ocorrências policiais podem estar relacionadas com a proporção de policial militar/habitantes (cobertura policial militar). Maior cobertura indica mais fiscalização e promoção de segurança pública por parte do Estado. A racionalidade leva em consideração critérios técnicos como distribuição populacional e criminal, ou seja, população maior, maior demanda dos serviços de segurança pública; criminalidade elevada em determinado municípios por suas características econômicas, sociais e culturais maior efetivo policial para promoção de segurança pública deste.

CAPITULO II – ANÁLISES DOS RESULTADOS

Este estudo fez uma breve análise sobre a ocupação territorial do Amazonas entre urbano e rural, bem como é a relação gráfica entre os 7 municípios de maior percentual de ocorrências e suas populações rurais.

Esta análise trabalha a cobertura Policial Militar no Estado do Amazonas, relacionando-a com habitantes, desenvolvimento humano, e as ocorrências policiais registradas entre os anos de 2014 e 2016, e mostrar geograficamente a relação de habitantes por policiais militares, ou seja, quantos habitantes são cobertos por um policial militar.

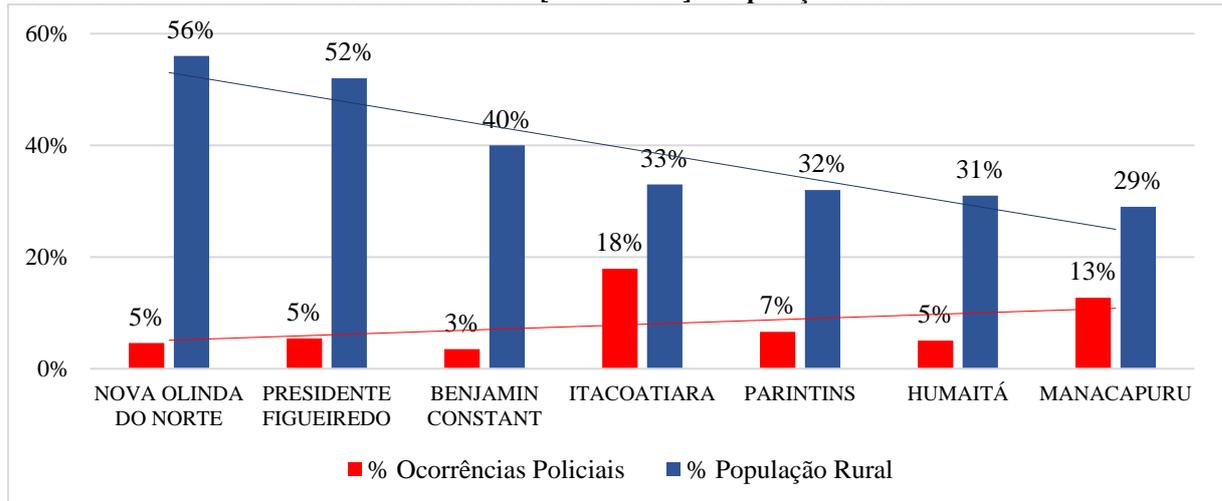
Este estudo apresenta a evolução dos índices de desenvolvimento humano através de mapas do IDH geral, e de seus indicadores entre os anos de 1991 e 2010, de modo que seja possível identificar evolução dos indicadores. Vale lembrar que desenvolvimento humano não se resume, exclusivamente ao IDH, sendo apenas uma parte de um todo. Porém, este índice consegue de modo geral identificar fraquezas nos municípios, estados e países.

O Estado do Amazonas saiu de uma IDH de 0,430 em 1991 e evoluiu 57% até um IDH 0,674, subindo dois degraus na classificação do IDH. Mesmo tendo uma média abaixo dos demais indicadores, a educação evoluiu pouco mais 330% seu IDH entre 1991 e 2010, a longevidade 25% e renda um subiu pouco mais que 15% respectivamente em 19 anos de IDH.

2.1 Amazonas Urbano e Rural

As ocorrências policiais neste estudo não são divididas em urbano e rural. O IBGE (2010) no censo fez o percentual de habitantes em urbano, e, este estudo relacionou população rural e os crimes, e teve como resultado o seguinte:

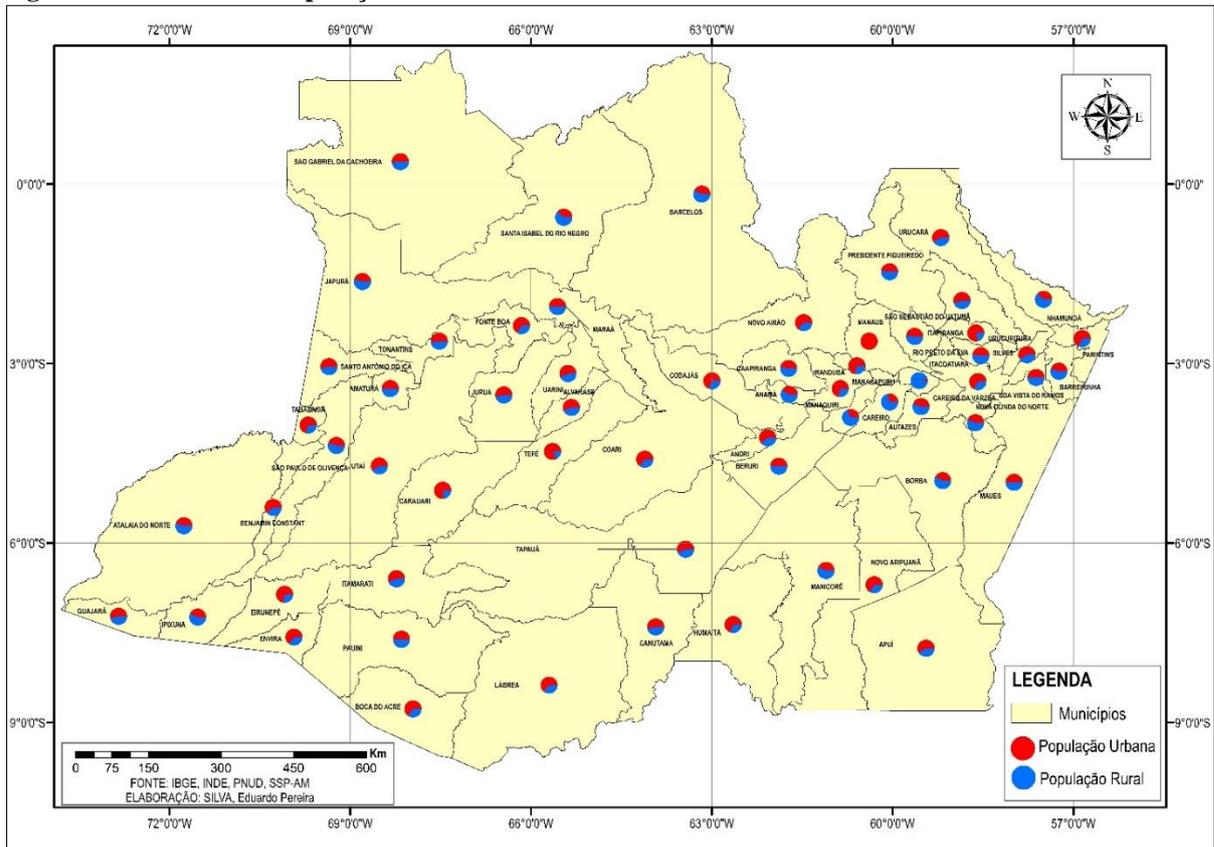
Gráfico 01: Amazonas – Ocorrências Policiais [2014 a 2016] e População Rural



Fonte: SSP-AM/ IBGE

A amostra corresponde a pouco mais de 10% dos municípios do Amazonas e que possuem maior percentual de ocorrências policiais. Manaus não está presente nesta análise. Há duas linhas de tendência no gráfico; a azul mostra que a população rural está reduzindo, enquanto que a vermelha mostra que o percentual de ocorrências está subindo. Relacionando as duas linhas significa dizer que menor população urbana, maior a quantidade de ocorrências policiais. O mapa abaixo mostra como está divisão de ocupação dos municípios:

Figura 01: Amazonas – População Urbana e Rural



Fonte: IBGE.

A análise da figura 01 para três municípios: Manaus com população quase que predominante urbana, Careiro da Várzea e Careiro Castanho com 96% e 71% de suas populações, respectivamente com residências em áreas rurais.

O foco deste estudo não está na divisão das ocorrências policiais em urbano e rural, pois, considera a população como um todo. Porém, se faz necessário entender que ocorrências policiais, também, acontecem em áreas rurais, por isso, esta breve análise sobre o Amazonas e sua ocupação territorial.

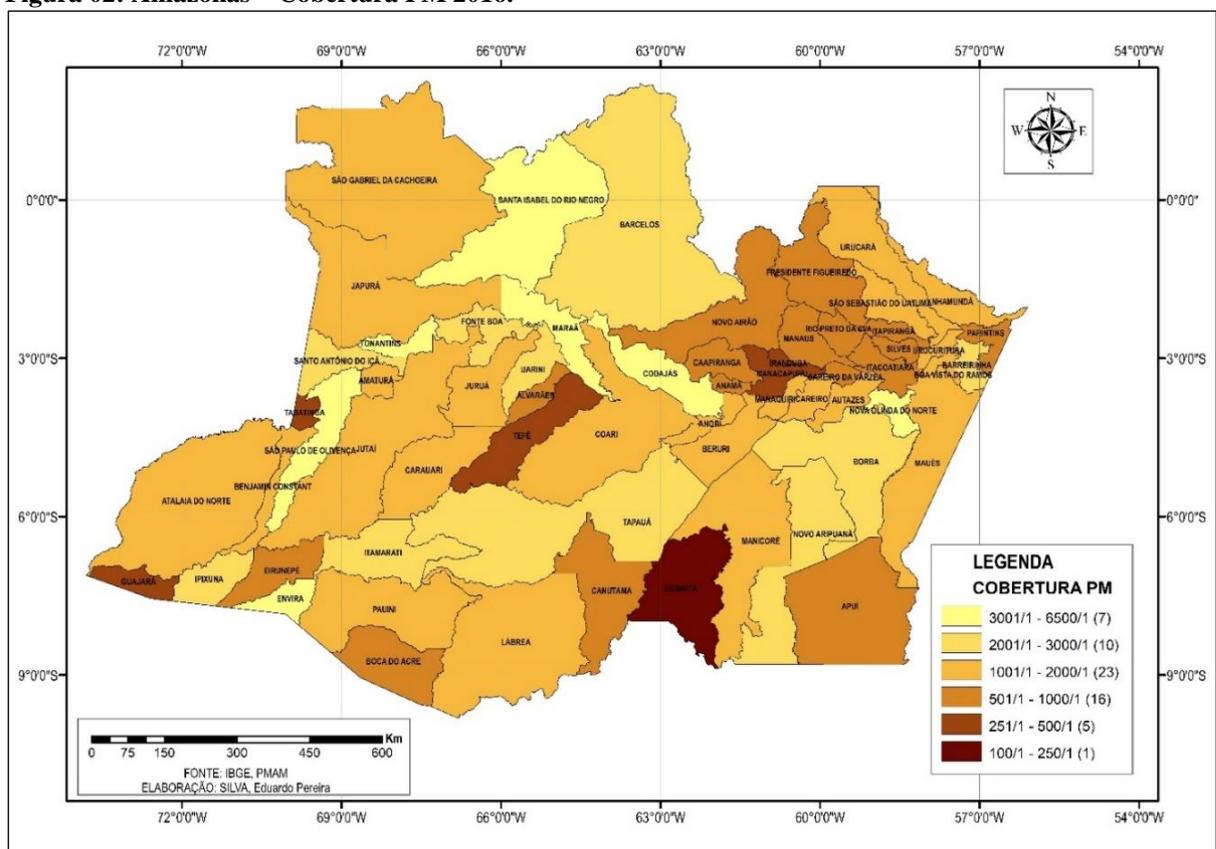
2.2 Da análise dos resultados sobre cobertura policial militar

A cobertura policial não é uma regra geral, não existe uma padronização de policial para um certo grupo de habitantes. No entanto, havendo problemas drásticos de segurança pública nos Estados Brasileiros, os meios de comunicação e a sociedade em geral fazem diversas críticas sobre a ineficiência do Estado na promoção da segurança pública, e um dos fatores que vêm à tona é como é feita a distribuição do efetivo policial.

Este estudo leva em consideração o efetivo da Polícia Militar do Amazonas a única instituição de segurança pública presente nos 62 municípios, porém, não deveria ser a única, tendo em vista que como mostrado anteriormente são quatro instituições do sistema de segurança pública, com destaque para PM e PC. A PM promove a manutenção da ordem pública, enquanto que a PC faz investigação e início do processo judiciário. Não há um efetivo ideal para ambas instituições, tendo em vista que as manifestações de violências têm características econômicas, sociais, políticas e culturais em cada bairro, município, estado ou país. O que deve acontecer é um equilíbrio na distribuição do efetivo policial militar. Enquanto que na Polícia Civil também deve haver um equilíbrio de no mínimo um delegado, um escrivão, e uma equipe de três investigadores por município, levando-se em conta o tamanho da população que esta instituição vai atender. Neste estudo a PCAM não é alvo de análise, porém, vale ressaltar este equilíbrio na distribuição do efetivo.

O estudo vai mostrar através da figura 01 a cobertura policial militar em todos os municípios do Amazonas, que vai desde o grupo de cem habitantes por um policial militar, até a relação de seis mil para um, ou seja, onde a cobertura é de cem para um significa dizer que estes habitantes estão mais bem protegidos que os que estão na relação de seis mil para um.

Figura 02: Amazonas – Cobertura PM 2016.

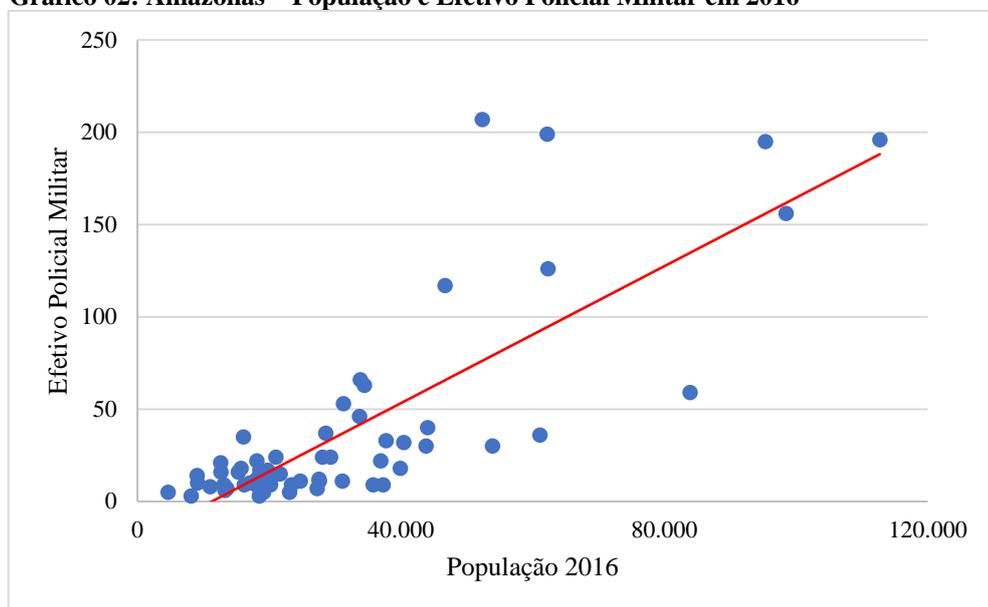


A distribuição do efetivo feita em seis classes, sete municípios que estão entre três mil e um para um e seis mil e quinhentos para um, não significar dizer que sejam municípios violentos para as naturezas criminais analisadas, mas, mostra haver um desequilíbrio na distribuição do efetivo policial militar.

São municípios vulneráveis do ponto de vista dos serviços de segurança pública, onde a Polícia Militar do Amazonas sozinha cumpre suas missões constitucionais e não constitucionais, tendo que representar outras instituições pela ausência ou carência de outras forças de segurança pública do Estado.

Não há estudos sobre esta relação de cobertura policial, muito menos cobertura policial militar. Observa-se que 39 municípios estão com efetivo de quinhentos para um até dois mil para um. É fato que a demanda por efetivo obedece à quantidade e a dinâmica das ocorrências policiais nos municípios. Vale ressaltar que a distribuição de efetivo Policial Militar é algo muito volátil, diariamente ocorrem pequenas transferências de e entre policiais militares nos municípios do Amazonas, embora pequenas, mas, existem tais variações. Outro fator importante na distribuição de efetivos de policial militar é a população, o gráfico de dispersão vai apresentar a relação entre população e efetivo PM.

Gráfico 02: Amazonas – População e Efetivo Policial Militar em 2016



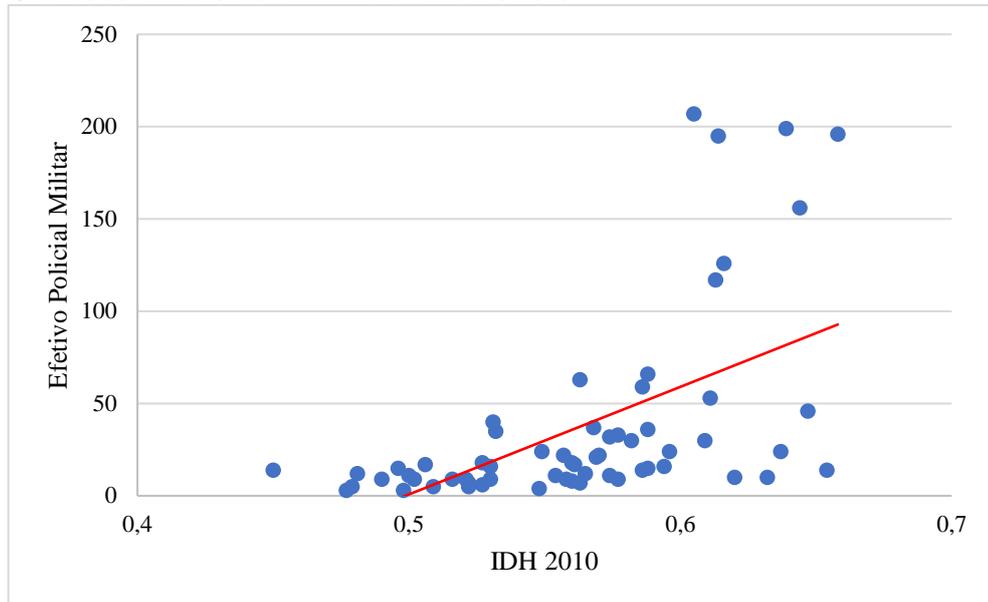
Fonte: IBGE/ PMAM.

O eixo X representa a população dos municípios em 2016 (0 – 120000 habitantes) uma variável independente, enquanto que o eixo Y efetivo policial militar em 2016 (0 – 250 policiais militares) a variável dependente. Vale ressaltar que o município de Manaus não está neste gráfico de dispersão, em virtude de seu efetivo PM ser próximo de seis mil policiais e sua

população próxima de dois milhões de habitantes; esses dois fatores dificultariam a compreensão e interpretação do gráfico de dispersão.

A análise da linha de tendência entre efetivo PM e população do município permite inferir que a distribuição do efetivo policial obedece claramente aos requisitos populacionais, ou seja, maior população, maior efetivo policial militar. O gráfico 02 mostrou que a população do município influencia na distribuição do efetivo PM, enquanto que o gráfico 03 vai mostrar qual a relação entre efetivo policial e desenvolvimento humano.

Gráfico 03: Amazonas – IDH 2010 e Efetivo 2016



Fonte: IBGE/ PMAM

O eixo X representa a IDH 2010 (0,400 – 0,700) uma variável independente, enquanto que o eixo Y efetivo policial militar em 2016 (0 – 250 policiais militares) a variável dependente. Vale ressaltar que o município de Manaus não está neste gráfico de dispersão.

A análise da linha de tendência entre efetivo PM e o IDH 2010 do município permite inferir que a distribuição do efetivo policial tem relação com índice de desenvolvimento humano, ou seja, quanto maior IDH, maior efetivo policial do município, tendo em vista que a distribuição do efetivo policial militar é proporcional a população e ao índice de desenvolvimento humano; o gráfico 04 vai relacionar duas variáveis dependentes à soma de ocorrências policiais e efetivo policial militar respectivamente por municípios.

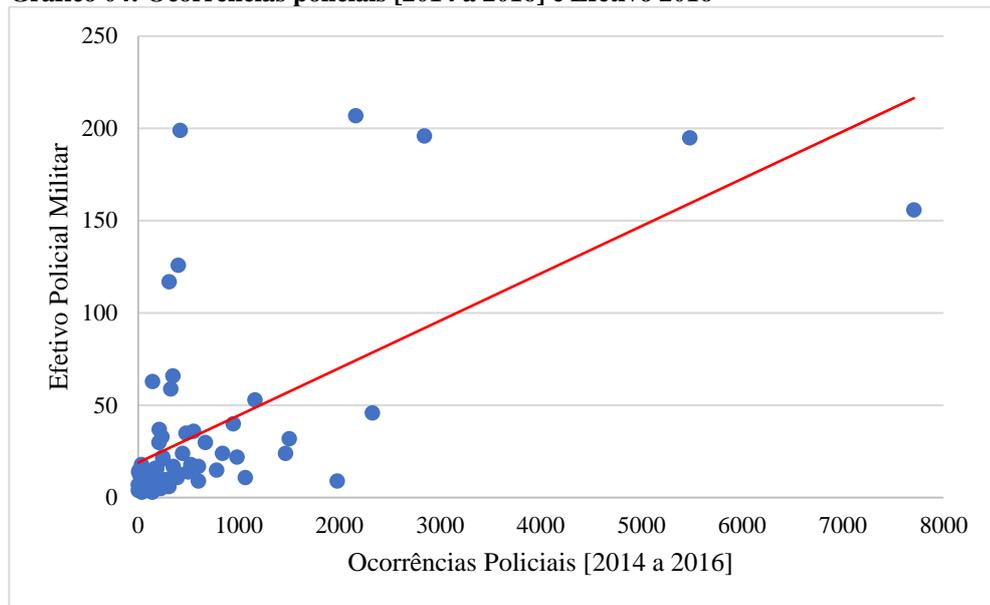
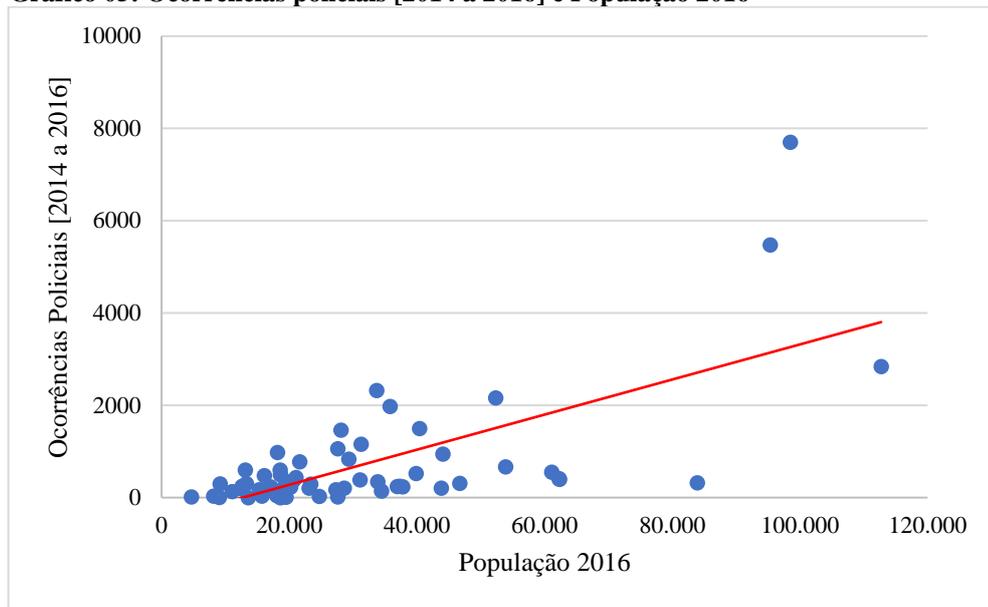
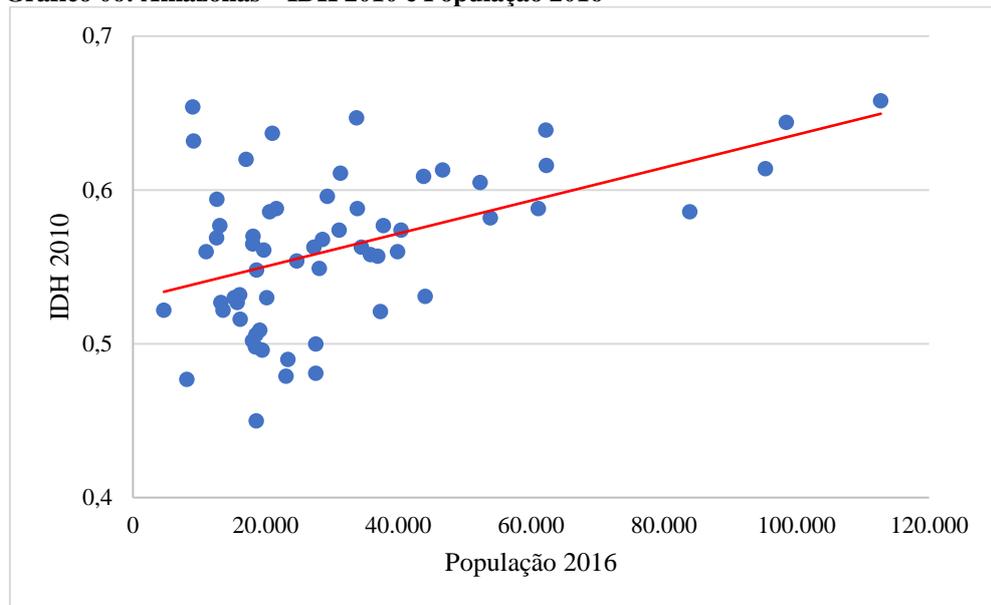
Gráfico 04: Ocorrências policiais [2014 a 2016] e Efetivo 2016

Gráfico 05: Ocorrências policiais [2014 a 2016] e População 2016

O eixo X representa a população dos municípios em 2016 (0 – 120000 habitantes) uma variável independente, enquanto que o eixo Y apresenta a soma das ocorrências policiais (furtos, roubos, lesões corporais, estupros e homicídios) entre 2014 e 2016 (0 – 8000), uma variável dependente. Vale ressaltar que o município de Manaus não está neste gráfico de dispersão.

A análise da linha de tendência do gráfico 05 na relação entre população 2016 e as ocorrências policiais de 2014 a 2016 permite concluir que quanto maior a população dos municípios, maior será quantidade de ocorrências policiais.

Gráfico 06: Amazonas – IDH 2010 e População 2016

Fonte: SSP-AM/ IBGE.

O eixo X representa a população dos municípios em 2016 (0 – 120000 habitantes) uma variável independente, enquanto que o eixo Y apresenta o índice de desenvolvimento em 2010 (0,400 – 0,700) nos municípios do Amazonas, também uma variável independente. Vale ressaltar que o município de Manaus não está neste gráfico de dispersão.

A análise da linha de tendência do gráfico 06 na relação entre população 2016 e IDH 2010 permite inferir, que quanto maior a população dos municípios, maior também será desenvolvimento deste município.

A figura 02 apresenta cobertura policial nos municípios do Amazonas, geograficamente através de cores, os gráficos 02, 03, 04, 05 e 06 mostraram sempre relações de proporcionalidade. No gráfico 02 a distribuição do efetivo tem relação direta de proporcionalidade com tamanho da população do município. No gráfico 03 o índice de desenvolvimento humano tem relação direta de proporcionalidade com a distribuição do efetivo policial militar nos municípios. No gráfico 04 a soma das ocorrências policiais estão diretamente proporcionais ao efetivo policial nos municípios, que pode ser observado também no gráfico 05 que quanto maior a população, maior quantidade de ocorrências. O gráfico 06 mostra que nos municípios do Amazonas, maior população significa maior desenvolvimento humano, segue uma proporcionalidade. Em suma, a distribuição do efetivo policial militar, no estado do Amazonas obedece aos critérios populacionais, de desenvolvimento humano e criminais.

2.3 Da análise dos resultados sobre desenvolvimento humano: IDH geral, educação, renda e longevidade

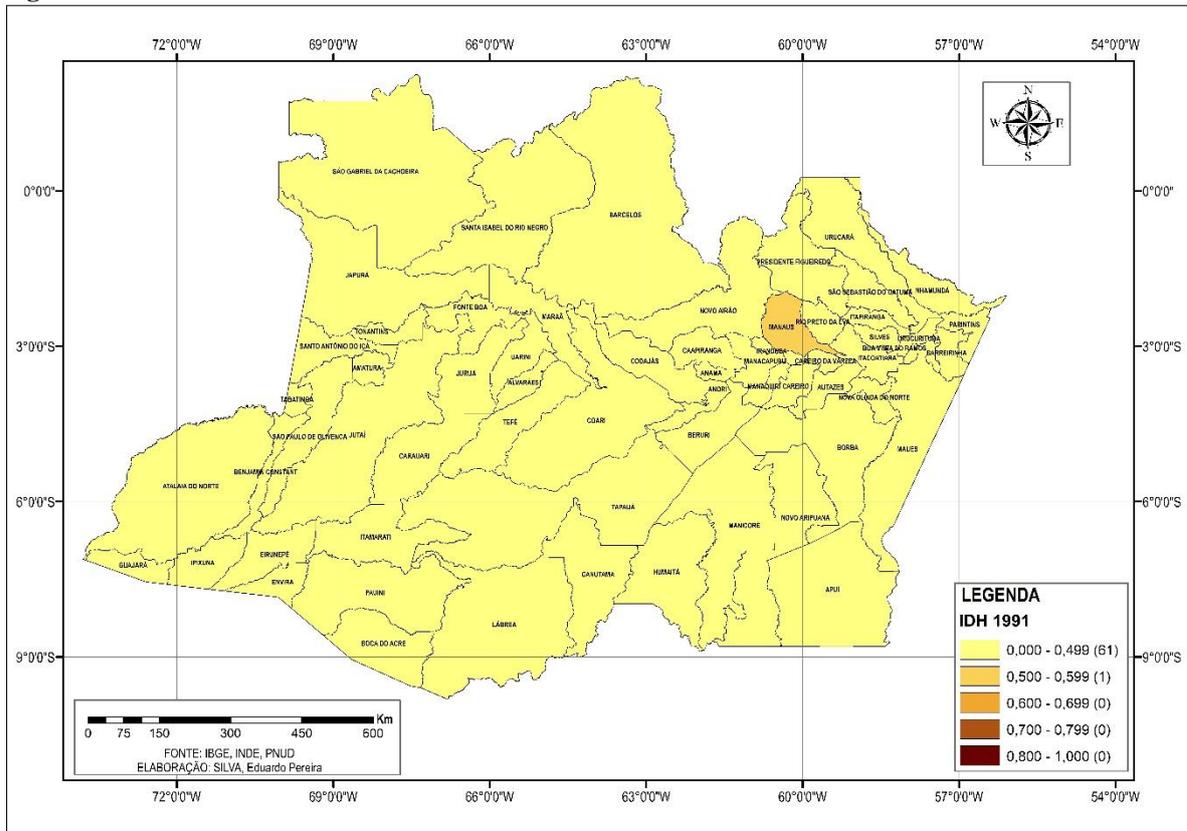
2.3.1 IDH Geral 1991 e 2010

O Brasil foi acompanhado pelo estado do Amazonas no que se refere ao desempenho de IDH; em 1991 o estado estava na classificação muito baixa de 0,430 quase vinte anos depois em 2010 apresentou 0,674, estando na faixa de IDH médio, uma evolução de aproximadamente 57%.

O Brasil, também, em 1991 estava na classificação muito baixa 0,493 e em 2010 estava na classificação alta 0,727, apresentando uma evolução de 47% de aumento no IDH nacional. O cenário nacional para desenvolvimento humano comparado ao estadual houve um aumento menor de 47% contra 57%, mas, deve ser ressaltado que uma diferença do IDH de 0,063 pontos entre o Brasil e o Amazonas em 1991, e que esta diferença caiu para 0,053 em 2010, uma variação muito pequena; o país também está em outra faixa de classificação do IDH, ambos evoluíram positivamente, mas, o cenário nacional foi melhor que o estadual. O fato é que tanto o país quanto o estado saíram de uma classificação muito baixa em 1991; o país estacionou na classificação alta, enquanto que estado na média.

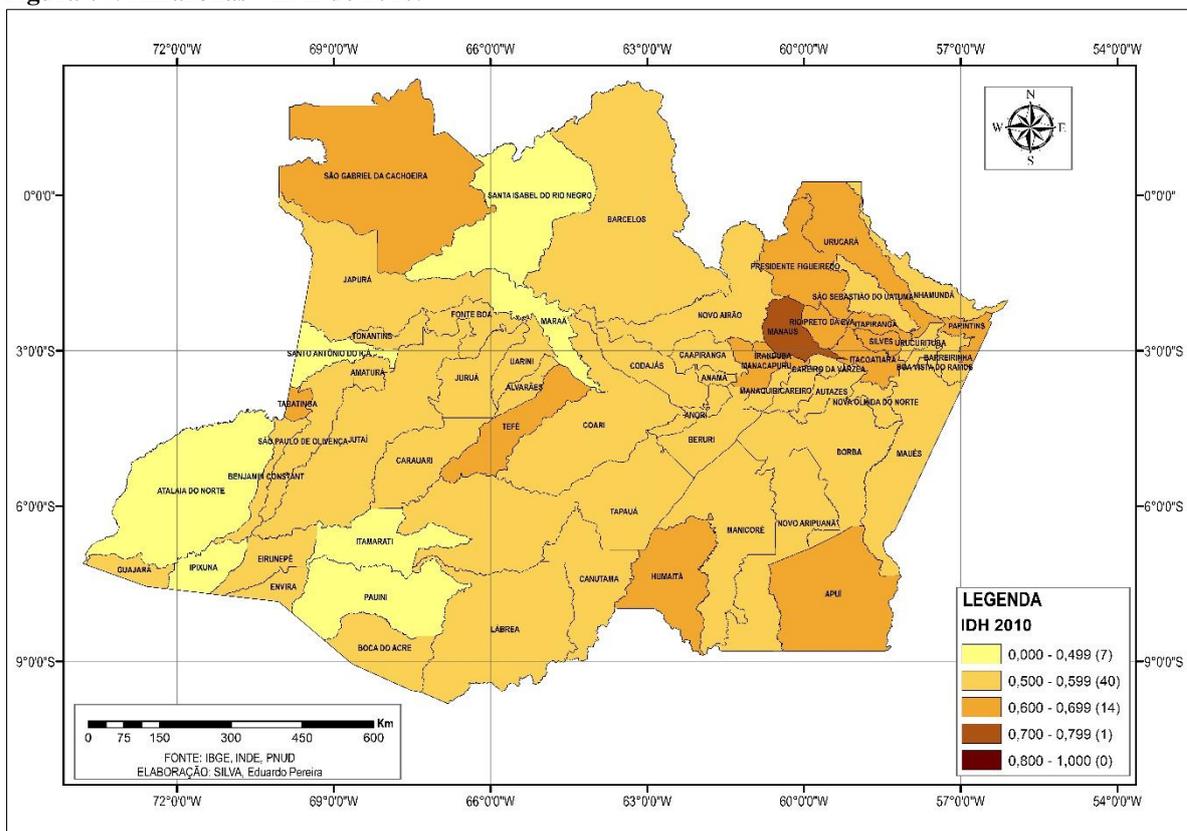
As figuras a seguir apresentarão as variações de IDH de 1991 e 2010 nos 62 municípios do estado Amazonas, geograficamente. É possível avaliar através das figuras a evolução para o índice de desenvolvimento humano, tanto em sua forma geral, compacta, como também dividido e analisado pelos indicadores de educação, renda e longevidade.

Figura 03: Amazonas - IDH de 1991



Fonte: INDE e Atlas do IDH 2013/ PNUD.

Figura 04: Amazonas - IDH de 2010.



Fonte: INDE e Atlas do IDH 2013/ PNUD.

Na análise da figura 03 nos sessenta e dois municípios que compõe o Estado do Amazonas, apenas um município, a capital Manaus estava na classificação baixa, enquanto que os outros sessenta e um estavam na classificação muito baixa, ou seja, todos com IDH abaixo de 0,499. É possível perceber na figura 03 a importância do município de Manaus para o estado do Amazonas.

Nos anos 90 as dificuldades econômicas encontradas por Manaus também, gerava reflexo em todos os municípios do Amazonas, mas, mesmo com todas as dificuldades foi proporcionado o direito mais básico, a vida. A figura 03 mostra o cenário geográfico do IDH-1991 no Estado do Amazonas; atualmente 2018 trabalha-se com os dados disponíveis no censo de 2010, o qual está na figura 04.

O destaque da figura 04 é Manaus novamente, pois, desponta na classificação alta, entre 0,700 e 0,799; também é possível perceber que a capital é geradora de desenvolvimento, pois, os municípios melhores classificados circundam geograficamente este município. O estado possui quatorze municípios na classificação média entre 0,600 e 0699, dentre estes cinco (Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Manacapuru, Iranduba e Itacoatiara) possuem ligação rodoviária com Manaus.

Mas, quarenta municípios que correspondem a mais de 60% do Estado estão na classificação baixa entre 0,500 e 0,599. Ainda existem sete municípios que aumentaram seu IDH geral em relação ao IDH de 1991, porém, permanecem na classificação muito baixa com o IDH abaixo de 0,499. Na comparação no intervalo entre 1991 e 2010, em 1991 havia somente um município na classificação baixa, enquanto que em 2010 poucos mais de 10% estão na classificação muito baixa.

Uma ressalva importante é a cidade de Manaus, centro atrativo e disseminador de desenvolvimento. Atrativo porque há uma imigração constante de pessoas vindas de municípios do interior, em busca de tratamento de saúde, acesso a novas possibilidades de educação. Enquanto que irradiador de desenvolvimento, pois, dos seis municípios que circunscrevem a cidade de Manaus, somente dois (Novo Airão e Careiro da Várzea) não estão na classificação média em 2010, mostrando que os demais municípios possuem laços econômicos estreitos com a capital do Estado, que mais uma vez é destaque, como sendo único município no IDH alto, conforme figura 04, apresentando 0,737.

O IDH alto também significa qualidade de vida, através da promoção de: saúde, educação e segurança, sendo estes três os principais serviços a serem e oferecidos pelo Estado, enquanto agente representante do povo. O IDH é composto por três indicadores, sendo estes:

educação, renda e longevidade, classificação no IDH de países, estados e municípios, depende do desempenho destes três indicadores.

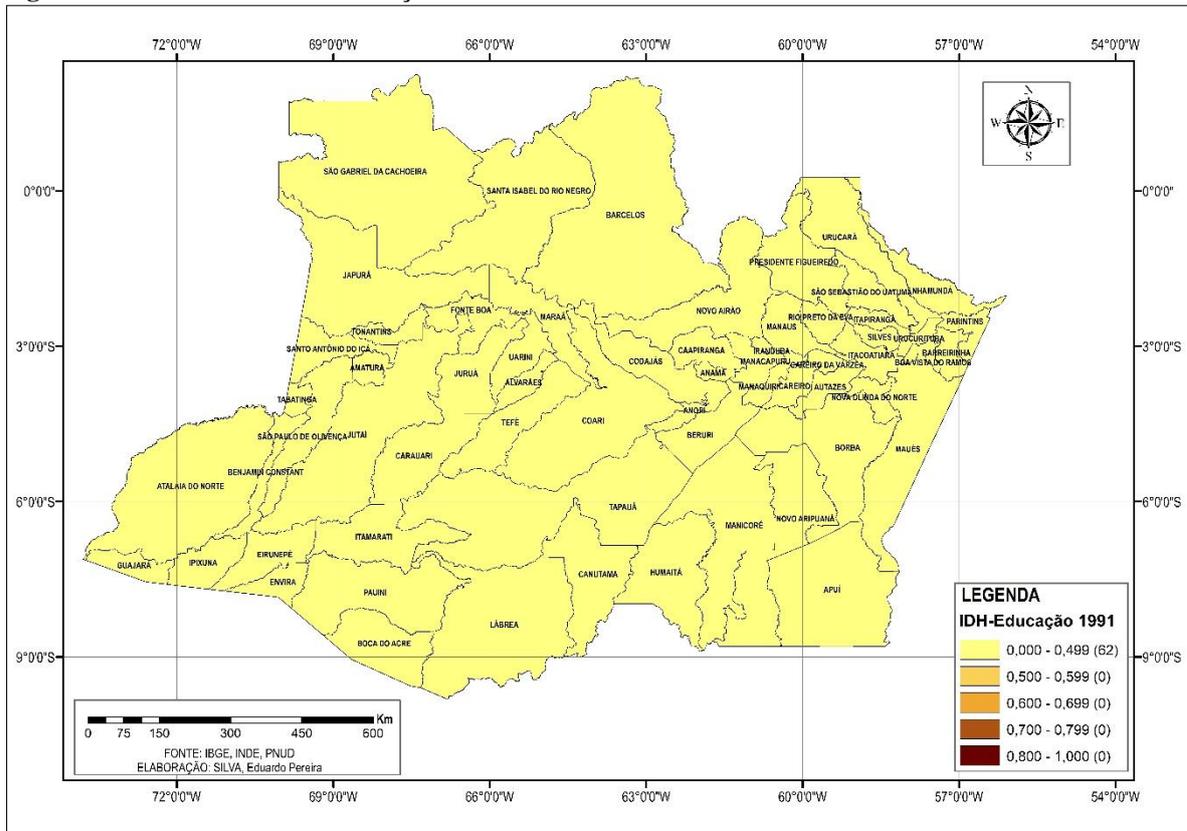
No Amazonas o estudo vai mostrar os indicadores de acordo com a evolução percentual entre 1991 e 2010, educação (333%), longevidade (25%) e renda (15%). Vale ressaltar a média de cada indicador em 2010, que menos contribuiu em 2010 para elevação IDH até o que mais contribuiu. A educação (0,437) possui a menor média, renda (0,545) vem em segundo lugar e longevidade (0,756) possui a maior média entre os três indicadores. A pesquisa vai iniciar a abordagem através da educação, posteriormente renda e longevidade, acompanhando os indicadores através da evolução.

2.3.2 IDH educação 1991 e 2010

O Brasil saiu do IDH 0,279 em 1991 para 0,639 na classificação média em 2010 no indicador educação, uma evolução de quase 129% de aumento. Enquanto o Amazonas possuía em 1991 uma média de IDH de 0,100 entre os 62 municípios, todos na classificação muito baixa, em 2010 esse média de IDH subiu para 0,436 um aumento acima de 330% neste indicador, porém, 48 municípios ainda estavam na classificação muito baixa em 2010, quase 80% estão com IDH educação abaixo de 0,499.

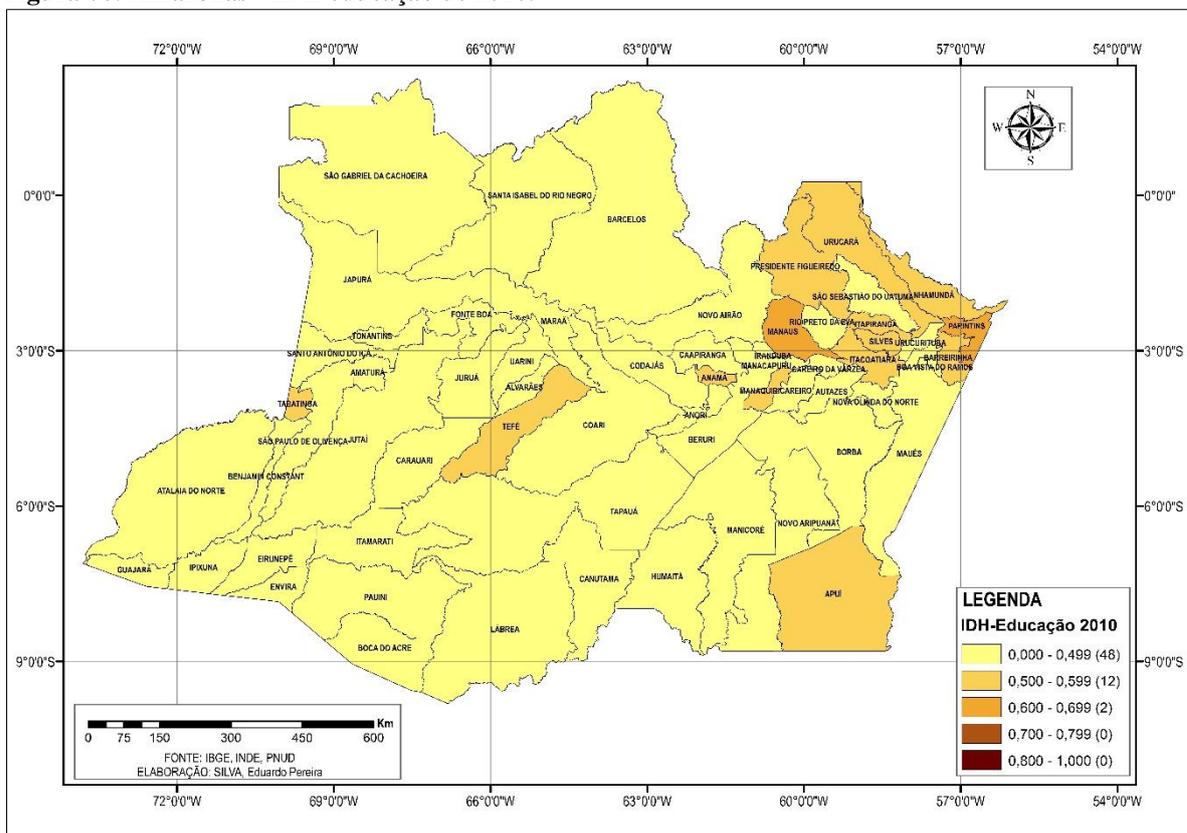
Vale ressaltar que ainda é o indicador que possui a média mais baixa do Amazonas de 0,436 em 2010, por isso, é o que menos contribui para o aumento do IDH geral. As figuras 05 e 06 apresentarão a classificação geográfica dos municípios do Amazonas para indicador educação entre 1991 e 2010, respectivamente. A figura 05 mostra que todos os municípios do Amazonas estavam na classificação muito baixa para o IDH educação. Enquanto que a figura 06 mostra que em 2010 quase 80% dos municípios ainda permanecem na classificação muito baixa, pouco menos de 20% na classificação baixa e pouco mais 3% dos municípios estavam na classificação média para o IDH educação.

Figura 05: Amazonas – IDH educação de 1991



Fonte: INDE e Atlas do IDH 2013/ PNUD

Figura 06: Amazonas - IDH educação de 2010.



Fonte: INDE e Atlas do IDH 2013/ PNUD

Fica muito claro na figura 05, que todos os municípios do Amazonas foram classificados no muito baixo para o IDH educação. Por isso, o indicador educação é dos que mais puxa o IDH geral do estado para baixo. Observe-se a figura 06, para entender a evolução deste indicador entre 1991 e 2010.

Foram 19 anos entre o censo de 1991 e 2010, no indicador educação o Estado pouco avançou; 48 municípios ainda estão na classificação muito baixa, 12 municípios estão na classificação baixa, Manaus e Parintins são os melhores classificados neste indicador, com números acima de 0,600. Vale ressaltar que o primeiro município é a capital do Estado e Parintins possui a segunda maior população residente do Amazonas. Houve um avanço, porém, muito simplório, para um indicador que mede o nível de conhecimento de sua população.

Manaus pode ser considerada como irradiador de educação, de maneira que seus conhecimentos e suas informações são disseminados para os municípios próximos e distantes. Diferente do IDH geral em que a capital influencia, positivamente os demais municípios; no IDH educação somente em dois municípios circunvizinhos a Manaus houve aumento deste indicador. Porém, a cidade é o grande centro formador de professores, e demais áreas do conhecimento, abrigando os principais Campus das duas maiores e melhores Universidades do Estado.

As duas maiores universidades do Amazonas são a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), uma das maiores Universidades Multicampus do Brasil, e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), ambas possuem campos avançados em vários municípios, os núcleos de ensino superior da UEA visa a formação de profissionais com ênfase nas características locais, de maneira que o profissional de nível superior encontre emprego e renda naquele município.

A UFAM além do Campus principal em Manaus, conta com 5 Campus avançados em Coari, Humaitá, Itacoatiara, Benjamin Constant e Parintins, e seus cursos também visam o desenvolvimento local. A pesquisa apresentou as figuras 05 e 06 para o indicador de educação, que com evolução percentual de quase 330%, a média deste indicador é muito baixa e a que menos contribui para o aumento do desenvolvimento humano.

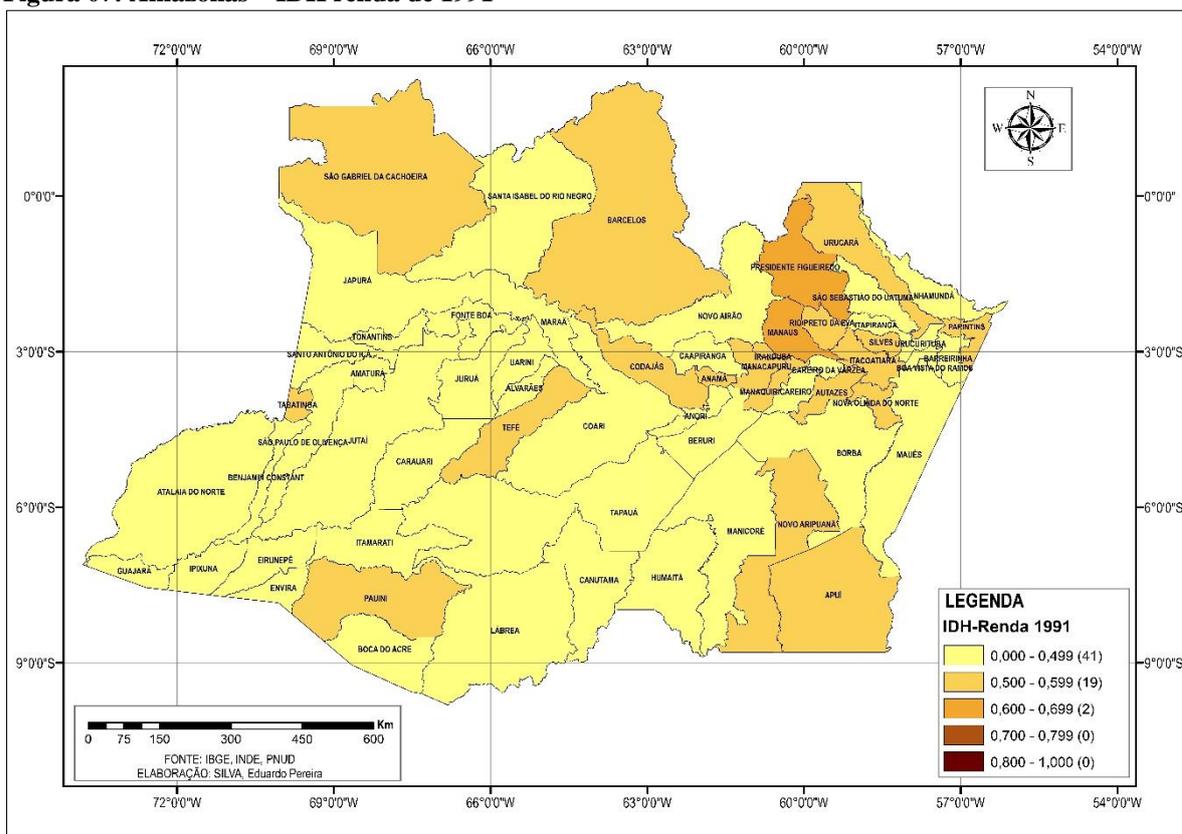
Este estudo vai dar ênfase a outro indicador, a renda; nas figuras 07 e 08 entre os anos de 1991 e 2010 para todos os municípios do Amazonas. A renda significa no desenvolvimento humano viver com dignidade, este indicador, também, será relacionado ao índice de Gini, que representa a concentração de renda nos municípios.

2.3.3 IDH renda 1991 e 2010

No Brasil o IDH renda em 1991 foi de 0,647 na classificação média, em 2010 este foi de 0,739 na classificação alta. Evoluiu pouco mais que 15%, foi uma evolução muito pequena, porém, deve ser levado em consideração iniciou na faixa média.

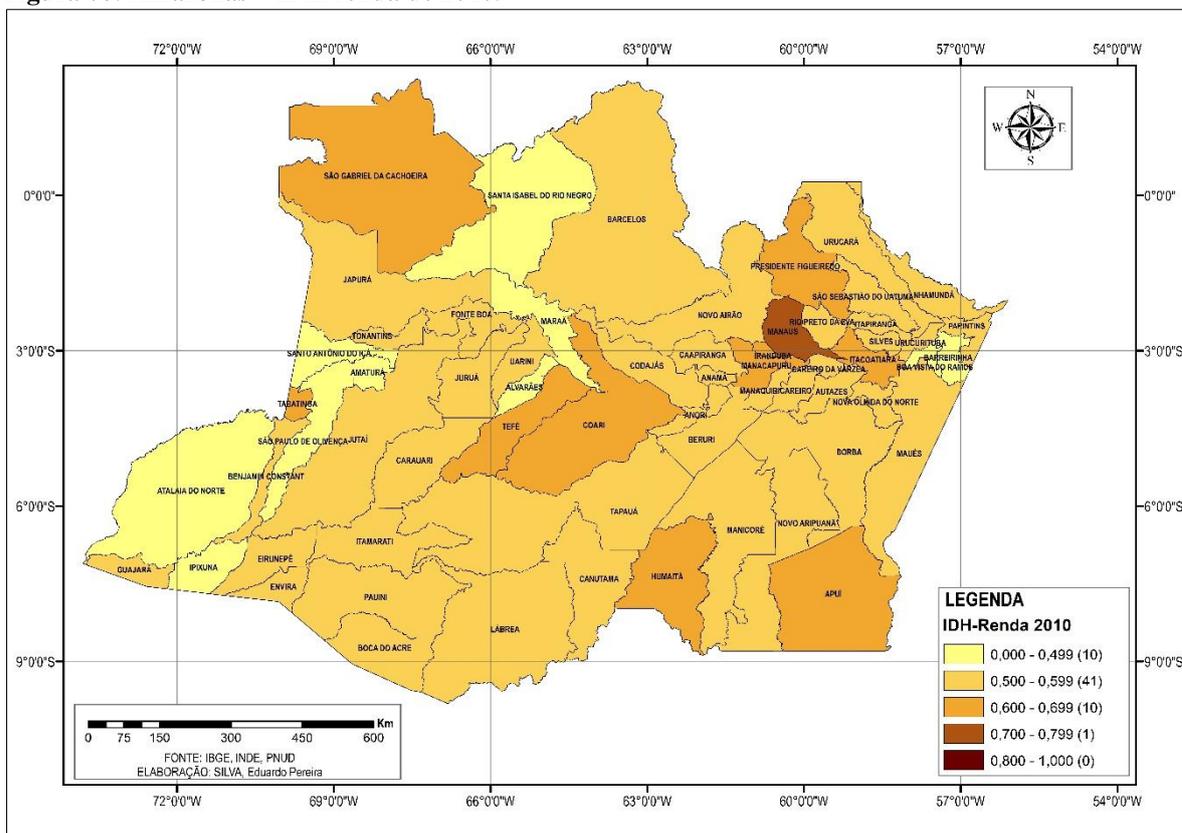
Em 1991 o Estado Amazonas, também, estava na classificação média: 0,605. Enquanto que em 2010 o IDH renda foi para 0,677 uma evolução de 12%. Indicador nacional evoluiu um pouco mais, e, ainda mudou de faixa de classificação, mesmo não ocorreu no Estado. Este estudo vai apresentar nas figuras 07 e 08 como ocorreu esta evolução nos municípios do Amazonas respectivamente:

Figura 07: Amazonas – IDH renda de 1991



Fonte: INDE e Atlas do IDH 2013/ PNUD

Figura 08: Amazonas – IDH renda de 2010.



Fonte: INDE e Atlas do IDH 2013/ PNUD

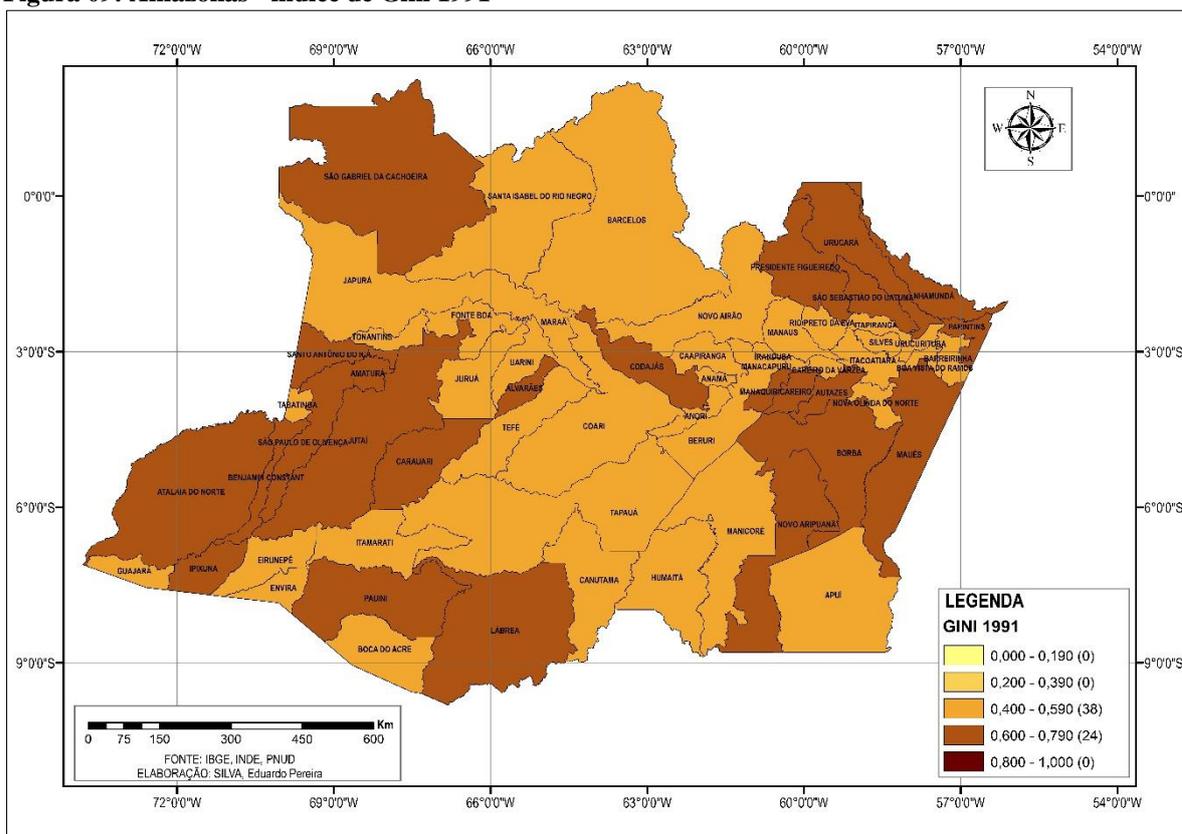
No IDH renda de 1991 quase 70% dos municípios estavam na classificação muito baixa, pouco mais de 30% na baixa, e somente os municípios de Manaus e Presidente Figueiredo estavam na classificação média, conforme figura 07. Em 2010 o cenário foi diferente, pouco mais de 15% estava na classificação muito baixa, quase 60% na classificação baixa e quase 15% estava na classificação média e somente Manaus na classificação alta.

Nos anos 90 as dificuldades econômicas encontradas por Manaus refletiam em todo o Estado, pois, é uma das maiores cidades da região Norte, concentra mais 50% da população e quase 80% do produto interno bruto-PIB estadual. Devido a esta magnitude, as suas dificuldades, também, geravam reflexos negativos nos demais municípios do Amazonas, mas, mesmo com todas as dificuldades havia quase 30% na faixa média para indicador de renda em 1991.

A figura 08 mostra o IDH renda 2010, onde o Amazonas amadureceu; em 2010 pouco mais de 15% dos municípios estavam na classificação muito baixa, diferente de 1991 que havia mais de 50% na classificação muito baixa, quase 30% na baixa e somente dois municípios na classificação média. No IDH renda 2010 Manaus desponta como único município do estado na classificação alta.

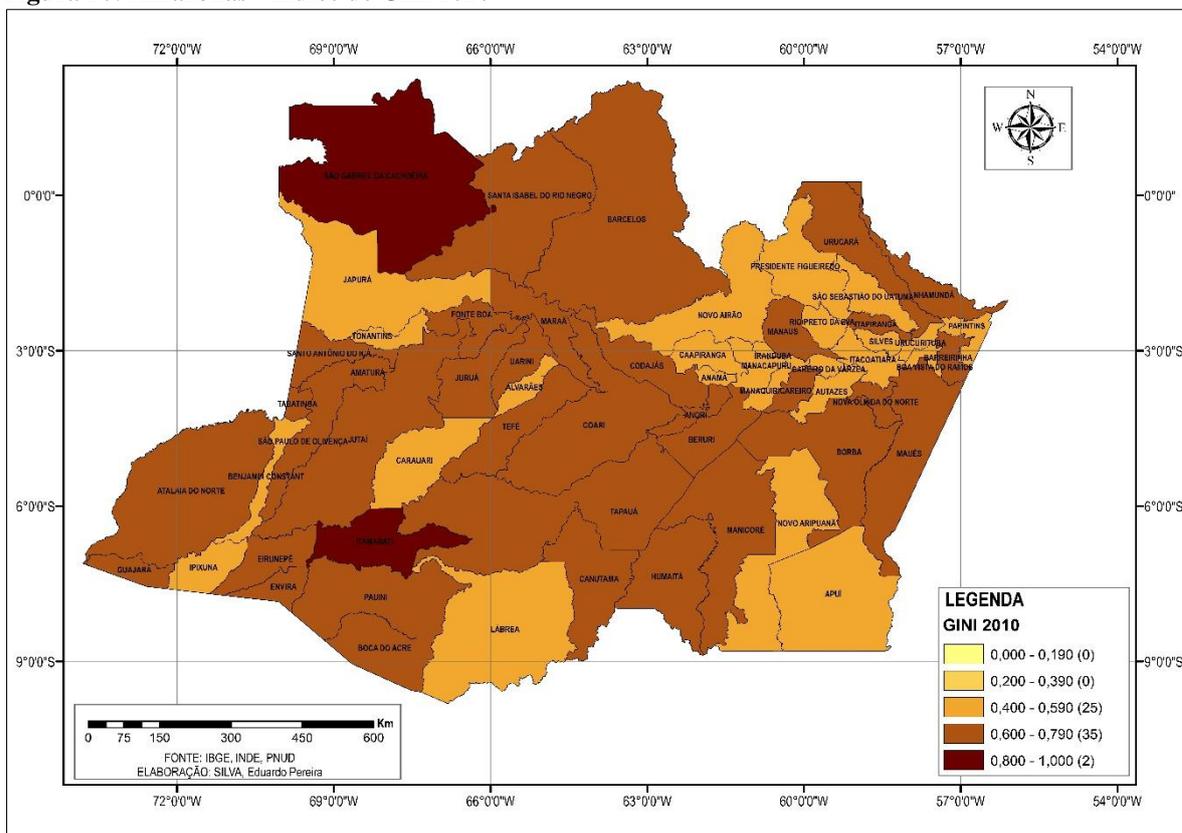
Diante do que foi exposto sobre o indicador Renda, o estado permaneceu na mesma faixa de classificação média no IDH renda. O estudo relacionou como se dá a concentração de renda através do índice de Gini de 1991 e 2010, as figuras 09 e 10 vão apresentar a concentração de renda nos municípios do Amazonas. A medição do índice de Gini se dá no intervalo entre 0 e 1, quanto mais próximo de zero menor é a concentração de renda, quanto mais próximo de um maior é concentração de renda. Para facilitar a compreensão deste índice e sua distribuição geográfica nos municípios do Amazonas, ele foi dividido em 5 classes.

Figura 09: Amazonas - índice de Gini 1991



Fonte: INDE e Atlas do IDH 2013/ PNUD

Figura 10: Amazonas - índice de Gini 2010



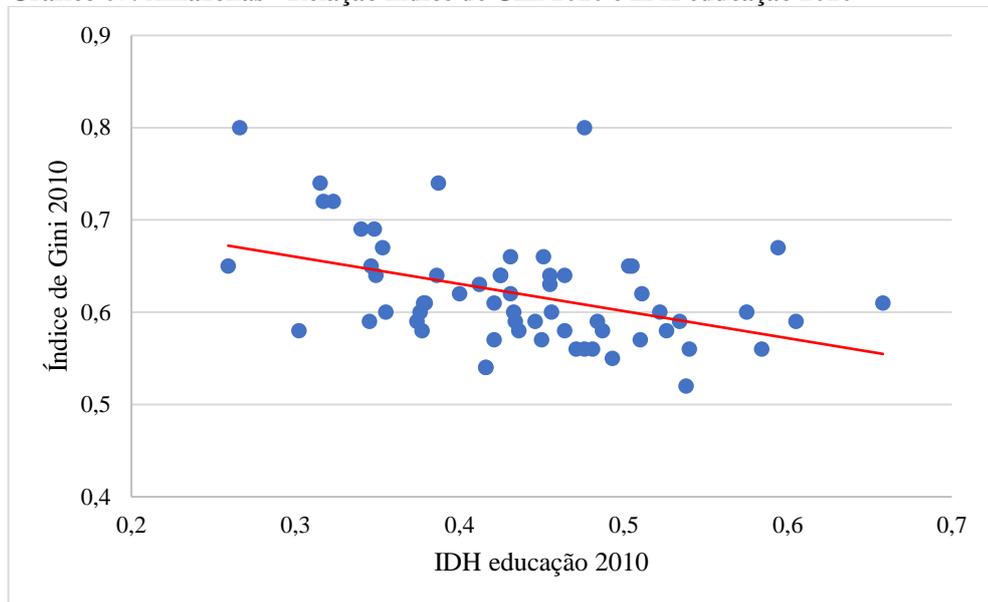
Fonte: INDE e Atlas do IDH 2013/ PNUD

A figura 09 do índice de Gini, em 1991 mostra que no Amazonas quase 60% dos municípios possuem alta concentração de renda. Em 1991, para este índice, um município merece atenção especial, São Gabriel da Cachoeira na calha do Rio Negro estava na classificação alta no índice de Gini em 1991. Este município possui um grande contingente militar presente, rico em belezas naturais, mas, está na classificação muito alta para concentração de renda entre (0,800 – 1,000) no índice de Gini em 2010.

Na mesma classificação de muito alta para o índice de Gini em 2010 observa-se o município de Itamarati, localizado na calha do Rio Juruá. Vale ressaltar que no IDH de 2010 de Itamarati, ainda, está na classificação muito baixa, ou seja, uma alta concentração de renda associado a muito baixo desenvolvimento humano.

Para compreender a dimensão entre os indicadores de IDH e índice de Gini, este estudo vai apresentar os gráficos de dispersão que relacionam educação, renda e longevidade em 2010 dos municípios do Amazonas ao índice de Gini de 2010:

Gráfico 07: Amazonas - Relação índice de Gini 2010 e IDH educação 2010



Fonte: Atlas do IDH 2013/ PNUD.

O eixo X representa a IDH educação 2010 (0,200 – 0,700) uma variável independente, enquanto que no eixo Y o índice de Gini 2010 (0,400 – 0,900) a variável dependente. Vale ressaltar que município de Manaus está neste gráfico de dispersão.

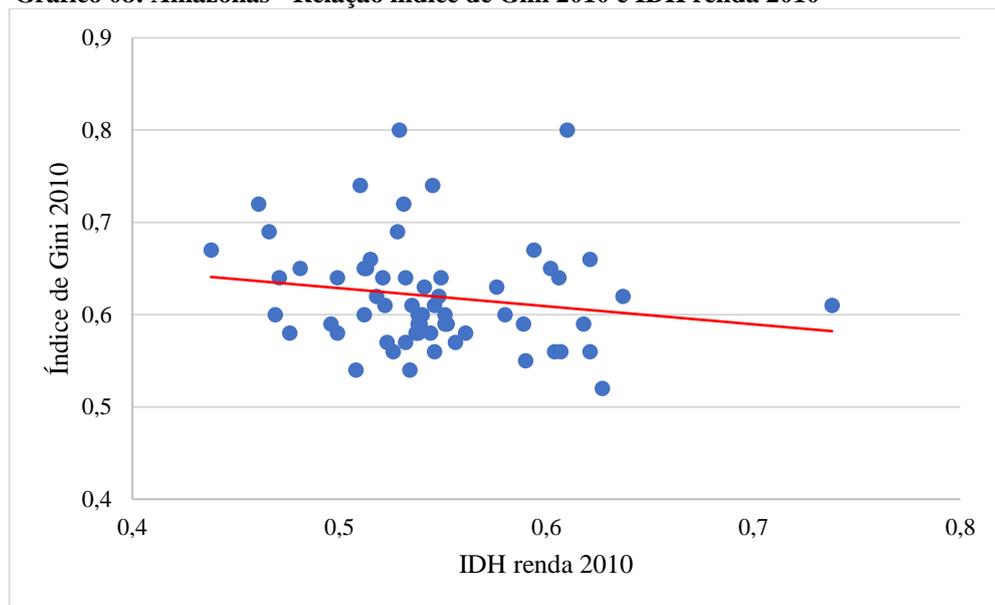
Ao interpretar o referido gráfico 04, observa-se que a linha de tendência apresenta uma linha média de relação entre o indicador de Educação e índice de Gini, mostra que quanto maior

o IDH educação, menor será concentração de renda, ou seja, o nível de conhecimento elevado de uma população reduz a concentração de renda.

Esta conclusão obtida através do gráfico de dispersão mostra que quanto maior o nível de instrução das populações, estas conseguem também saber distinguir seus direitos, deveres, lutar por melhorias e redução da desigualdade social. É fato que ainda há uma alta concentração de renda nos municípios do Amazonas, provado nas figuras 09 e 10, mas, que se houver educação de qualidade, essa concentração de renda tende a diminuir.

Apresentada a relação entre IDH educação 2010 e índice de Gini 2010. O estudo relaciona IDH renda e índice de Gini 2010, são duas variáveis muito próximas, em virtude de que ambas trabalham renda, sendo que Gini sobre a concentração, enquanto que IDH renda leva em consideração que o indivíduo tenha renda suficiente para ter uma vida digna. O gráfico de dispersão a seguir é um dos mais importantes entre as relações de indicadores e o índice de Gini:

Gráfico 08: Amazonas - Relação índice de Gini 2010 e IDH renda 2010



Fonte: Atlas do IDH 2013/ PNUD

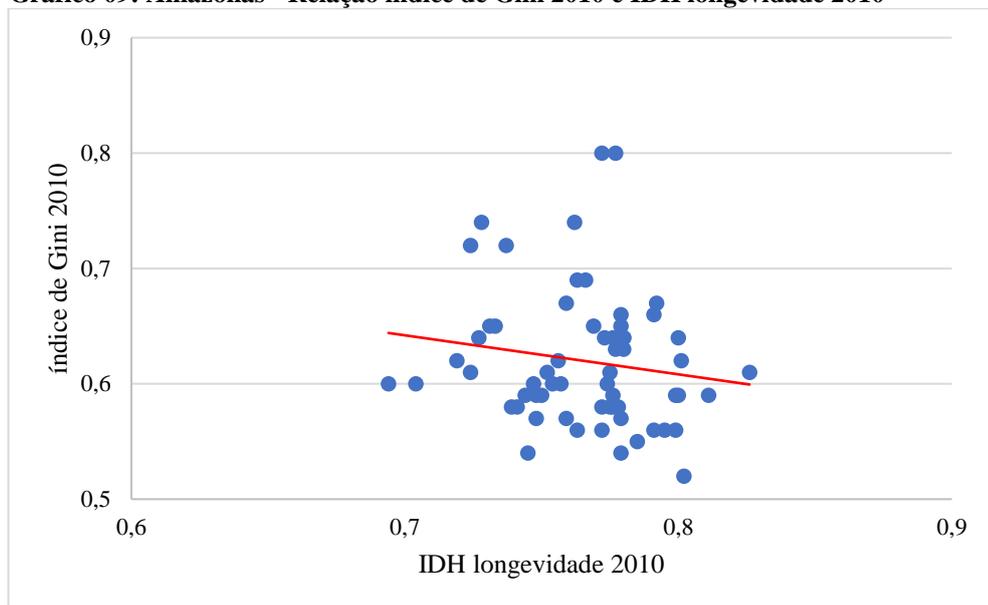
O eixo X representa a IDH renda 2010 (0,400 – 0,800) uma variável independente, enquanto que o eixo Y o índice de Gini 2010 (0,400 – 0,900) a variável dependente. Vale ressaltar que o município de Manaus está neste gráfico de dispersão.

A renda já começa a contagem a partir de 0,400, mostrando que o IDH renda inicia maior que o IDH educação. A análise da linha de tendência do gráfico de dispersão permite inferir que quanto maior o IDH renda menor será a concentração de renda, representada pelo

índice de Gini. Vale salientar que renda no IDH tem a ver com o necessário para se ter uma vida com dignidade e não renda *per capita*.

Uma outra interpretação mostrada no gráfico de dispersão é que quanto menor o IDH renda, maior a concentração de renda nestes municípios, se o indicador de renda tem a ver com dignidade, apenas poucos estão sendo favorecidos, ou seja, a pouca renda existente nos municípios de IDH renda menor está concentrada na mão de poucos. Ressalta-se que os municípios com IDH renda maior possuem baixa concentração de renda.

Gráfico 09: Amazonas - Relação índice de Gini 2010 e IDH longevidade 2010



Fonte: Atlas do IDH 2013/ PNUD

O eixo X representa a IDH longevidade 2010 (0,400 – 0,800) uma variável independente, enquanto que eixo Y o índice de Gini 2010 (0,400 – 0,900) a variável dependente. Vale ressaltar que município de Manaus está neste gráfico de dispersão.

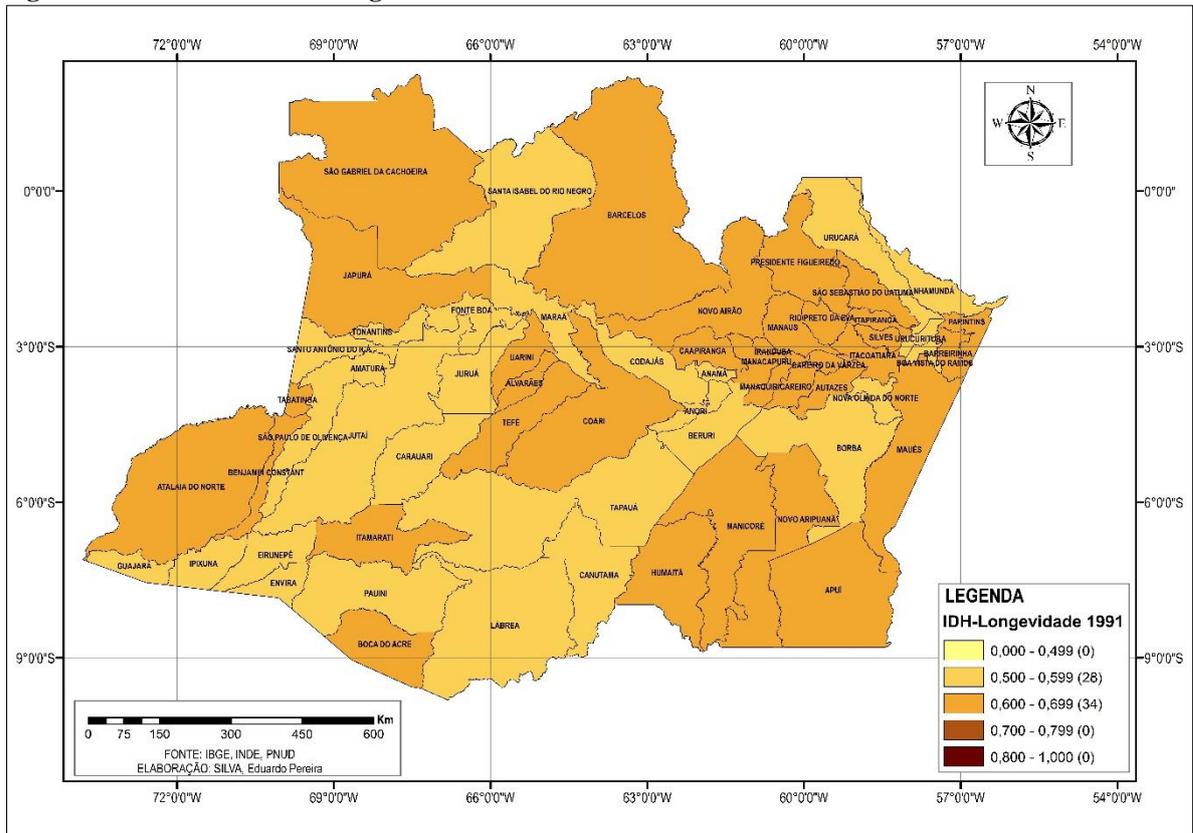
Mesmo partindo de quase 0,700 análise da relação entre longevidade e Gini, mesma é verificada nas duas relações anteriores, quanto maior IDH longevidade a linha tendência mostra que menor será o índice de Gini, ou seja, a saúde está relacionada com a concentração de renda, municípios onde o IDH longevidade é maior tende a ter menor concentração de renda.

2.3.4 IDH longevidade 1991 e 2010

Quando o IDH de Longevidade foi apresentado em 1991, mais de 50% dos municípios do Amazonas já estavam na classificação média para este indicador. Enquanto que 28 municípios na classificação baixa, e não havia nenhum na classificação muito baixa.

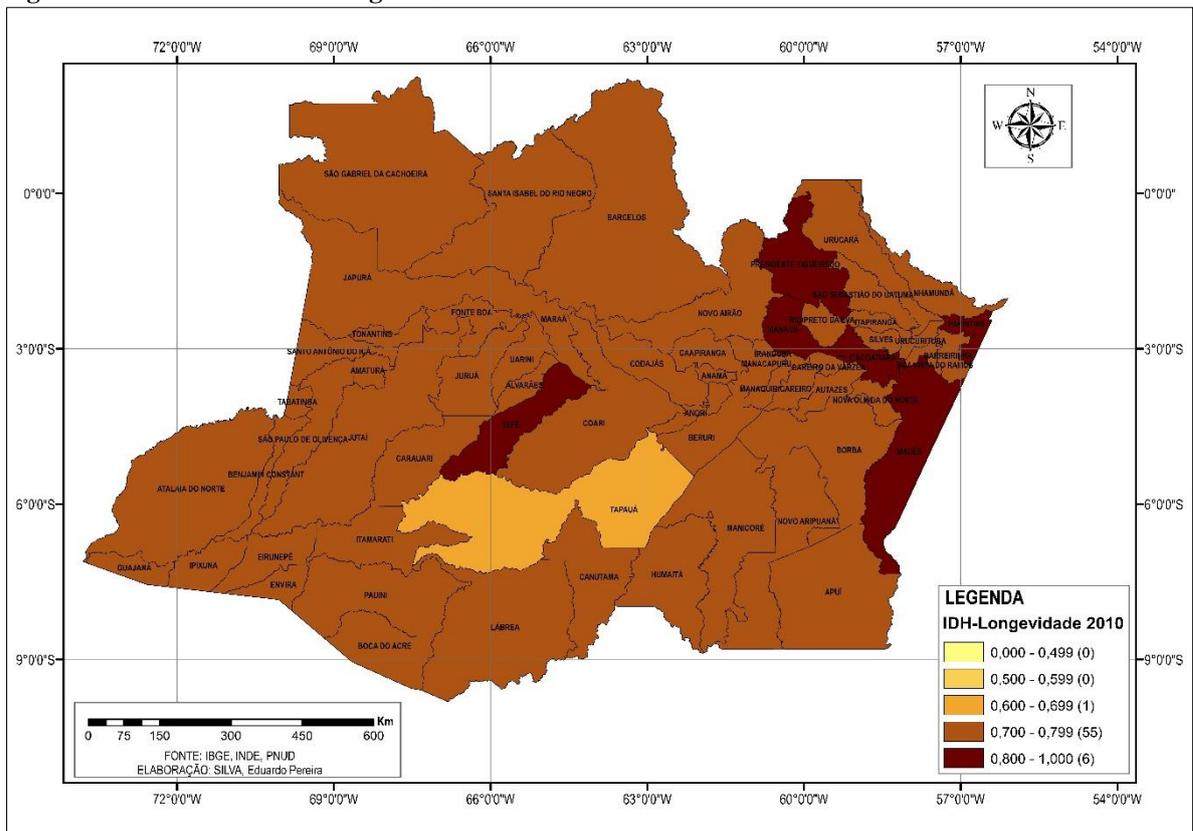
Este indicador leva em consideração a taxa de mortalidade infantil, que no Amazonas de modo geral caiu bastante, não somente pela melhoria na qualidade dos serviços de saúde, mas, pela universalidade do atendimento. A longevidade também leva em consideração a expectativa de vida, dos cidadãos. Hoje a expectativa de vida no Brasil é de aproximadamente 75 anos, enquanto que no Amazonas gira em 71 anos. A redução da mortalidade infantil e aumento da expectativa de vida tanto no Brasil quanto no Amazonas demonstrando melhoria dos serviços de saúde. As figuras 11 e 12 vão apresentar a evolução do IDH longevidade no Amazonas.

Figura 11: Amazonas – IDH longevidade de 1991



Fonte: INDE e Atlas do IDH 2013/ PNUD

Figura 12: Amazonas – IDH longevidade de 2010



Fonte: INDE e Atlas do IDH 2013/ PNUD

A melhoria deste indicador está diretamente relacionada com os serviços de saúde prestados, principalmente no que tange a prevenção, tratamento de doenças e redução da mortalidade infantil, e, por consequência aumento da expectativa de vida. Deve-se ressaltar que o Amazonas padece por diversas doenças tropicais. Por isso, a importância de que o sistema de saúde trabalhe com foco na prevenção.

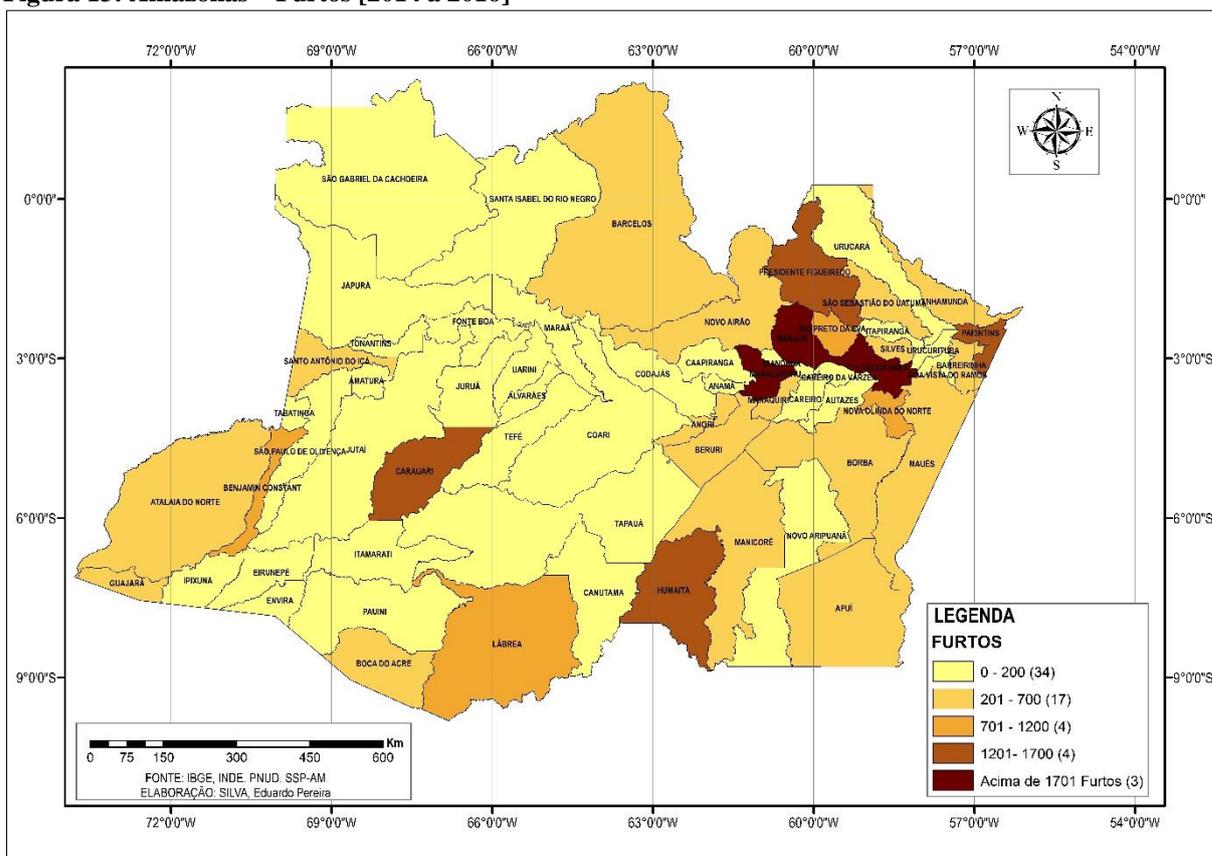
A figura 11 mostra o IDH longevidade de 1991 com quase 60% dos municípios na classificação baixa, e pouco mais de 40% na classificação média, em 1991 não havia nenhum município do Amazonas nas classificações muito baixa, alta ou muito alta. No IDH longevidade de 2010 representado na figura 12, houve uma evolução significativa, quase 90% dos municípios na classificação alta e pouco mais de 10% na classificação muito alta, ou seja, nenhum município nas classificações muito baixa, baixa e nem média.

2.4 Da análise dos resultados sobre as ocorrências policiais

2.4.1 Das ocorrências policiais de furtos entre de 2014 a 2016

A figura 12 vai mostrar a distribuição territorial das ocorrências, furtos nos 62 municípios do Amazonas. Vale ressaltar furto trata-se de crime onde não há o emprego de violência, mas, é considerado crime contra patrimônio.

Figura 13: Amazonas – Furtos [2014 a 2016]



Fonte: INDE, Atlas do IDH 2013/ PNUD e SISP-AM

De acordo com figura 13, pouco mais de 5% dos municípios do Amazonas apresentaram registros acima de 1701 furtos, na soma de 2014, 2015 e 2016, mais de 55% dos municípios estão na faixa de 0 a 200 registros de furtos na soma dos três anos. Na análise desta figura, destacam-se 5 municípios com maior quantidade de registros: Manaus, Itacoatiara, Manacapuru, Parintins e Presidente Figueiredo, porém, não significa dizer que são os mais violentos, pois, o estudo vai apresentar a relação habitantes por crime.

A tabela 04 abaixo vai apresentar os sete municípios que foram destaques na quantidade de registros de furtos no período temporal avaliado e a ordem de relação entre habitantes por crime de furto de 2014 a 2016:

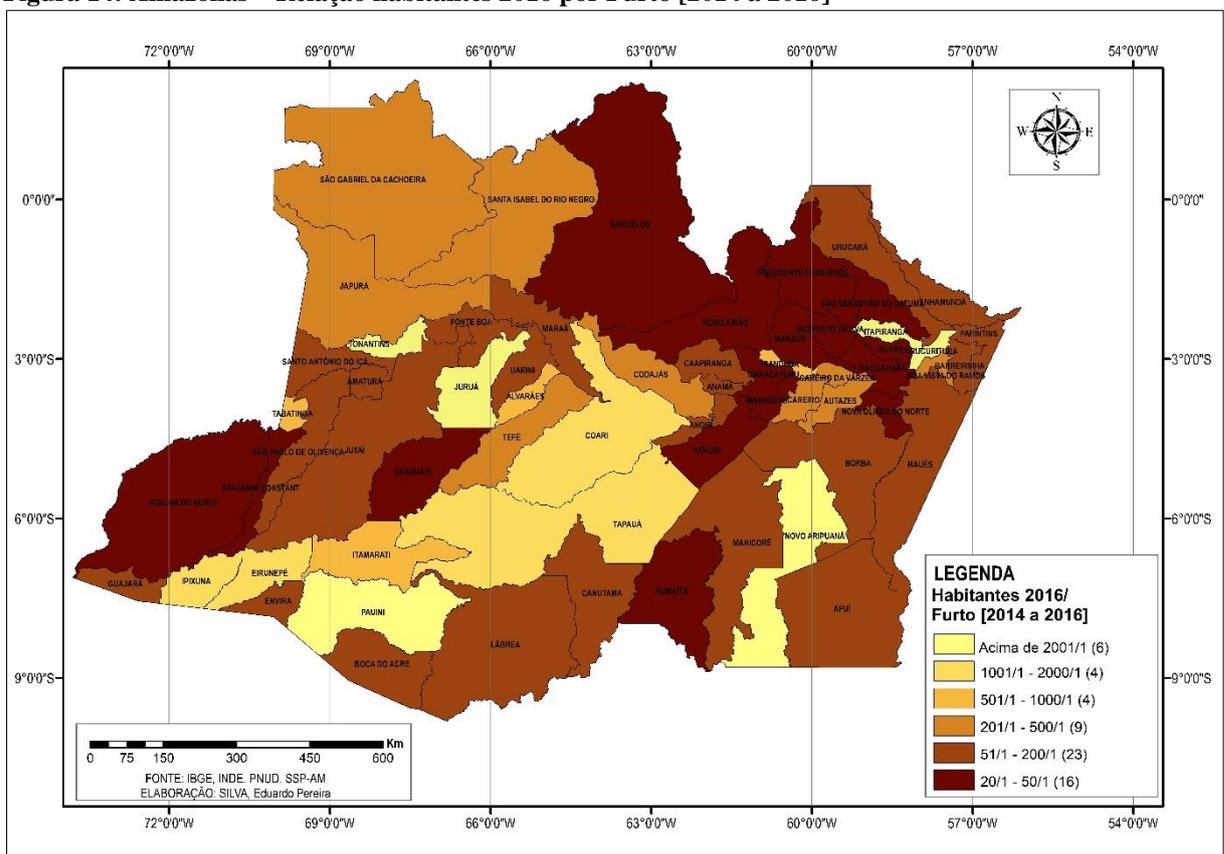
Tabela 04: Municípios do Amazonas – relação de habitantes por furto [2014 a 2016]

Municípios	Furtos	População	Habitantes/Furto	Ordem de Relação
Manaus	91650	2.094.391	23	4º
Itacoatiara	4644	98.503	21	1º
Manacapuru	3411	95.330	28	5º
Parintins	1574	112.716	72	22º
Presidente Figueiredo	1555	33.703	22	2º
Humaitá	1481	51.302	35	9º
Carauari	1294	27.880	22	3º

Fonte: IBGE, Atlas do IDH 2013/ PNUD e SISP-AM.

Quatro municípios com zero ocorrências de furtos: Itaapiranga, Juruá, Tonantins e Urucurituba de acordo com dados analisados. Itacoatiara, Manaus e Manacapuru estão na 5ª classe, porque foram registrados nos três municípios na soma de 2014, 2015 e 2016 acima de 1701 furtos. Manaus, a capital do Estado, mesmo apresentando a maior quantidade absoluta de furtos registrados, ocupa a 3ª colocação na relação habitantes por furto.

A ordem de relação apresentada na tabela 04 classificou os municípios na relação de habitantes por crime de furto, esta relação será apresentada na figura 14 abaixo.

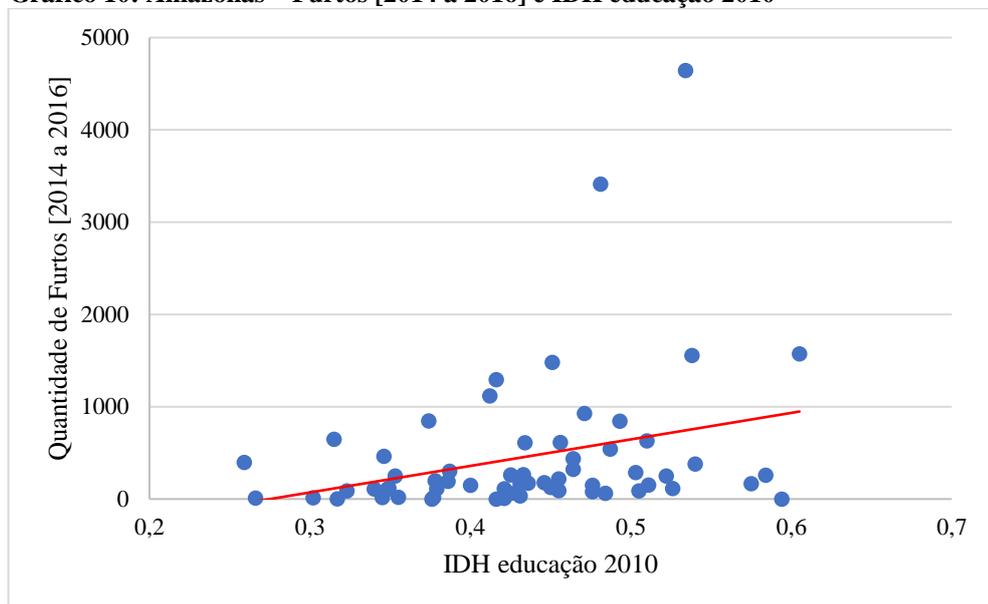
Figura 14: Amazonas – Relação habitantes 2016 por Furto [2014 a 2016]

Observa-se que 70% dos municípios do Amazonas estão na relação de cinquenta habitantes para cada furto registrado e 250/1, ainda, reafirmando a tabela 04, existem seis municípios abaixo de 50 para 1: Itacoatiara, Presidente Figueiredo, Manaus, Manacapuru, Humaitá e Carauari.

A relação entre Itacoatiara e Parintins é seguinte, no primeiro é um crime de furto para cada grupo de vinte e um habitantes residentes, significa dizer é quase três vezes mais fácil ser vítima em Itacoatiara que em Parintins. O segundo município apresenta uma relação de um furto para cada grupo de 72 habitantes.

A pesquisa vai apresentar através de gráficos de dispersão à relação do crime de furto e os indicadores 2010 de: educação, renda e longevidade. A educação é que menos contribuiu para a elevação do IDH, pois, sua média em 2010 foi de 0,436 incluindo Manaus, no entanto, foi o indicador que mais evoluiu, mais de 300% entre 1991 e 2010. É o indicador que está relacionado com nível de instrução da população, observe-se, então, o gráfico de 09:

Gráfico 10: Amazonas – Furtos [2014 a 2016] e IDH educação 2010



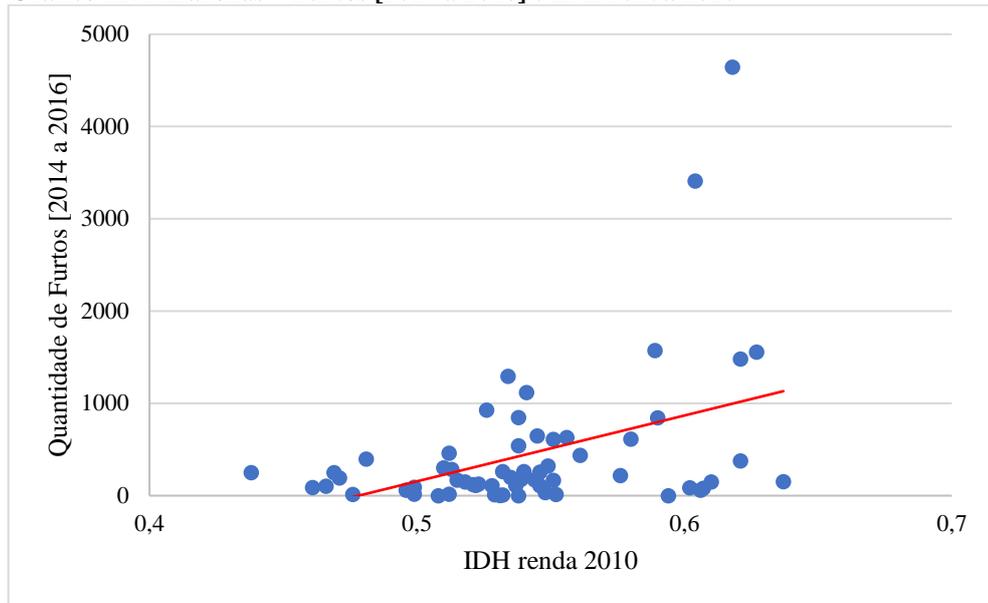
Fonte: Atlas do IDH 2013/ PNUD e SISP-AM.

O eixo X representa o IDH educação 2010 (0,200 – 0,700) uma variável independente, enquanto que eixo Y a quantidade de furtos de 2014 a 2016 (0 – 5000) a variável dependente. Manaus não está presente neste gráfico de dispersão.

O Censo de 2010 havia no Amazonas 48 municípios com IDH educação abaixo de 0,500, quase 80% estão na classificação baixa. A análise do gráfico 09 é que quanto maior IDH

educação 2010, maior a quantidade de ocorrências policiais de furtos, ou seja, quanto mais desenvolvido o município para indicador educação mais registros de furtos. Vale ressaltar que Manaus não está incluído neste gráfico, visto que sua população corresponde a pouco mais de 50% do Estado e a soma dos furtos de 2014 a 2016 é de mais de 91000 ocorrências policiais de furtos.

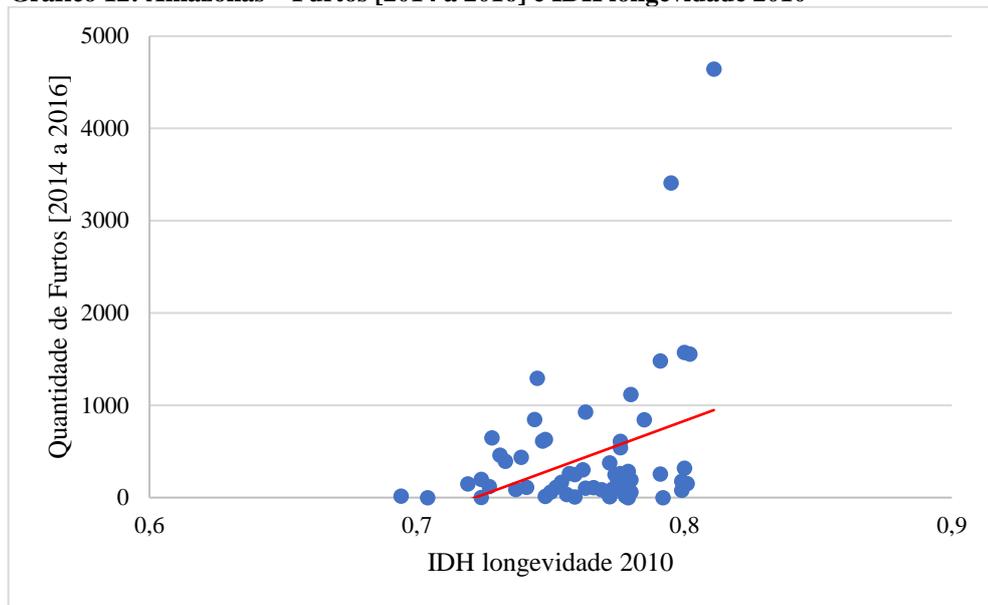
Gráfico 11: Amazonas – Furtos [2014 a 2016] e IDH renda 2010



Fonte: Atlas do IDH 2013/ PNUD e SISP-AM.

O eixo X representa o IDH renda 2010 (0,400 – 0,700) uma variável independente, enquanto que o eixo Y a quantidade de furtos de 2014 a 2016 (0 – 5000) a variável dependente. Manaus não está presente neste gráfico 10 de dispersão.

A renda no desenvolvimento foi o indicador que menos evoluiu, 15% entre 1991 e 2010, mas, quando comparado à quantidade de furtos, mostra uma linha de tendência um pouco mais vertical que o indicador de educação, que este indicador apresentar mais furtos. A análise do gráfico 10 que quanto maior IDH renda 2010, maior a quantidade de ocorrências policiais de furtos, ou seja, quanto mais desenvolvido os municípios para o indicador renda mais registros de furtos. Os dois indicadores analisados e relacionados com as ocorrências furtos apresentaram a mesma interpretação, quanto maior os indicadores, maior quantidade de ocorrências de furto. A longevidade vai apresentar maior verticalização da linha de tendência no gráfico de dispersão, quando relacionado com quantidade de furtos de 2014 a 2016, conforme gráfico 11:

Gráfico 12: Amazonas – Furtos [2014 a 2016] e IDH longevidade 2010

Fonte: Atlas do IDH 2013/ PNUD e SISP-AM.

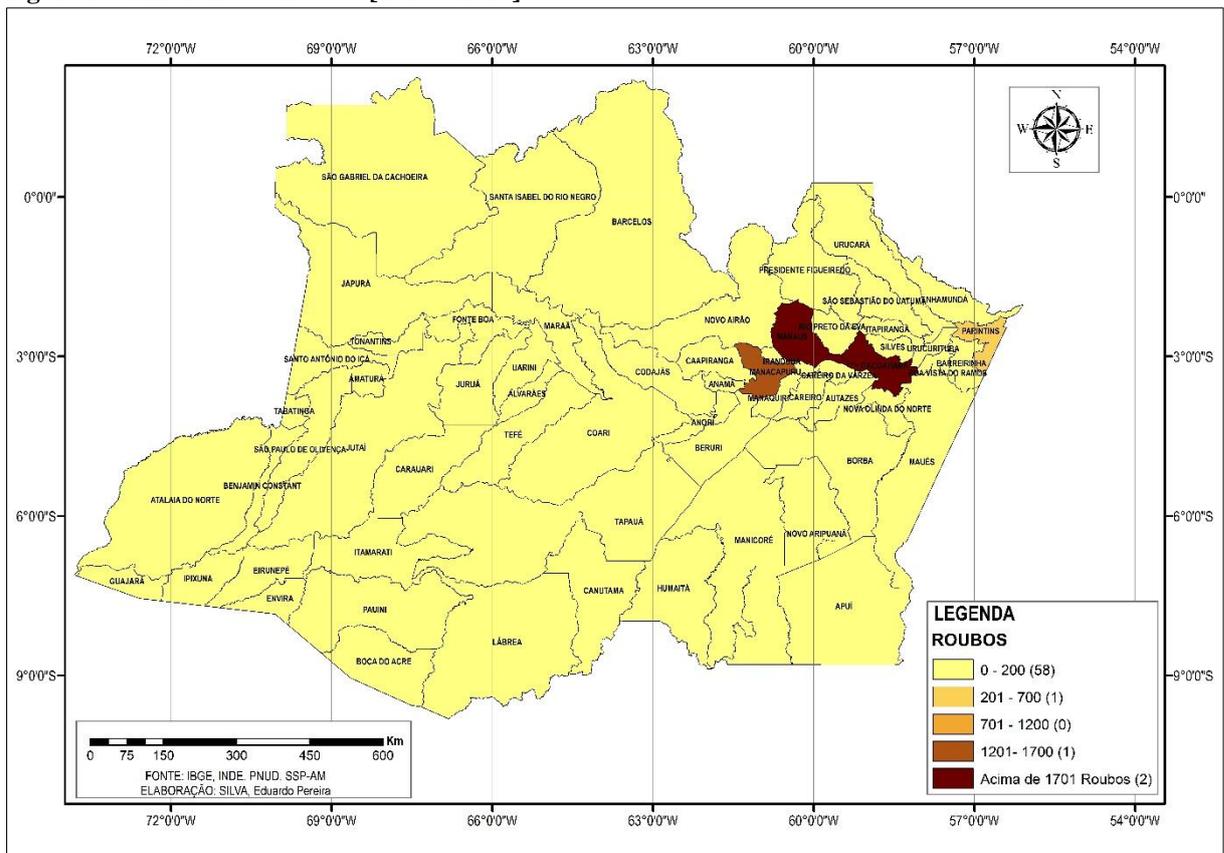
O eixo X representa o IDH longevidade 2010 (0,200 – 0,700) uma variável independente, enquanto que o eixo Y a quantidade de furtos de 2014 a 2016 (0 – 5000) a variável dependente. Manaus não está presente neste gráfico 11 de dispersão

Este indicador tem menor faixa analisada para o eixo X, tendo em vista que já se tem um indicador onde todos os municípios em 2010 estão acima de 0,600 e quase 90% estão na classificação alta (0,700 – 0,799). A interpretação do gráfico 11 é praticamente a mesma do gráfico 10, com a linha de tendência um pouco mais vertical o que reforça ainda mais que quanto maior IDH longevidade 2010, maior a quantidade de ocorrências policiais de furtos, ou seja, quanto mais desenvolvido o município para indicador longevidade mais registros de furtos. De modo geral, a relação de ocorrências policiais de furtos como indicadores de desenvolvimento humano através dos gráficos de dispersão, mostra que quanto maior bem classificado o município, maior a quantidade de ocorrências.

2.4.2 Das ocorrências policiais de roubos entre 2014 a 2016

A figura 15 vai mostrar a distribuição territorial das ocorrências roubos nos 62 municípios do Amazonas. Vale ressaltar que os crimes roubos são muito temidos por todos os cidadãos, pois, se trata de crime onde há emprego violência e é considerado crime contra patrimônio.

Figura 15: Amazonas – Roubos [2014 a 2016]



Fonte: INDE, Atlas do IDH 2013/ PNUD e SISP-AM

A figura 14 mostra que 94% dos municípios do Amazonas tiveram até 200 registros de roubos entre anos de 2014 e 2016. Em teoria é uma figura que destaca apenas 4 municípios problemáticos: Manaus, Itacoatiara, Manacapuru e Parintins. Municípios grandes em populações e economicamente desenvolvidos, mas, que quando analisados sobre a relação de habitantes por roubo, muda o cenário geográfico.

A tabela 05 classifica os municípios de acordo com a quantidade de registros de roubos no período temporal avaliado, mas, levando em consideração a ordem de relação entre habitantes por roubo:

Tabela 05: Municípios do Amazonas – relação de habitantes por roubos [2014 a 2016]

Municípios	Roubos	População	Habitantes/Roubo	Ordem de Relação
Manaus	115471	2.094.391	18	1°
Itacoatiara	1791	98.503	55	2°
Manacapuru	1263	95.330	75	3°
Parintins	344	112.716	328	10°
Presidente Figueiredo	190	33.703	177	4°
Humaitá	186	51.302	276	9°
Nova Olinda do Norte	185	35.156	190	5°

Fonte: IBGE, Atlas do IDH 2013/ PNUD e SISP-AM.

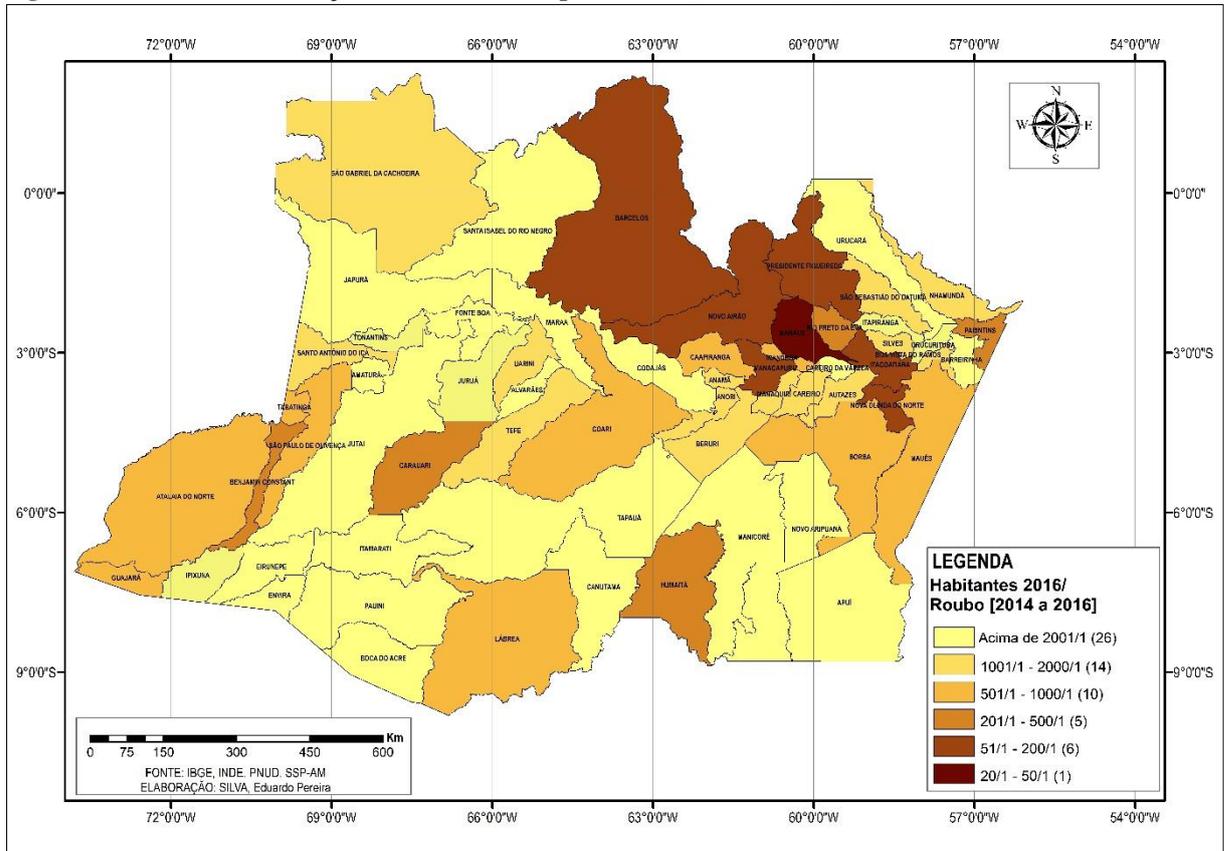
Cinco municípios com zero ocorrências de roubos: Ipixuna, Itaapiranga, Juruá, Tonantins e Urucurituba de acordo com dados analisados. Manaus teve quase noventa vezes quantidade de registros de roubos de Itacoatiara, enquanto que a população deste 2° é somente vinte vezes maior que a capital do Estado e foram registrados mais de cem mil roubos no período, o município concentra pouco mais de 50% da população estadual e quase 80% do PIB, é o mais bem avaliado no IDH de 2010 geral e por indicadores individuais. Itacoatiara ocupa o 2° lugar, pois, apresentou uma quantidade superior a 1701 registros, embora a possibilidade de sofrer roubo em Itacoatiara é quatro vezes menor que Manaus e é o município que possui ligação rodoviária com a capital e integra a região metropolitana de Manaus.

Manacapuru apresentou pouco mais de mil e duzentos registros de roubos na soma dos três anos, este município dista de Manaus pouco mais de 90km por rodovias, é integrante de região metropolitana. Presidente Figueiredo possui menor população e menor quantidade de registros somados, é um município conhecido por suas características turísticas, distante de Manaus pouco mais de 100km através da BR-174.

Parintins possui a 2ª maior população do Estado, também conhecido pelo seu festival internacional de Boi, que atrai turistas de diversas partes do mundo, o acesso a este município é somente por vias aérea e fluvial; pouco mais de trezentos registros de roubos entre 2014 e 2016, sua relação é de uma vítima para cada grupo de 328 habitantes. A possibilidade de ser vítima de roubo em Parintins é 18 vezes menor que em Manaus.

A figura 15 vai apresentar a ordem de relação entre habitantes por roubo, aquele que apresentou maior quantidade ocorrências, não significar dizer maior relação, como é observado na tabela 05 no município de Parintins, está entre com maior quantidade de ocorrências policiais, mas na relação por habitantes é 10° lugar.

Figura 16: Amazonas – Relação habitantes 2016 por Roubo [2014 a 2016]

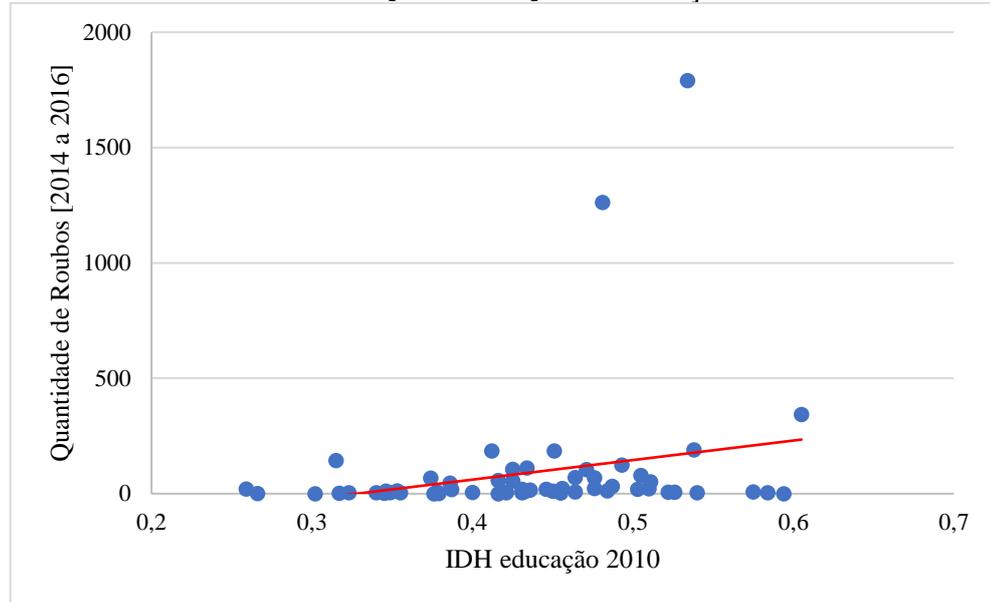


Fonte: INDE, Atlas do IDH 2013/ PNUD e SISP-AM

A figura 16 mostra oito municípios que possuem a maior relação habitantes por roubo, dentre estes, 3 possuem maior quantidade de roubos absoluta. Manaus além de apresentar a maior quantidade de ocorrências de roubos, também a maior relação de habitantes por roubo, para cada grupo de dezoito pessoas, uma delas foi vítima de roubo, ficando na classificação de vinte para um e cinquenta para um, respectivamente, exceto de Manaus, mais seis municípios estão na relação de 50/1 até 250/1, entre eles: Itacoatiara, Manacapuru, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Barcelos, Novo Airão.

Parintins ficou na classificação de 251/1 e 500/1, pois, teve 328 habitantes para cada ocorrência de roubo. O estudo apresenta as relações entre as ocorrências policiais de roubo e indicadores de desenvolvimento humano através de gráficos de dispersão de: educação, renda e longevidade.

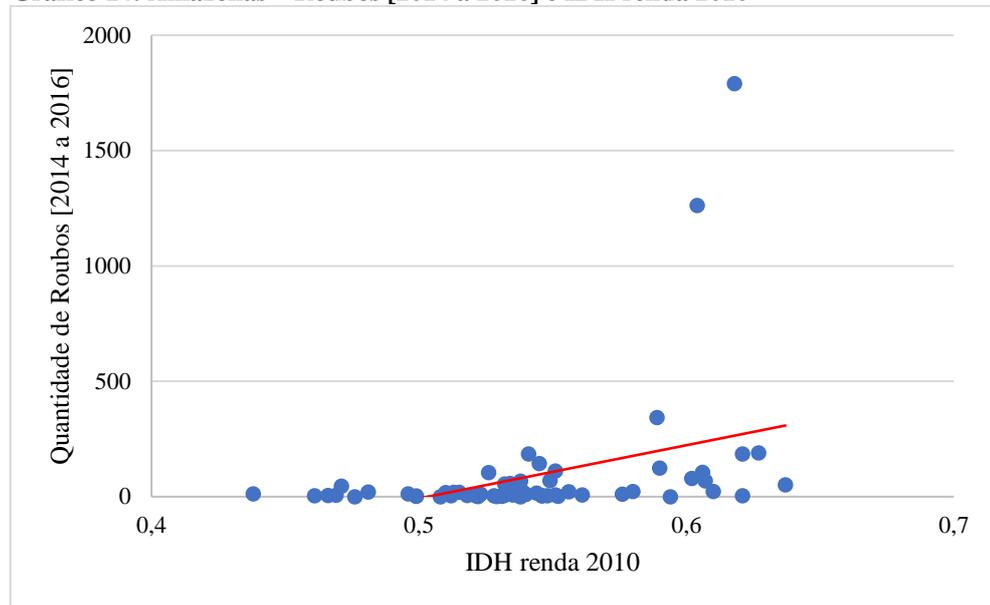
Gráfico 13: Amazonas – Roubos [2014 a 2016] e IDH educação 2010



Fonte: Atlas do IDH 2013/ PNUD e SISP-AM

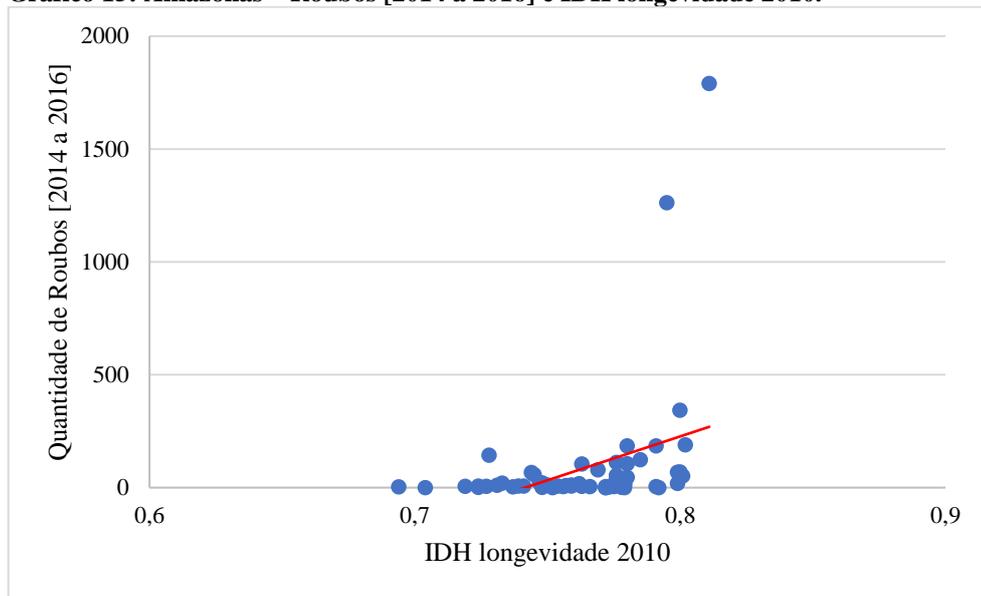
O eixo X representa o IDH educação 2010 (0,200 – 0,700) uma variável independente, enquanto que o eixo Y a quantidade de roubos de 2014 a 2016 (0 – 2000) a variável dependente. Manaus não está incluso neste gráfico 12.

Na relação com roubo, o indicador educação apresentou o menor ângulo entre a linha de tendência e o eixo X do IDH educação, o intervalo de análise do eixo X é 0,500 mostrando uma linha de tendência pouco verticalizada. No entanto, apesar da pouca verticalidade, a linha de tendência deste gráfico 12 mostra que quanto maior o IDH educação dos municípios, maior também é a quantidade de registros de ocorrências policiais de roubos.

Gráfico 14: Amazonas – Roubos [2014 a 2016] e IDH renda 2010

Fonte: Atlas do IDH 2013/ PNUD e SISP-AM

O eixo X representa o IDH renda 2010 (0,400 – 0,700) uma variável independente, enquanto que o eixo Y a quantidade de roubos de 2014 a 2016 (0 – 2000) a variável dependente. Manaus não está incluído neste gráfico 13. A linha de tendência deste gráfico segue a mesma interpretação do indicador de educação. Quanto maior é o IDH renda dos municípios, maior também é a quantidade de registros de ocorrências policiais de roubos. Se é possível afirmar que a renda está relacionada com a riqueza de uma população, há relação com quantidade deste delito na em Manaus, ou seja, mais renda, mais roubos. O gráfico 14 vai apresentar a relação entre IDH longevidade e quantidade de roubos:

Gráfico 15: Amazonas – Roubos [2014 a 2016] e IDH longevidade 2010.

Fonte: Atlas do IDH 2013/ PNUD e SISP-AM.

O eixo X representa o IDH longevidade 2010 (0,600 – 0,900) uma variável independente, enquanto que eixo Y a quantidade de roubos de 2014 a 2016 (0 – 2000) a variável dependente. Manaus não está incluso neste gráfico 14.

Este indicador apresentou maior ângulo e entre a linha de tendência e o eixo X. Vale ressaltar que os municípios estão bem classificados nesta variável de desenvolvimento humano, muito próximos uns dos outros, 55 municípios estão (0,700 – 0,799) IDH alto. Porém, a linha de tendência mostra a mesma interpretação dos indicadores de educação e renda, quanto maior IDH longevidade, maior a quantidade de ocorrências de roubos.

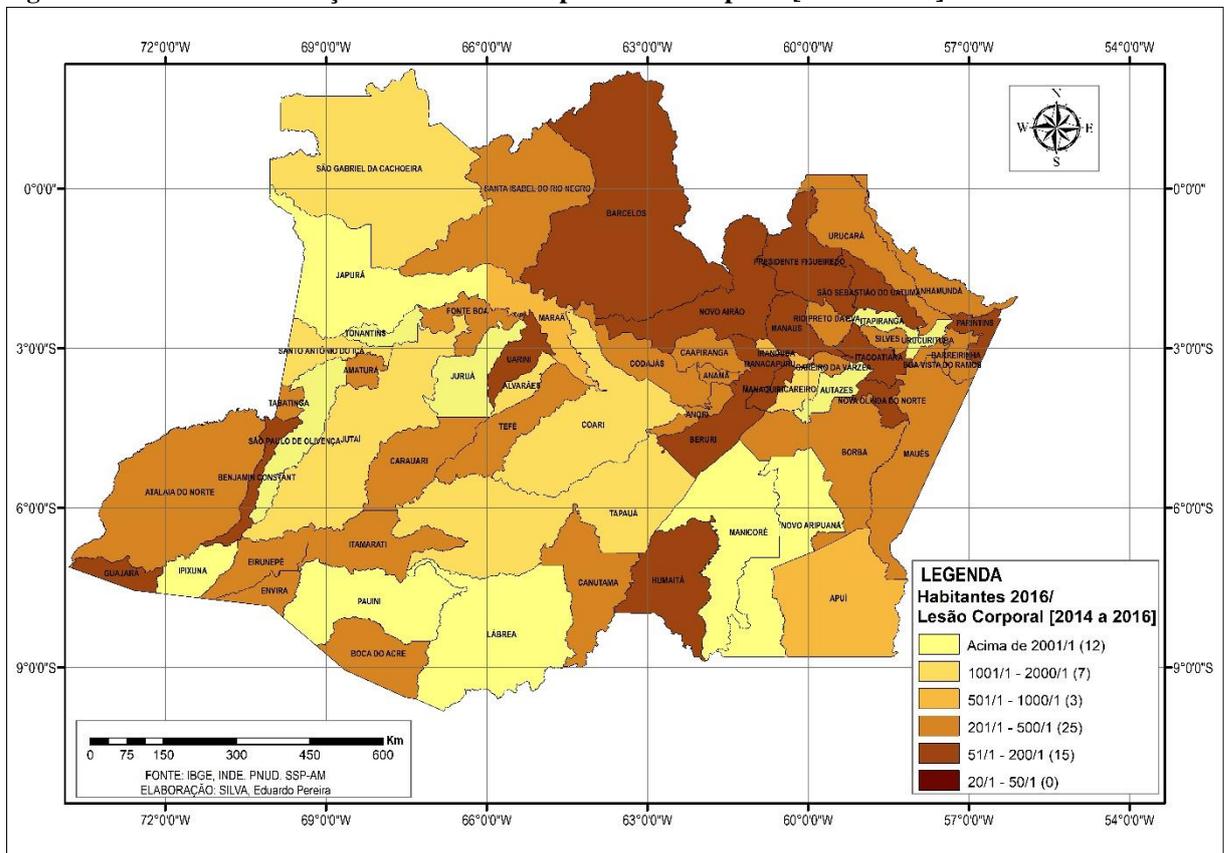
2.4.3 Das ocorrências policiais de lesões corporais entre 2014 a 2016

A figura 17 vai mostrar a distribuição territorial das ocorrências lesão corporal nos 62 municípios do Amazonas. Ressalta-se que nos crimes de lesões corporais, houve um dano corporal a vítima, e, trata de crime onde há emprego violência contra uma ou mais pessoas.

Seis municípios com zero ocorrências de roubos: Autazes, Itaipiranga, Juruá, São Paulo de Olivença, Tonantins e Urucurituba, de acordo com dados analisados. A tabela 04 mostra que Manaus apresentou a maior quantidade absoluta de registros de lesão corporal, e que Nova Olinda do Norte apresentou maior quantidade de vítima por grupo de habitantes, na relação de cinquenta e cinco habitantes para um roubo.

Os cinco municípios analisados, todos estão entre a relação de 50/1 e 250/1, vale ressaltar que Nova Olinda do Norte, município com pouco mais de 35 mil habitantes, mas, tem quase três vezes mais de lesões corporais que Manacapuru, que apresentou a mesma quantidade de registros com população quase três vezes maior.

Figura 18: Amazonas – Relação habitantes 2016 por Lesão Corporal [2014 a 2016]

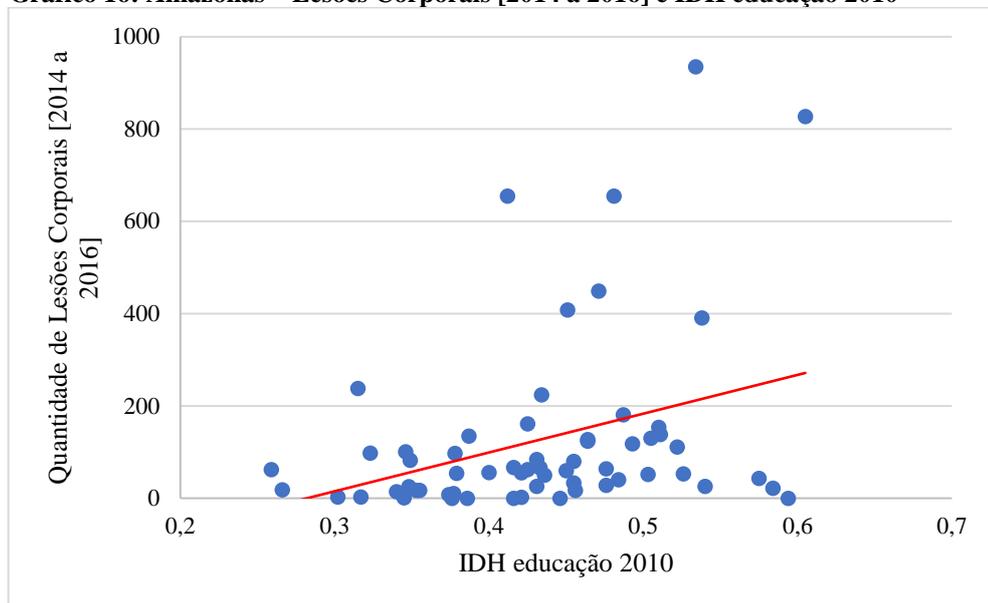


A lesão corporal é crime onde uma pessoa cometeu um dano físico doloso ou propositual a outra pessoa, se utilizando de força física ou meios materiais. Dentre os cinco municípios de maior relação, primeiro destaque foi para o município de Nova Olinda do Norte; a cada grupo de 55 habitantes há uma vítima de lesão corporal, município com população pequena, mas, chama a atenção pelo grande número de registros.

Enquanto que a Capital Manaus ficou com a segunda colocação, mesmo tendo a maior quantidade de ocorrências policiais entre os cinco municípios analisados, a cada grupo de 73 habitantes, uma registrou uma lesão corporal.

Itacoatiara, Parintins e Manacapuru entre 105 e 150 habitantes para cada ocorrência policial de lesão corporal, ocupando 3ª, 4ª e 5ª colocações respectivamente. Considerando que lesão corporal é crime que pode ser auferida a sociabilidade das pessoas quanto ao nível de educação, a pesquisa vai destacar os gráficos de dispersões entre os indicadores de educação, renda e longevidade e a quantidade de lesões corporais.

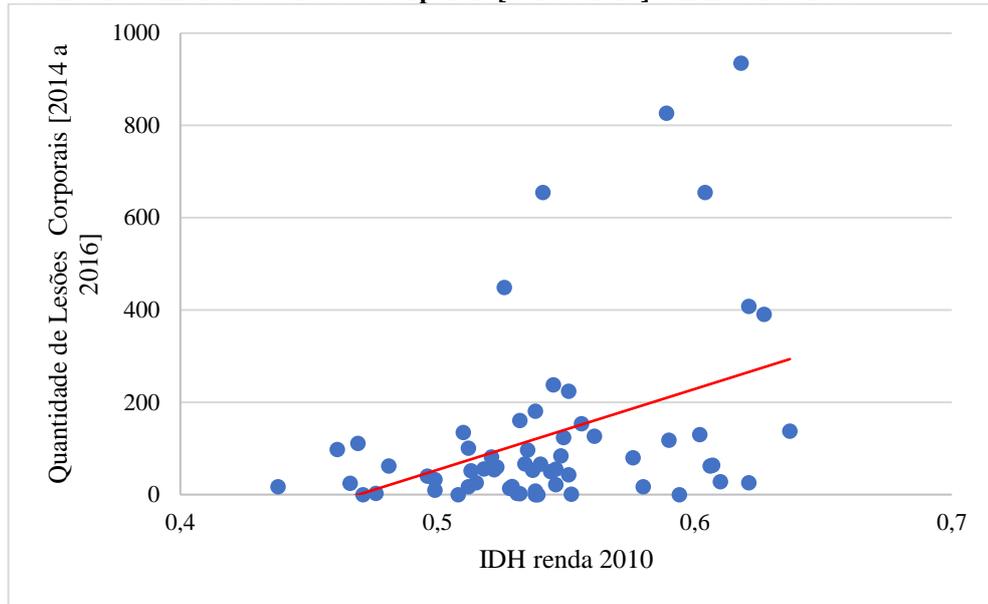
Gráfico 16: Amazonas – Lesões Corporais [2014 a 2016] e IDH educação 2010



Fonte: Atlas do IDH 2013/ PNUD e SISP-AM.

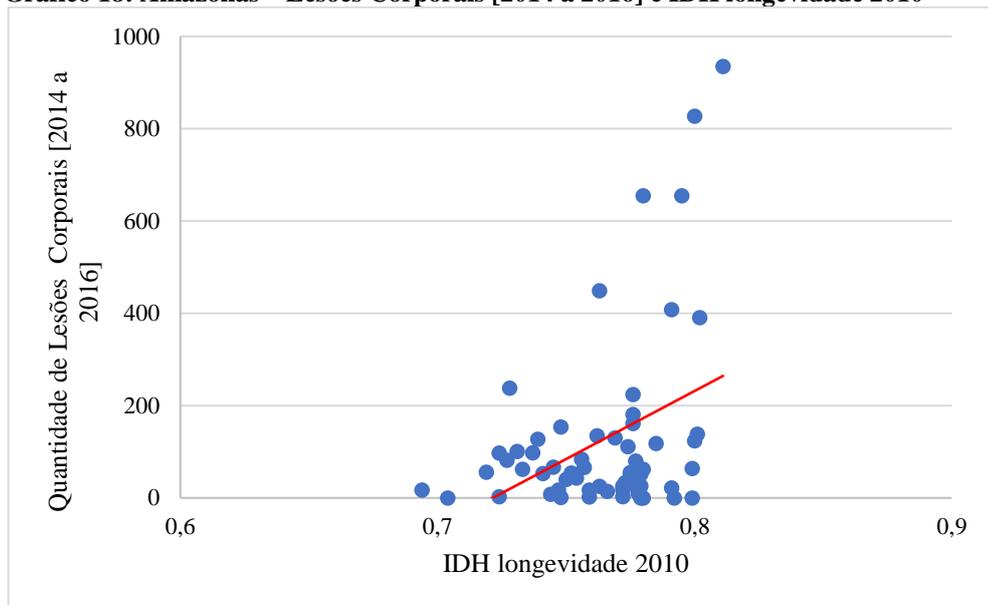
O eixo X representa o IDH educação 2010 (0,200 – 0,700) uma variável independente, enquanto que o eixo Y a quantidade de lesões corporais de 2014 a 2016 (0 – 1000) a variável dependente, Manaus não está nesta análise de dispersão.

O gráfico 15 de dispersão mostra que há um padrão na relação, entre quantidade de registro de ocorrências policiais de lesão corporal e IDH educação em 2010, ou seja, quanto maior o índice de desenvolvimento humano de educação, maior a quantidade de registros de lesões corporais. O estudo apresenta qual a relação entre as ocorrências policiais de lesões corporais e o indicador renda no gráfico 16:

Gráfico 17: Amazonas – Lesões Corporais [2014 a 2016] e IDH renda 2010

Fonte: Atlas do IDH 2013/ PNUD e SISP-AM

O eixo X representa o IDH renda 2010 (0,400 – 0,700) uma variável independente, enquanto que o eixo Y a quantidade de lesões corporais de 2014 a 2016 (0 – 1000) a variável dependente, Manaus não está nesta análise de dispersão. A análise do referido gráfico 16 permite afirmar que quanto maior o IDH renda, maior a quantidade de ocorrências policiais de lesões corporais registradas.

Gráfico 18: Amazonas – Lesões Corporais [2014 a 2016] e IDH longevidade 2010

Fonte: Atlas do IDH 2013/ PNUD e SISP-AM

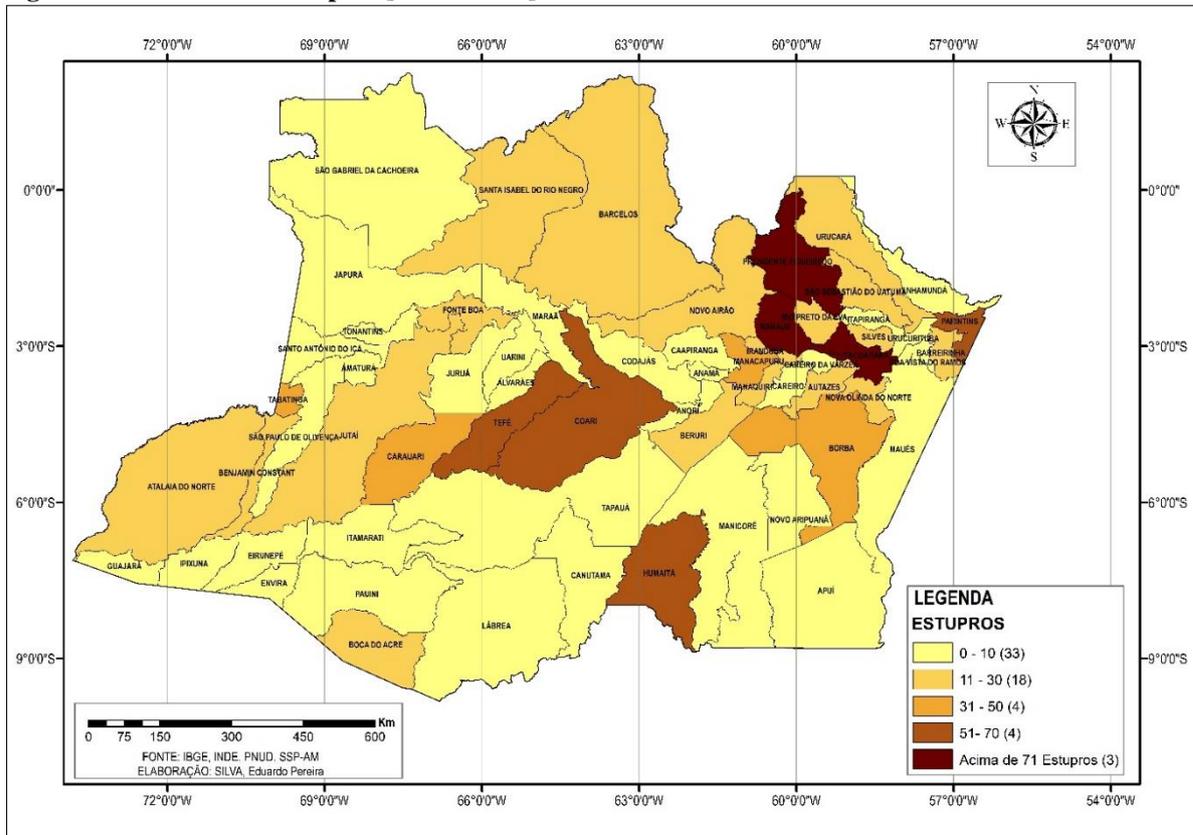
O eixo X representa o IDH longevidade 2010 (0,600 – 0,900) uma variável independente, enquanto que o eixo Y a quantidade de lesões corporais de 2014 a 2016 (0 – 1000) a variável dependente, Manaus não está nesta análise de dispersão.

Entre os indicadores relacionados a lesões corporais, a longevidade apresentou o menor intervalo, entre (0,600 – 0,900), o que permite inferir maior ângulo junto a linha de tendência. Análise deste gráfico 17 de dispersão entre IDH longevidade e lesão corporal é a mesma observada nos dois indicadores anteriores, o gráfico mostra que quanto maior é a quantidade de ocorrências policiais de lesões corporais registradas, maior também o IDH longevidade 2010. Em análise geral, há destaque para o município de Nova Olinda do Norte como observado na relação de habitantes por lesão corporal, mas, os gráficos mostram que quanto maior o desenvolvimento humano, maior a quantidade de ocorrências policiais de lesão corporal.

2.4.4 Das ocorrências policiais de estupros entre 2014 a 2016

A figura 19 vai mostrar a distribuição territorial das ocorrências estupros nos 62 municípios do Amazonas. Vale ressaltar que nos crimes de estupros houve um dano a honra da vítima, e trata de crime onde há emprego violência.

Figura 19: Amazonas – Estupros [2014 a 2016]



Fonte: INDE, Atlas do IDH 2013/ PNUD e SISP-AM

A figura 19 mostra os registros das ocorrências de estupros entre anos de 2014 e 2016, mais 50% dos municípios tiveram até 10 registros de estupros em três anos. O que preocupa são os municípios com mais 71 registros de estupros. A Tabela 07 vai apresentar quais municípios foram destaque na quantidade absoluta de registros de estupros, bem como na relação por habitantes por estupro:

Tabela 07: Municípios do Amazonas – relação de habitantes por Estupro [2014 a 2016]

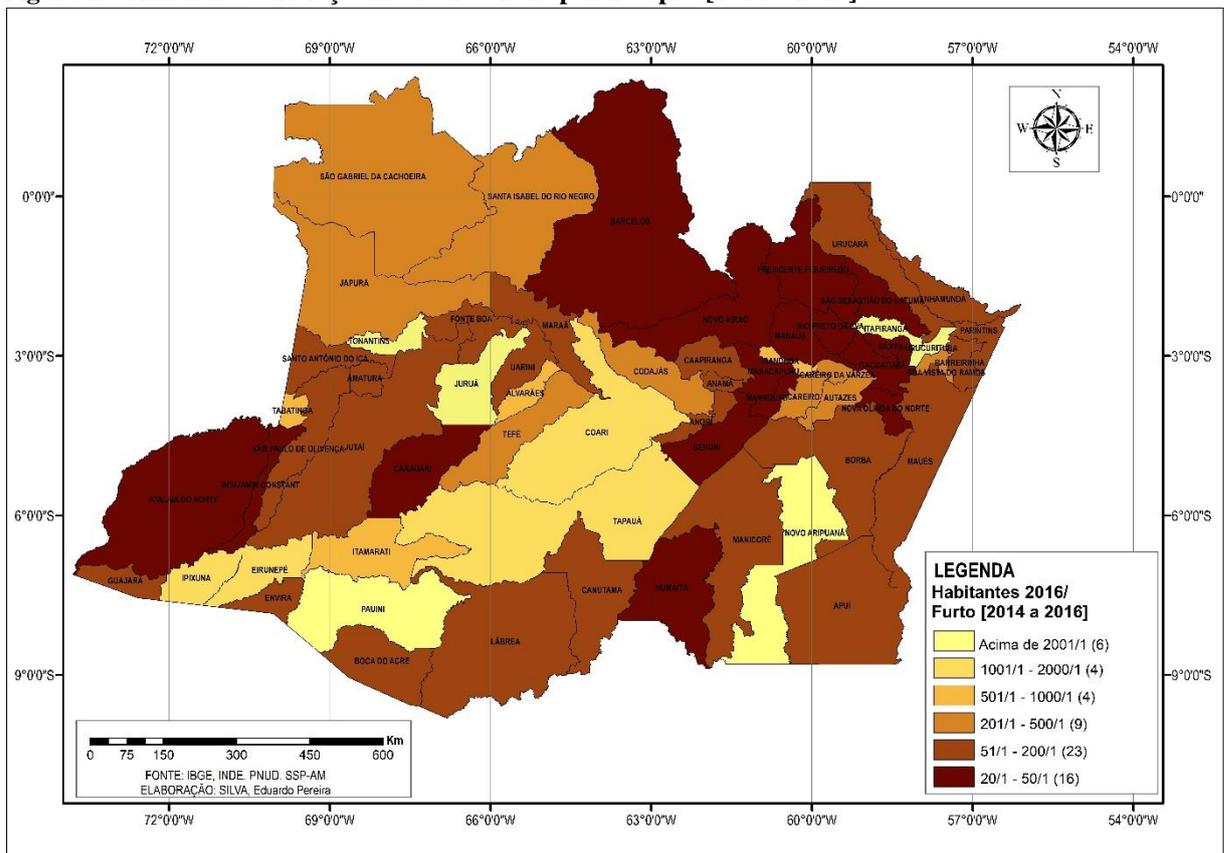
Municípios	Estupros	População	Habitantes/Estupro	Ordem de Relação
Manaus	2358	2.094.391	888	5º
Itacoatiara	284	98.503	347	2º
Presidente Figueiredo	128	33.703	263	1º
Coari	61	83.929	1376	17º
Tefé	58	62.230	1073	10º
Humaitá	55	51.304	933	7º
Parintins	54	112.716	2087	27º

Fonte: IBGE, Atlas do IDH 2013/ PNUD e SISP-AM

Cinco municípios com zero ocorrências de roubos: Ipixuna, Itaipiranga, Tonantins, Juruá e Urucurituba, de acordo com dados analisados. Sendo esta a 4ª natureza criminal analisada. Ressalta-se que os municípios que possuem a maior quantidade de registros, neste caso de estupros, não necessariamente apresentaram maior relação de habitantes por estupro, o que pode ser observado na tabela 07 para o município de Manaus. Presidente Figueiredo apresenta uma quantidade de estupros quase vinte vezes menor que Manaus, no entanto, a possibilidade de haver uma vítima de estupro em Presidente Figueiredo é quase quatro vezes menor.

A figura 20 vai apresentar a relação de habitantes por estupro, em todos os 62 municípios do Amazonas; esta relação inicia de 20/1 para até município com mais de 2001 habitantes por estupros.

Figura 20: Amazonas – Relação habitantes 2016 por Estupro [2014 a 2016]



Fonte: INDE, Atlas do IDH 2013/ PNUD e SIS-AM

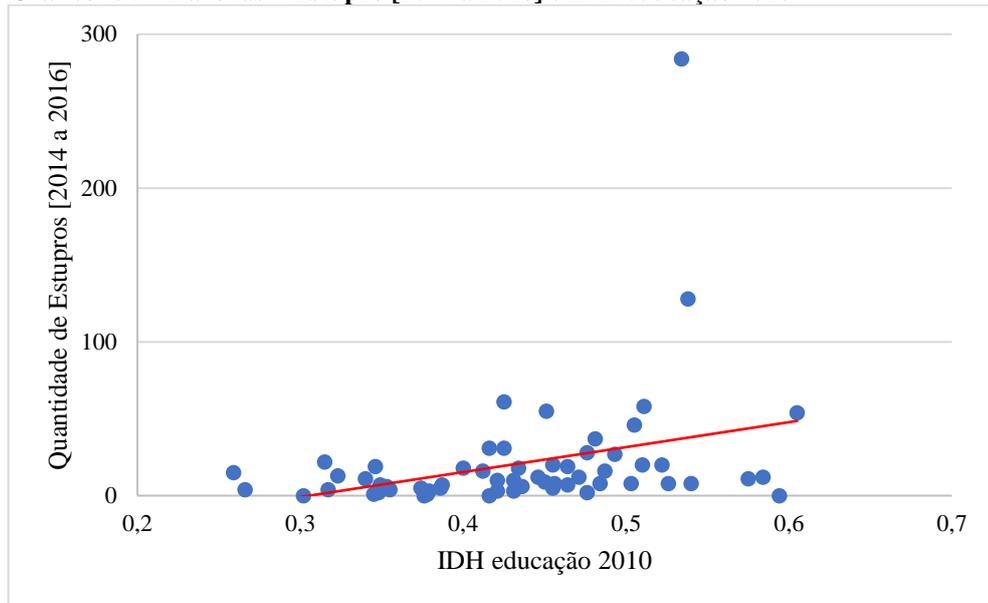
Presidente Figueiredo é um município que recebe muitos turistas no Amazonas, pelas suas belezas naturais; fica 100Km próximo de Manaus, através da rodovia BR-174; a relação de habitantes por estupro foi de 263 habitantes para cada vítima estupro registrado.

Itacoatiara ficou com o 2º lugar para cada grupo de 347 habitantes, uma vítima de estupro, município também próximo a capital, pouco mais de 270Km interligados pela rodovia

AM-010. O crime de estupro é contra a honra, podendo ser em desfavor de vulnerável, criança ou idoso, ou ainda de pessoas incapazes de esboçar qualquer reação para cessar esta agressão.

A pesquisa analisou através de gráfico de dispersão, a relação entre a quantidade de estupros e os indicadores de desenvolvimento humano de educação, renda e longevidade. O gráfico 18 vai apresentar a relação entre IDH educação e quantidade de estupros:

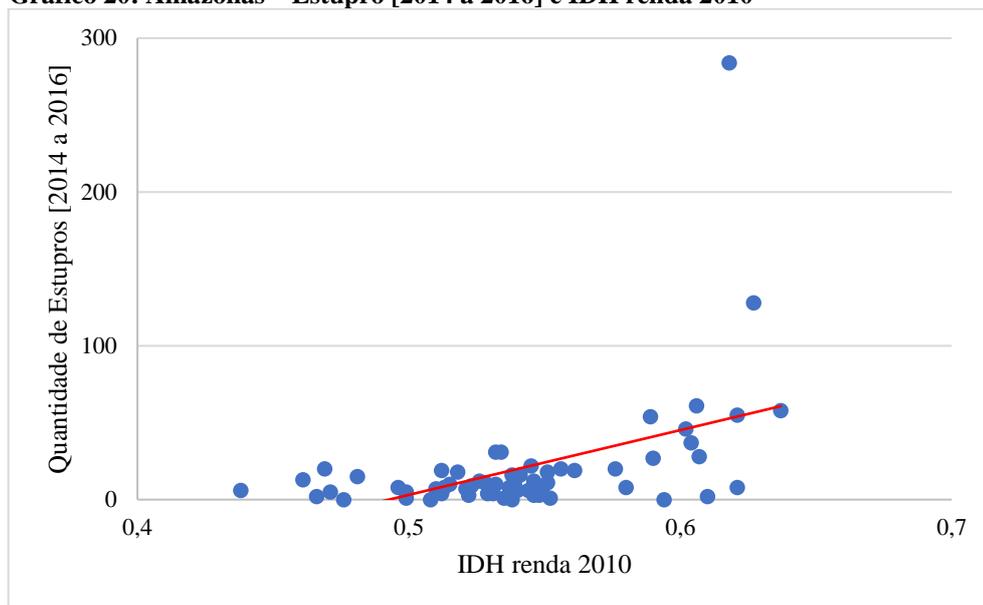
Gráfico 19: Amazonas – Estupro [2014 a 2016] e IDH educação 2010



Fonte: Atlas do IDH 2013/ PNUD e SISP-AM.

O eixo X representa o IDH educação 2010 (0,200 – 0,700) uma variável independente, enquanto que o eixo Y a quantidade de estupros de 2014 a 2016 (0 – 300) a variável dependente, Manaus não está nesta análise de dispersão.

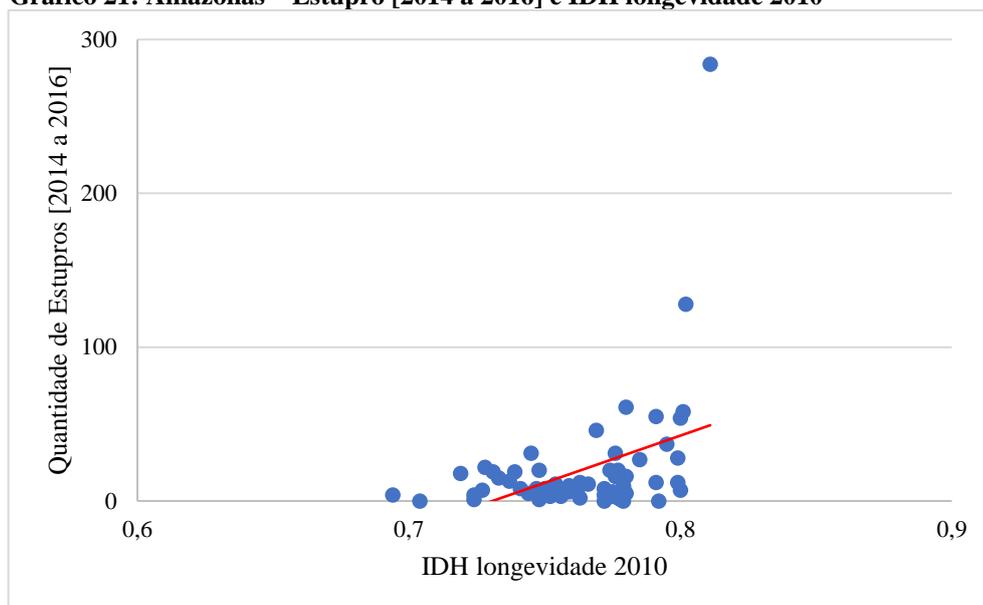
Neste gráfico de dispersão Itacoatiara está em destaque por ter a maior quantidade absoluta de estupros; o município está entre 0,200 – 0,300, bem distante da classificação muito baixa que é de 0,499. A análise do gráfico 18 mostra que há uma tendência de quanto maior o IDH educação, também será maior a quantidade de estupros. É o que mostra a linha de tendência, da esquerda para a direita representando o IDH educação e de baixo para cima representando a quantidade de estupros registrados.

Gráfico 20: Amazonas – Estupro [2014 a 2016] e IDH renda 2010

Fonte: Atlas do IDH 2013/ PNUD e SISP-AM

O eixo X representa o IDH renda 2010 (0,400 – 0,700) uma variável independente, enquanto que o eixo Y a quantidade de estupros de 2014 a 2016 (0 – 300) a variável dependente, Manaus não está nesta análise de dispersão.

Pela análise do gráfico 19, a renda apresenta a mesma relação que a educação no gráfico 18, quanto maior IDH renda 2010, maior a quantidade de ocorrências policiais de estupros; esta é análise do comportamento da linha de tendência permite analisar.

Gráfico 21: Amazonas – Estupro [2014 a 2016] e IDH longevidade 2010

Fonte: Atlas do IDH 2013/ PNUD e SISP-AM

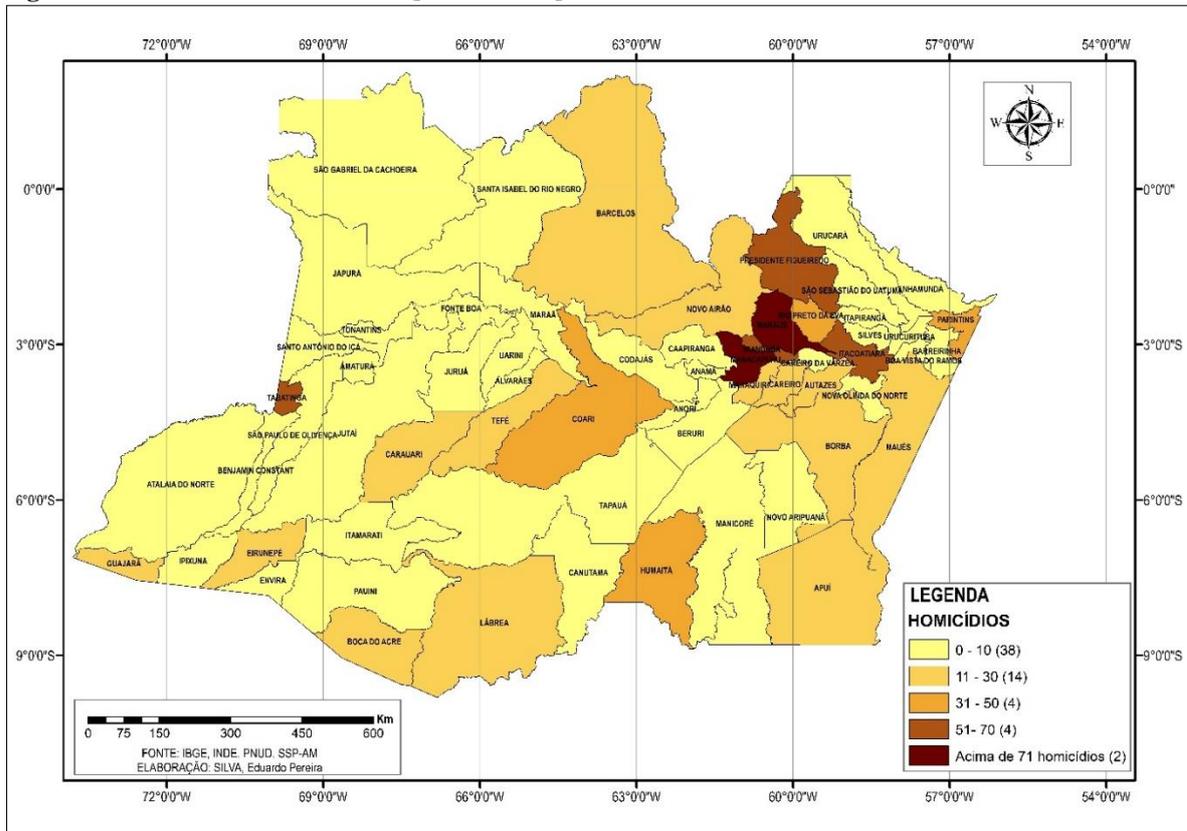
O eixo X representa o IDH longevidade 2010 (0,600 – 0,900) uma variável independente, enquanto que o eixo Y a quantidade de estupros de 2014 a 2016 (0 – 300) a variável dependente, Manaus não está nesta análise de dispersão.

Longevidade no gráfico 20 apresenta a mesma relação que renda educação e renda, quanto maior IDH longevidade 2010, maior a quantidade de ocorrências policiais de estupros, esta é a análise verificada na linha de tendência. Vale salientar que este indicador apresenta o menor intervalo de IDH (0,600 – 0,900) e é o que mais contribui para o IDH geral; possui 55 municípios na faixa de classificação alta (0,700 – 0,799). Porém, apresenta o maior ângulo entre o eixo X e a linha de tendência. De modo que o crime de estupro apresentou a mesma análise gráfica que os demais, quanto maior os indicadores de desenvolvimento humano, maior quantidade de ocorrências policiais.

2.4.5 Das ocorrências policiais de homicídios entre 2014 e 2016

A figura 21 vai mostrar a distribuição territorial das ocorrências homicídios nos 62 municípios do Amazonas. Ressaltando-se que nos crimes de homicídios houve um crime contra a vida, e a vítima é o Estado, neste caso o Amazonas, e trata de crime onde há emprego de violência, podendo ser culposos, onde não houve intenção de matar ou dolosos onde houve a intenção de matar, este estudo vai levar em consideração somente os homicídios dolosos.

Figura 21: Amazonas – Homicídios [2014 a 2016]



Uma análise da figura 20 permite inferir que dos cinco municípios que possuem maior quantidade de homicídios são: o 1^o é a capital Manaus, os outros quatro possuem ligação rodoviária com este município, o que pode significar que este município pode influenciar nos crimes de homicídios de Manacapuru, Iranduba, Itacoatiara e Presidente Figueiredo.

O município de Tabatinga é o 6^o município localizado na calha do Alto Solimões, é uma das áreas mais sensíveis do mundo, tendo em vista que é a fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, uma conhecida rota de internacional de tráfico de entorpecentes. O Brasil possui uma das maiores taxas de crimes violentos do mundo, taxa de 2016, foram 30 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes. Vale ressaltar que homicídios representam no máximo 5% das ocorrências policiais registrada, em Manaus a soma de roubos no período foram de mais de 110 mil roubos, enquanto que os homicídios quase 3 mil. Esse crime é extremamente explorado pelos meios de comunicações, e é parâmetro utilizado para mostrar a eficiência dos sistemas de segurança pública na resolução de crime, ou seja, a eficiência da resolução de crimes é avaliada através de uma natureza que representa pouco menos de 5% das ocorrências policiais.

Tabela 08: Municípios do Amazonas – relação de habitantes por Homicídio [2014 a 2016]

Municípios	Homicídios	População	Habitantes/Homicídio	Ordem de Relação
Manaus	2568	2.094.391	816	4º
Manacapuru	113	95.330	844	5º
Iranduba	68	46.703	687	3º
Presidente Figueiredo	61	33.703	553	1º
Tabatinga	55	62.346	1134	8º
Itacoatiara	51	98.503	1931	13º
Rio Preto da Eva	46	30.503	663	2º

Fonte: IBGE, Atlas do IDH 2013/ PNUD e SISP-AM

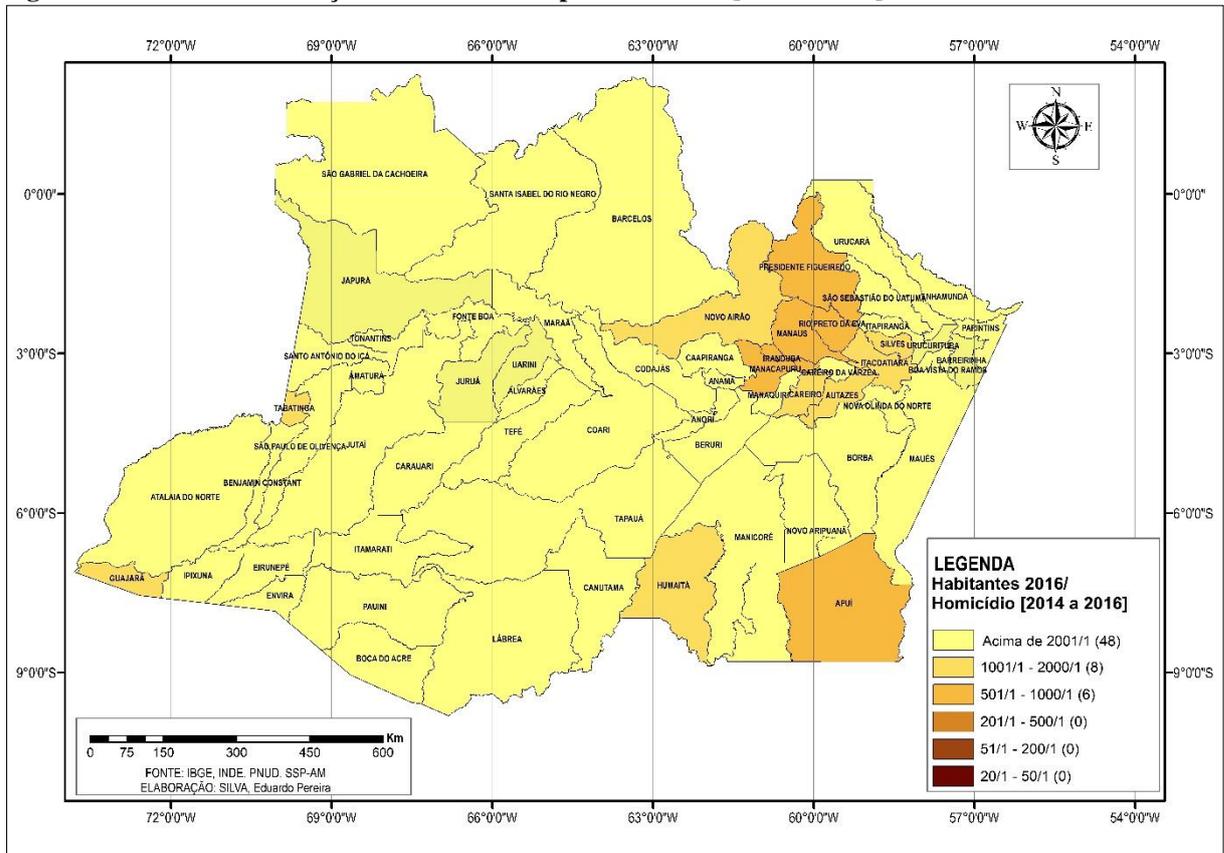
Cinco municípios com zero ocorrências de homicídios: Barreirinha, Japurá, Juruá, Uarini e Urucurituba, de acordo com dados analisados.

Manaus com quase 3 mil homicídios, um média de pouco mais de 800 homicídios dolosos por ano na capital do Amazonas; o município mais bem avaliado para todos os indicadores de desenvolvimento humano. Manacapuru é 2º colocado em quantidade absoluta de homicídios no período em análise, este município possui uma comunicação bem próximo com a capital, o que pode significar a influência nos crimes de homicídios de Manaus a Manacapuru.

Irlanduba é município que vem experimentando um grande desenvolvimento econômico, principalmente após a construção da Ponto do Rio Negro, da cidade universitária da UEA. Este município fica entre Manaus e Manacapuru, mais próximo de Manaus, esta proximidade entre as duas cidades associada ao crescimento econômico elevado, pode ter influenciado neste 3º lugar em quantidade absoluta de homicídios. Presidente Figueiredo é um município próximo a Manaus, como dito anteriormente, com grande influência turística interna e externa, o que podem ser um dos fatores na 4ª colocação na quantidade de homicídios.

Vale ressaltar que o alto crescimento econômico ao que foi analisado até então, não é sinônimo de segurança e nem de qualidade de vida. O que ficou claro dentre as naturezas analisadas, principalmente homicídio, é que o crescimento econômico elevado é sinônimo de elevado IDH, porém, este desenvolvimento humano elevado não se materializa em benefícios a sociedade amazonense.

Figura 22: Amazonas – Relação habitantes 2016 por Homicídio [2014 a 2016]



Fonte: INDE, Atlas do IDH 2013/ PNUD e SISP-AM

A relação de habitantes por homicídios representada na figura 22, seis municípios são destaque, quatro fazem fronteira rodoviária com Manaus, quais sejam Iranduba, Manacapuru e Rio Preto da Eva, que estão na mesma faixa de classificação entre 501/1 e 1000/1.

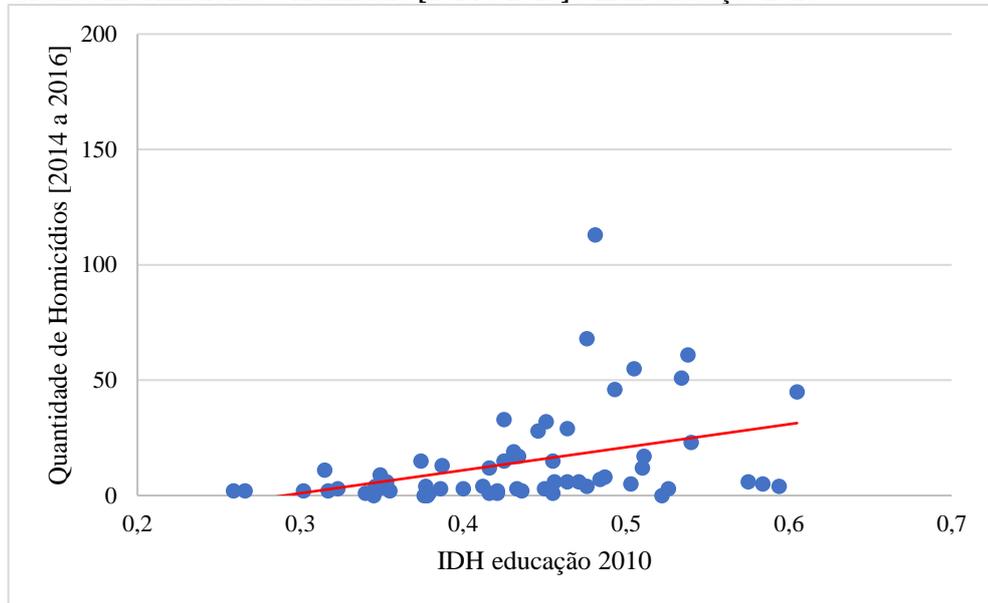
Presidente Figueiredo possui maior relação entre habitantes por homicídio, um homicídio para cada grupo de 553 habitantes. Rio Preto da Eva, município localizado entre Manaus e Itacoatiara está em 2^o lugar, possui uma relação de um homicídio para cada grupo de 663 habitantes. Iranduba ocupa o 3^o lugar, sua relação é um homicídio para cada grupo de 687 habitantes, município que teve grande emigração devido a construção da Ponte do Rio Negro.

O município com melhores indicadores estaduais, Manaus, ficou na 4^a colocação, sua relação de um homicídio para cada grupo de 816 habitantes, este resultado mostra que os indicadores de IDH elevados podem não representar segurança pública aos cidadãos.

Manacapuru ocupa a 5^a colocação dentre os municípios com maior relação de habitante por homicídio, sua relação é um homicídio para cada grupo de 844 habitantes. Tratando-se da relevância da natureza homicídio, fechando os seis municípios com maior relação de habitantes por homicídio. Observa-se Apuí, município ao sul do Amazonas ligado pela rodovia BR-230 ao município de Humaitá, que apresentou uma vítima de homicídio para cada grupo de 897

habitantes. Esta pesquisa analisou as ocorrências policiais de homicídio e suas relações com os indicadores de desenvolvimento humano. O gráfico 21 apresenta relação de IDH educação e quantidade de homicídios:

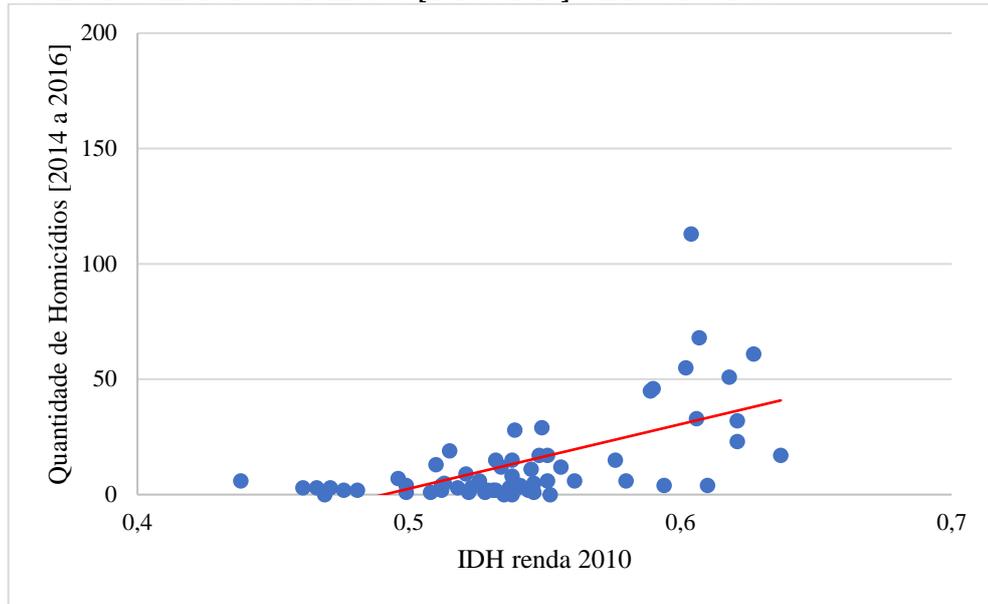
Gráfico 22: Amazonas – Homicídio [2014 a 2016] e IDH educação 2010



Fonte: Atlas do IDH 2013/ PNUD e SISP-AM

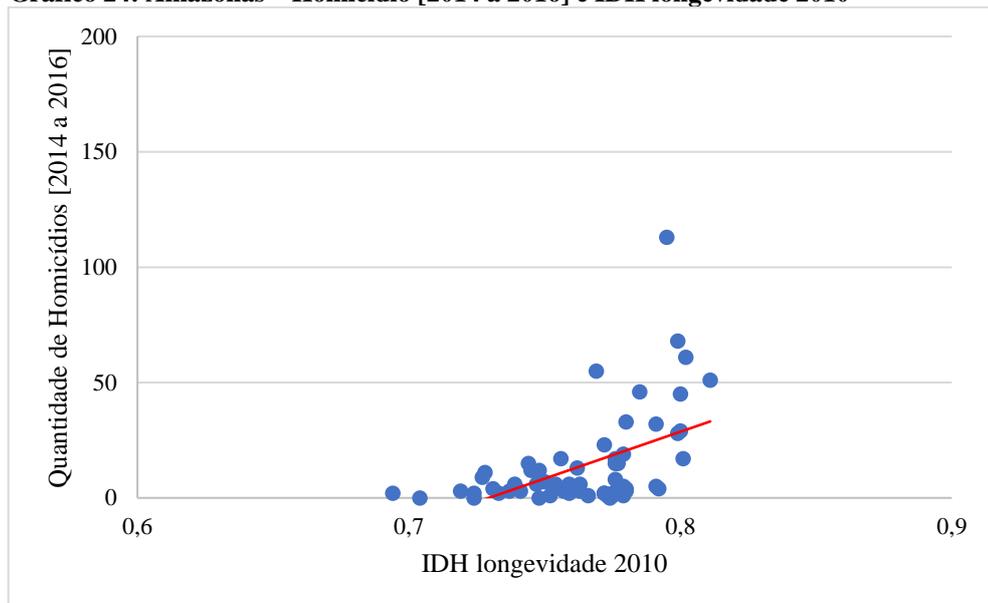
O eixo X representa o IDH educação 2010 (0,200 – 0,700) uma variável independente, enquanto que o eixo Y a quantidade de homicídios de 2014 a 2016 (0 – 200) a variável dependente, Manaus não está nesta análise de dispersão.

Pela análise do gráfico 21 que indica que quanto maior o índice de desenvolvimento humano para educação, maior quantidade de ocorrências policiais de homicídios. Salienta-se que dentre as 5 naturezas, homicídios apresentou menor somatório, ratificado no eixo X. Porém, a natureza mais explorada pelos diversos veículos de comunicação, a mídia explora os homicídios de tal forma que estes crimes correspondem a pouco menos de 5% das ocorrências policiais; no entanto, representam quase 45% das noticiais sobre ocorrências policiais.

Gráfico 23: Amazonas – Homicídio [2014 a 2016] e IDH renda 2010

Fonte: Atlas do IDH 2013/ PNUD e SISP-AM

O eixo X representa o IDH renda 2010 (0,400 – 0,700) uma variável independente, enquanto que o eixo Y a quantidade de homicídios de 2014 a 2016 (0 – 200) a variável dependente, Manaus não está nesta análise de dispersão. Análise do gráfico 22 indica que quanto maior o índice de desenvolvimento humano para o indicador renda, maior quantidade de ocorrências policiais de homicídios.

Gráfico 24: Amazonas – Homicídio [2014 a 2016] e IDH longevidade 2010

Fonte: Atlas do IDH 2013/ PNUD e SISP-AM

O eixo X representa o IDH longevidade 2010 (0,600 – 0,900) uma variável independente, enquanto que o eixo Y a quantidade de homicídios de 2014 a 2016 (0 – 200) a variável dependente, Manaus não está nesta análise de dispersão. O indicador de longevidade significa que tem melhorado a constantemente a promoção da saúde entre diversos municípios do Amazonas. A análise do gráfico 23 de dispersão na relação entre quantidade homicídios e IDH longevidade, quanto maior quantidade de ocorrências policiais de homicídios, maior também este indicador.

Analisando as diversas relações geográficas entre as ocorrências policiais e indicadores de desenvolvimento humano. Na Geográfica de modo geral os municípios como maior índice desenvolvimento humano também apresentavam a maior soma de ocorrências policiais entre 2014 e 2016. No entanto, na observação geográfica a relação entre habitantes por crime permitia uma análise mais específica, de acordo com as características dos municípios, como foi o caso do 1º lugar nesta relação para os estupros em Presidente Figueiredo e 8º lugar dos homicídios em Tabatinga, o primeiro município tem características turísticas e o segundo por características de fronteiras e supostamente ligadas ao tráfico de entorpecentes. Foi observado que alguns municípios apresentaram zero ocorrências policiais na soma de três anos, de acordo com dados repassados pela SSP/AM, estes municípios foram individualizados a cada natureza criminal analisada; o fato de não haver registros podem ser pela captação das informações precárias ou realmente não ter acontecido.

As análises gráficas entre os indicadores de educação, renda e longevidade em 2010 e a soma das naturezas criminais de furtos, roubos, lesões corporais, estupros e homicídios entre 2014 e 2016 mostram que quanto maior os indicadores, maior a quantidade de ocorrências policiais. Nas análises gráficas o município de Manaus foi suprimido, visto que seus números estão muito avantajados, tanto na quantidade de ocorrências quanto no tamanho de sua população, nos indicadores de IDH geral e específicos foi mais bem classificado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou as relações entre ocorrências (furtos, roubos, lesões corporais, estupro e homicídios) e os Indicadores de Desenvolvimento Humano (educação, renda e longevidade) nos 62 municípios do Estado do Amazonas através de mapa, tabelas, gráficos. O estudo reconheceu os Indicadores de Desenvolvimento Humano entre 1991 e 2010, bem como apresentou análises das variações destes no período. Quantificou as ocorrências policiais entre 2014 e 2016 e correlacionou com a população residente. Foi possível confrontar os Indicadores de Desenvolvimento Humano 2010 ao Índice de Gini 2010. Reconheceu o padrão de distribuição do efetivo policial militar no Amazonas.

Em números absolutos os municípios que apresentaram os melhores indicadores de IDH, também, apresentaram a maior quantidade de ocorrências (número absoluto) no período avaliado, o que permite enxergar a hipótese de que no Amazonas, maior desenvolvimento humano não representa menos ocorrências policiais. Deve ser ressaltado que quando as ocorrências policiais foram relativizadas à população, mudou a forma de enxergar os resultados, tendo em vista que os municípios que apresentavam a maior quantidade absoluta de crimes, algumas vezes apresentava uma baixa relação habitantes/crime. Em suma, significa dizer que o município que possui maior quantidade absoluta de crimes, pode não ser o mais violento, quando relativo à população.

Foi possível observar, também, a evolução do Amazonas quanto aos IDHs de 1991 e 2010, mostrando que de maneira geral, houve uma melhoria significativa do Estado para todos os indicadores. Foi notório que na comparação das médias de 1991 e 2010, que a Educação mesmo sendo o indicador mais baixo e que menos contribui para o IDH geral, foi o que mais evoluiu nos dezoito anos de análise, tendo a longevidade como o primeiro indicador que mais contribui para o IDH geral, sendo o segundo que mais evoluiu no período analisado, enquanto que a renda é o segundo que mais contribui, e foi o que menos evoluiu do período.

Diante do exposto, observou-se duas análises, a contribuição dos indicadores para o IDH geral do Estado e a evolução dos indicadores no período em análise. Há de se ressaltar as comparações por gráfico de dispersão entre o Índice de Gini e os três indicadores, e o resultado obtido nas três análises, que foram quanto aos melhores indicadores, menor concentração de renda e vale ressaltar o inverso, piores indicadores, maior concentração de renda; o resultado esperado era que os melhores indicadores mostrariam, também, maior concentração de renda.

A cobertura policial é algo novo no contexto estudo acadêmico; para tal foi necessário adentrar nos aspectos das missões constitucionais das policiais militares e civis. O estudo

identificou a cobertura policial militar nos municípios do Amazonas, que obedece aos critérios populacionais e desenvolvimento humano; maior população corresponde, também, a um maior efetivo policial militar, maior quantidade de ocorrências policiais e ainda quanto maior IDH municipal, maior será o efetivo policial militar destacado naqueles municípios, ou seja, a cobertura policial militar no Amazonas obedece aos critérios populacionais e desenvolvimento humano.

O Índice de Desenvolvimento Humano deve apresentar o município onde as pessoas tenham possibilidade de levar uma vida digna, através da distribuição de renda de forma igualitária, um nível de instrução elevado e expectativa de vida elevada, associada a baixa mortalidade infantil. Então, esperava-se quanto maior o IDH melhor seria a qualidade de vida, uma cobertura policial militar adequada, mas, foi observado que quanto maior o desenvolvimento humano havia maior cobertura policial militar; mostra serviços de segurança pública podem ser para os mais abonados financeiramente, sem deixar de mencionar que não há equilíbrio na cobertura policial militar do Amazonas, pois este estudo identificou municípios na relação de 1:250 e 1:6000.

Este estudo não esgota as possibilidades de se utilizar de elementos geográficos para estudar o desenvolvimento humano, ocorrências policiais e cobertura policial. Contudo, este trabalho enxerga que a Segurança Pública deve ser tema de análise quantificável e geográfica, assim como educação, renda e longevidade visto impactar diretamente na qualidade de vida e no desenvolvimento humano. Logo, este estudo está em aberto para propostas futuras de estudos acadêmicos que relacionem Segurança Pública e Desenvolvimento Humano.

REFERÊNCIAS

ACRÍTICA. **O Amazonas é o Estado que mais cresce no ideb no ensino médio.** 2016. Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/amazonas-e-o-estado-que-mais-cresce-no-ideb-no-ensino-medio>, acesso 05 Fev 18.

AMAZONAS. **Constituição do Estado do Amazonas.** Manaus-AM: Assembleia Legislativa do Amazonas. 1989. Disponível em: <http://www.ale.am.gov.br/wp-content/uploads/2013/08/Constituicao-do-Estado-do-Amazonas-atualizada-2013.pdf>, acesso em 24 Mar18.

Atlas Brasil. **Ranking – Todos os Estado (IDH-2010).** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking/>, acesso em 17 Nov 16.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Estratégia de desenvolvimento e combate à pobreza.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a04.pdf>, acesso 13 Jul 17.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Secretaria Nacional de Segurança Pública.** Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento de Pessoas. Rede Nacional de Educação a Distância em Segurança Pública (REDE EAD): Curso Análise criminal. Brasília: SENASP, 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Secretaria Nacional de Segurança Pública.** Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento de Pessoas. Rede Nacional de Educação a Distância em Segurança Pública (REDE EAD): Curso Políticas Públicas de Segurança Pública. Brasília: SENASP, 2017.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm, acesso 12 Dez 17.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília. DF: Senado Federal. 1988. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>, acesso 12 Dez 17.

ROLIM, Marcos. **Entrevista à BBC BRASIL sobre a pesquisa que identifica evasão escolar na raiz da violência extrema no Brasil.** 2017. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/brasil-40006165?ocid=wsportuguese.chat-apps.in-app-msg.whatsapp.trial.link1_.auin, acesso 15 Fev 18.

BRESSER, Luiz Carlos Pereira. **Desenvolvimento e crise no Brasil.** 7ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

_____. **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n93/03.pdf>, acesso 28 Mai 17.

BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia.** In: Conferência do Mês do Instituto de Estudos Avançados da USP proferida pela autora em 27 de abril de 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005, acesso 28 Mai 17.

DINIZ, Alexandre Magno Alves; NAHAS, Maria Inês Pedrosa; MOSCOVITCH, Samir Kopit. **Análise espacial da violência urbana em belo horizonte: uma proposição metodológica e indicadores georreferenciados.** X encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte, 2003. Disponível: <http://www.anpur.org.br/anaisAbrir/62/1/anais-do-x-ena>, acesso 28 Mai 17.

EXAME, revista. **Os Estados com maior déficit de policiais por habitantes.** Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/brasil-tem-deficit-de-20-mil-policiais-em-seu-efetivo/>, acesso 04 Jul 17.

FILHO, José Zucca Moraes; ROCHA, Cássia Marques da. **Análises populacionais das mesorregiões brasileiras.** Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/download/20290/15338>, acesso em 15 Out 17.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** 4ª Edição. 2010.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** 6ª Edição. 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** 10ª Edição. 2016.

G1. **Regiões do DF com mais mortes têm menos policiais, aponta levantamento.** Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/10/regioes-do-df-com-mais-mortes-tem-menos-policiais-aponta-levantamento.html>, acesso 03 Jul 17.

HAQ, Mahbub Ul. **A cortina da pobreza: opções para o terceiro mundo.** Traduzido por Richard Paul Neto. São Paulo: Editora Naiconal, 1978.

HOLFLING, Eloisa de Mato. **Estado e políticas (públicas) sociais.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>, acesso 05 Mai 18.

HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de Renda.** Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/268000437_DISTRIBUICAO_DA_RENDA, acesso 03 Mar 18.

IBGE. **Estimativas de população.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_tcu.shtm, acesso 12 Nov 16.

IBGE. **Estados.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=am>, acesso 17 Nov 16.

IBGE. **Saúde.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/saude.html>, acesso 17 Nov 16.

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010 - Amazonas.** Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=13&dados=29>, acesso 12 Nov 16.

INFORMONEY. **Desigualdade entre ricos e pobres no Brasil é maior do que a mais alta da OCDE.** 2011. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/economia/noticia/2276739/desigualdade-entre-ricos-pobres-brasil-maior-que-mais-alta-ocde>, acesso 09 Fev 18.

IPEA. **Atlas da violência 2017.** Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf, acesso 06 Jul 17.

IPECE. **Nota Técnica nº 14.** Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/notas_tecnicas/NT_14.pdf, acesso 06 Jul 17.

KLUTHCOVSKY, Ana Cláudia Garabeli Cavalli; TAKAYANAGUI, Angela Maria Magosso. **Qualidade de vida – Aspectos conceituais.** Disponível em: <http://revistas.unicentro.br/index.php/salus/article/view/663/775>, acesso 23 Out 17.

LIMA, Roberval Felipe Pereira de. **Especialização dos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH por cartogramas corocromáticos estatísticos.** Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, UFSC, 2006.

MACHADO, João Guilherme Rocha; PAMPLONA, João Batista. **A ONU e desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas do PUND.** Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v17n1/a03v17n1.pdf>, acesso 28 Mai 17.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilza Ramos de. **Violência para todos.** Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X1993000100007&script=sci_arttext&tlng=pt, acesso 23 Out 17.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **BIODIVERSIDADE BRASILEIRA: Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros.** Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/biodivbr.pdf, acesso 12 ago 17.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. Revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 2ª edição. Brasília: UNESCO, 2000.

NETO, Sergio Carreira de Albuquerque Melo. **Quantidade de policiais por número de habitantes.** Disponível em: <https://academiadux.files.wordpress.com/2013/10/quantidade-de-policiais-por-nc3bamero-de-habitantes.pdf>, acesso 03 Jul 17.

ODALIA, Nilo. **O que é violência.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

ONU. **Brasil tem a nona maior taxa de homicídios das Américas, alerta OMS.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/brasil-tem-a-nona-maior-taxa-de-homicidios-das-americas-alerta-oms/>, acesso 13 Jan 18.

ONU. **Organização das Nações Unidas sugere que o Brasil adote políticas educativas ambiciosas.** Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/03/14/onu-sugere-que-brasil-adote-politicas-educacionais-ambiciosas.htm>, acesso 13 Jan 18.

PNUD. **Desenvolvimento humano e IDH.** Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>, acesso 12 Fev 17.

PNUD. **Desenvolvimento humano e condições de vida: Indicadores brasileiros.** Brasília: Fundação João Pinheiro, 1998.

RDH de 2000. **Human Development Report 2000.** Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2000.html>, acesso 12 Out 16.

RUFINO, Maria Regina Calderipe Farias. **Povos Tradicionais, Fronteiras e Geopolítica na América Latina: Uma proposta para a Amazônia.** Manaus: editora Valer, 2015.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** Traduzido por Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VIAPIANA, Luiz Tadeu. **Economia do crime: uma explicação para formação do criminoso.** Rio Grande do Sul: AGE, 2006.

UNIVERSO POLICIAL. **Boletim de Ocorrência Policial - Definição, orientações e modelos,** 2009. Disponível em: <http://www.universopolicial.com/2009/09/boletim-de-ocorrencia-policial.html?m=1>, acesso 09 Jul 17.

APÊNDICE

